OS PRESIDENTES

24º Presidente do Brasil 1974-1979

TRÊS

Edições ISTOÉ

Ernesto Geisel

Hélio Silva

OS PRESIDENTES

Hélio Silva
Maria Cecília Ribas Carneiro

Ernesto Geisel

1974-1979
A Abertura Política

OS PRESIDENTES

ISBN da obra 85-7368-739-8
ISBN deste volume 85-7368-763-0

Editores: DOMINGO ALZUGARAY / CATIA ALZUGARAY

Coordenação Editorial: ARMANDO GONÇALVES

Arte: SANDRO BEZERRA DE CAMARGO

Capa:
Lay-out: PAULO ROBERTO ALOE
Ilustração: BRASÍLIO

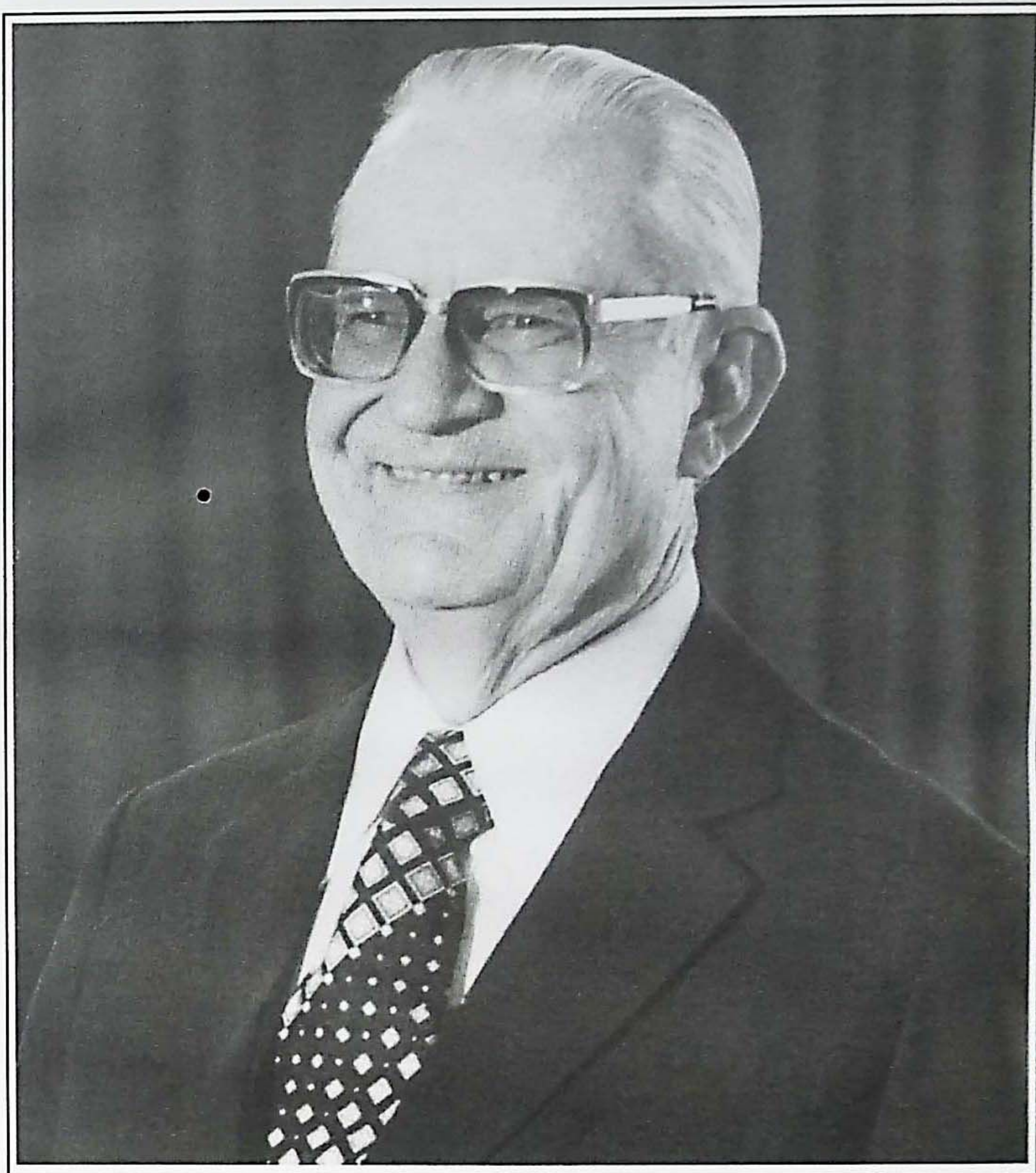
OS PRESIDENTES é uma publicação da Editora Brasil 21 Ltda.
Redação e Administração: Rua William Speers, 1.000 – conj. 120
CEP 05067-900 – Fones: (11) 3618-4257/58
Fax: (11) 3618-4425 – **Comercialização:** Três Comércio de Publicações Ltda.
Rua William Speers, 1.000 – salas 4 e 111 – São Paulo – SP – Brasil

2004

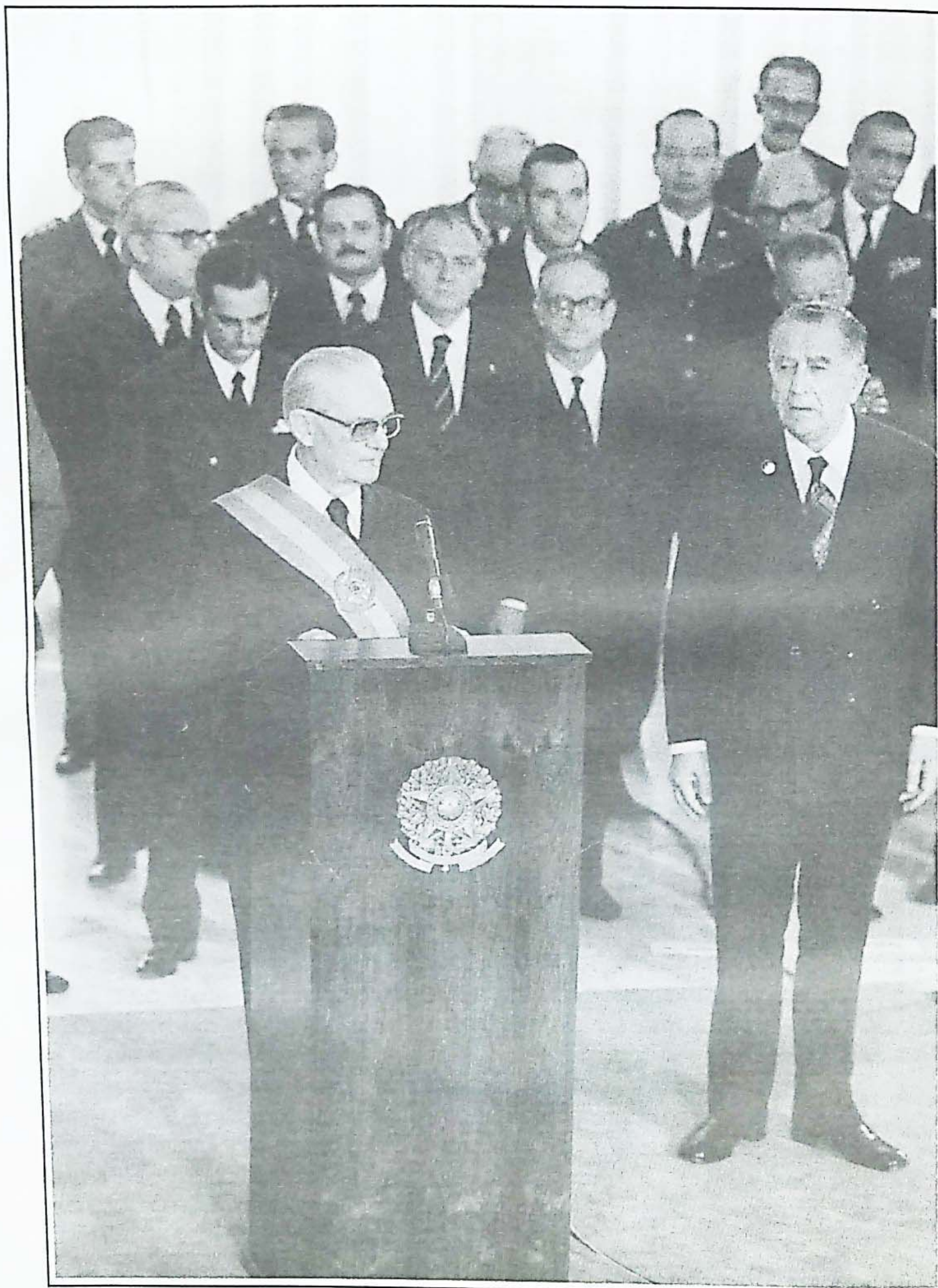
Distribuição exclusiva em bancas para todo o Brasil:
Fernando Chinaglia Distribuidora S. A.
Rua Teodoro da Silva, 907 – Fone: (21) 3879-7766
Fax: (21) 2577-6363 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Distribuição em Portugal:
VASP Distribuidora de Publicações
Rua da Tascoa, 16 – Ed. Bela
4.º Piso - Fone: (21) 439-8505 - Queluz – Portugal

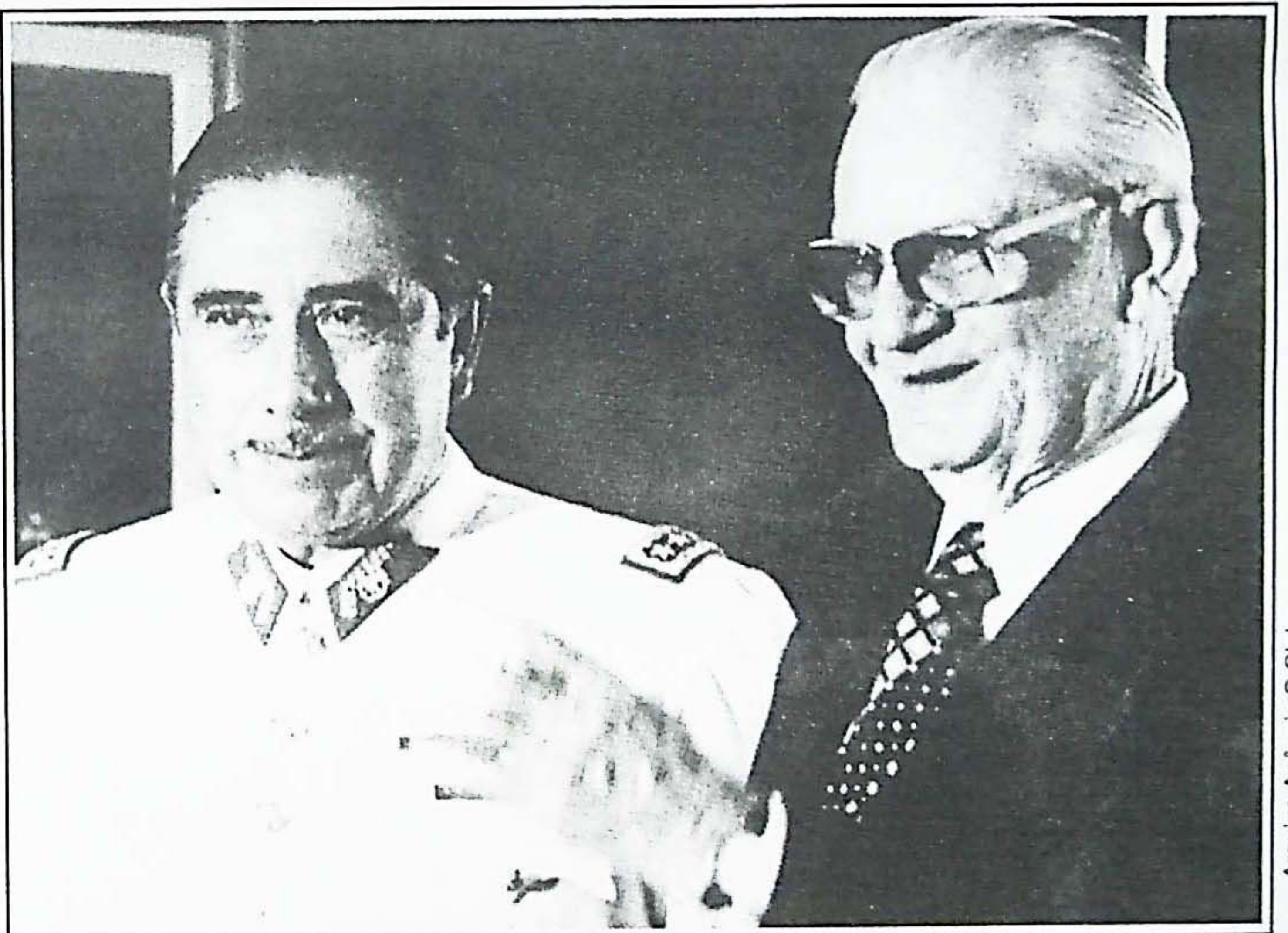
Impressão:
EDITORA TRÊS LTDA.
Rodovia Anhangüera, km 32,5 – CEP 07750-000
Cajamar – SP – Brasil

Iconografia Histórica

Prensa Três

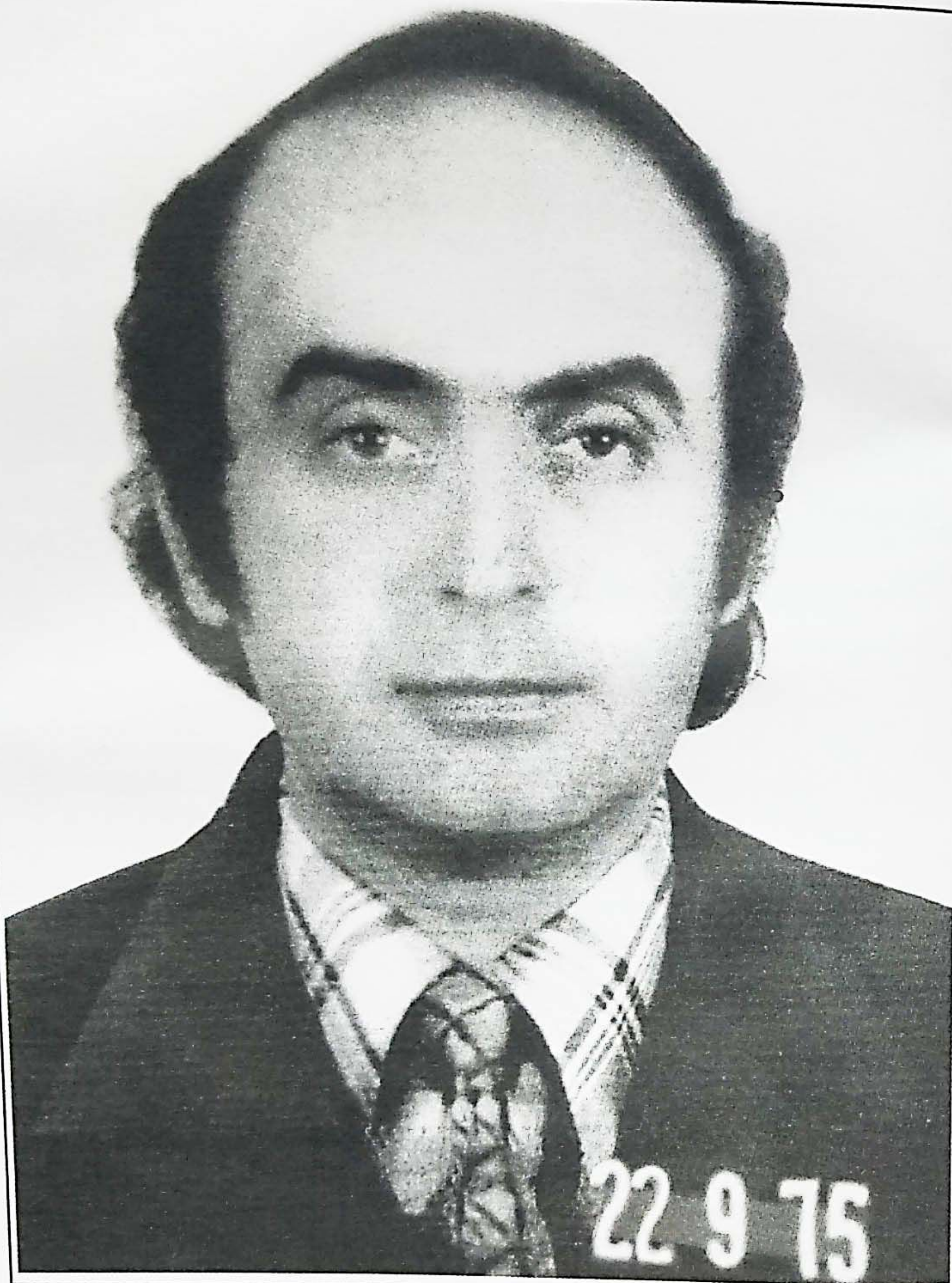
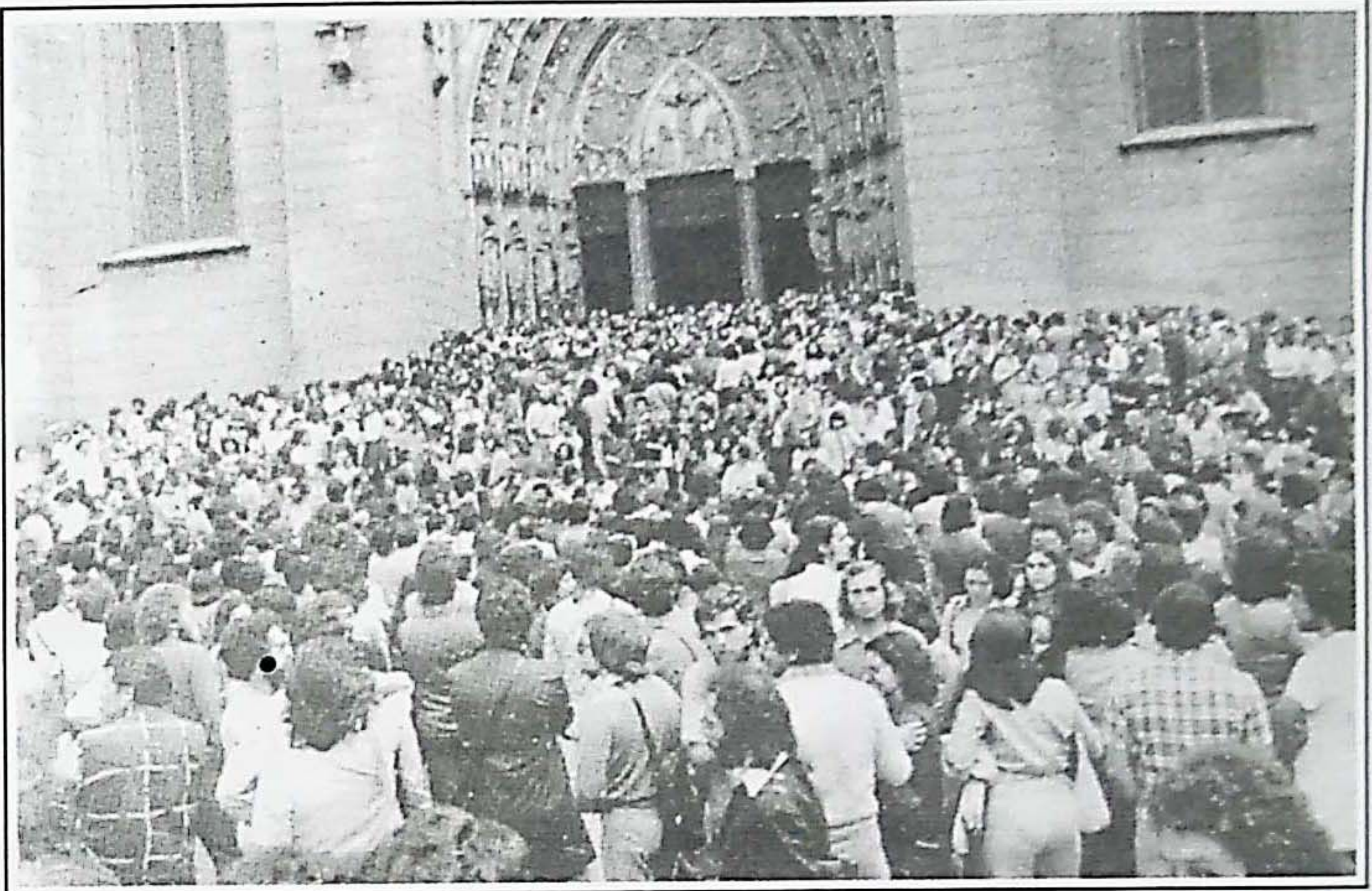
Ernesto Geisel, militar e político, gaúcho de Bento Gonçalves (1908). Participou da Revolução de 1930 e da Revolução Constitucionalista de 1932, ficando ao lado de Getúlio Vargas. Durante o governo de Jânio Quadros (1961), foi oficial de Gabinete do ministro da Guerra, Odílio Dinis. Participau da deposição do presidente João Goulart. Candidato da Arena à Presidência da República, foi eleito pelo colégio eleitoral. Assumiu a Presidência em março de 1974. Usou e abusou do AI-5, promovendo cassassões de mandatos de parlamentares. No seu governo foi sancionada a "Lei Falcão", que estabelecia a censura, de triste memória, nos órgãos de imprensa. Foi dele o "pacote de abril" que fechou o Congresso. Governou o País de 1974 a 1979.

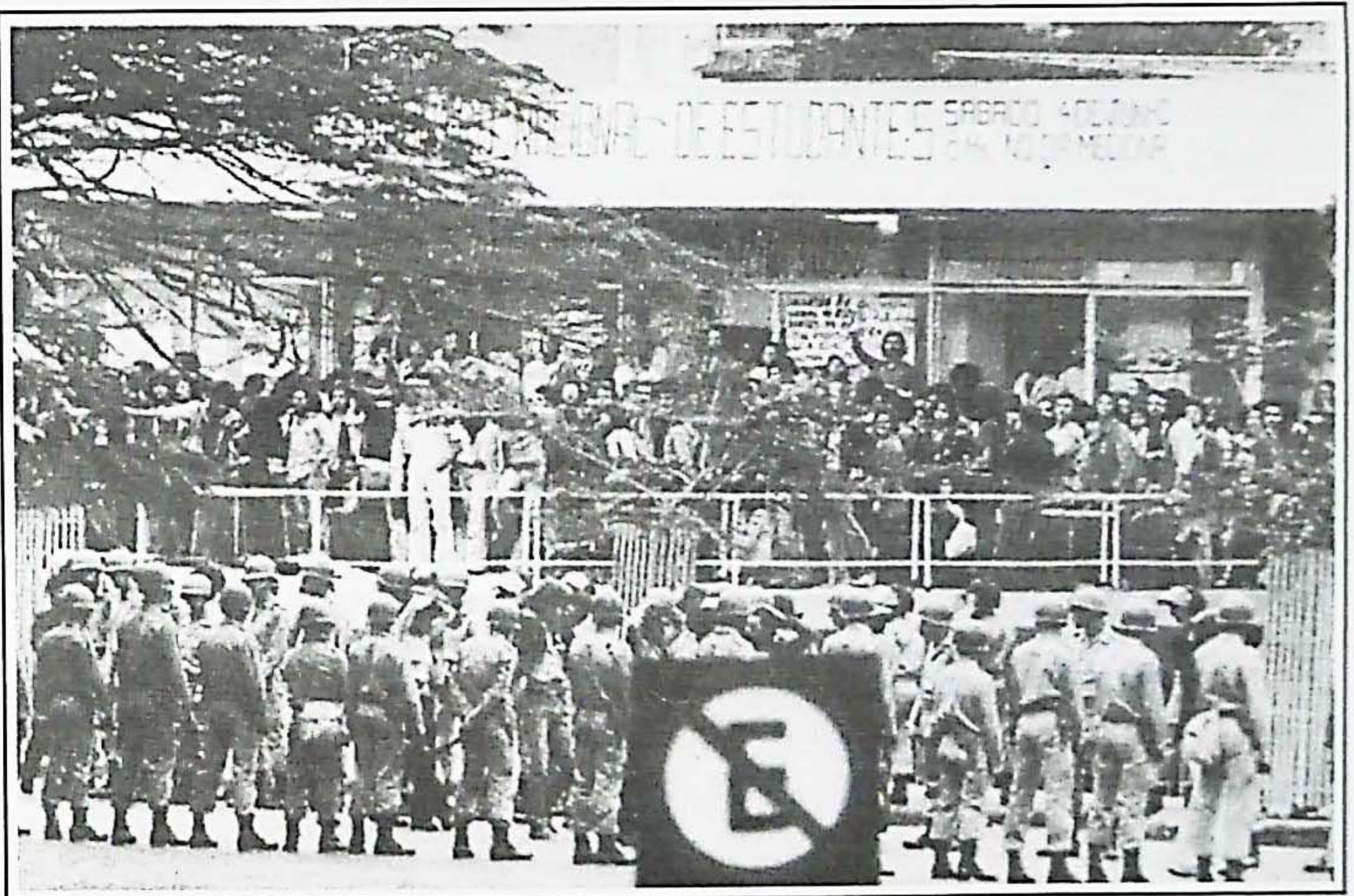
Prensa Três

Geisel assume o governo. A faixa presidencial foi-lhe passada pelo presidente Garrastazu Médici no dia 15 de março de 1974.

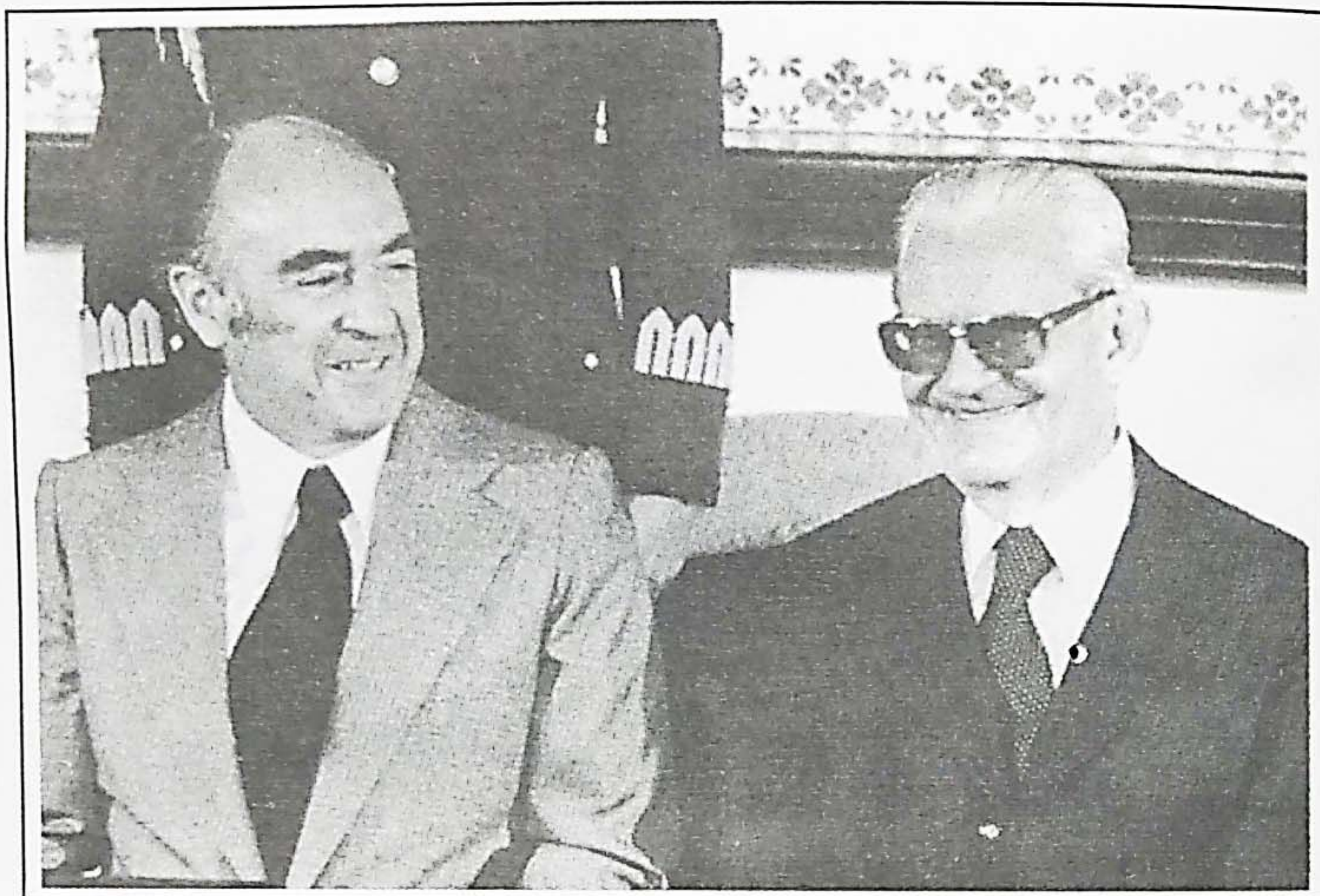
Arquivo Agência O Globo

Geisel nomeia os ministros que comporiam o seu governo. Março de 1974.

Arquivo Agência O Globo

Em março de 1974, pouco depois de assumir a Presidência, Geisel recebia a visita do general Augusto Pinochet, chefe da Junta Militar do Chile.

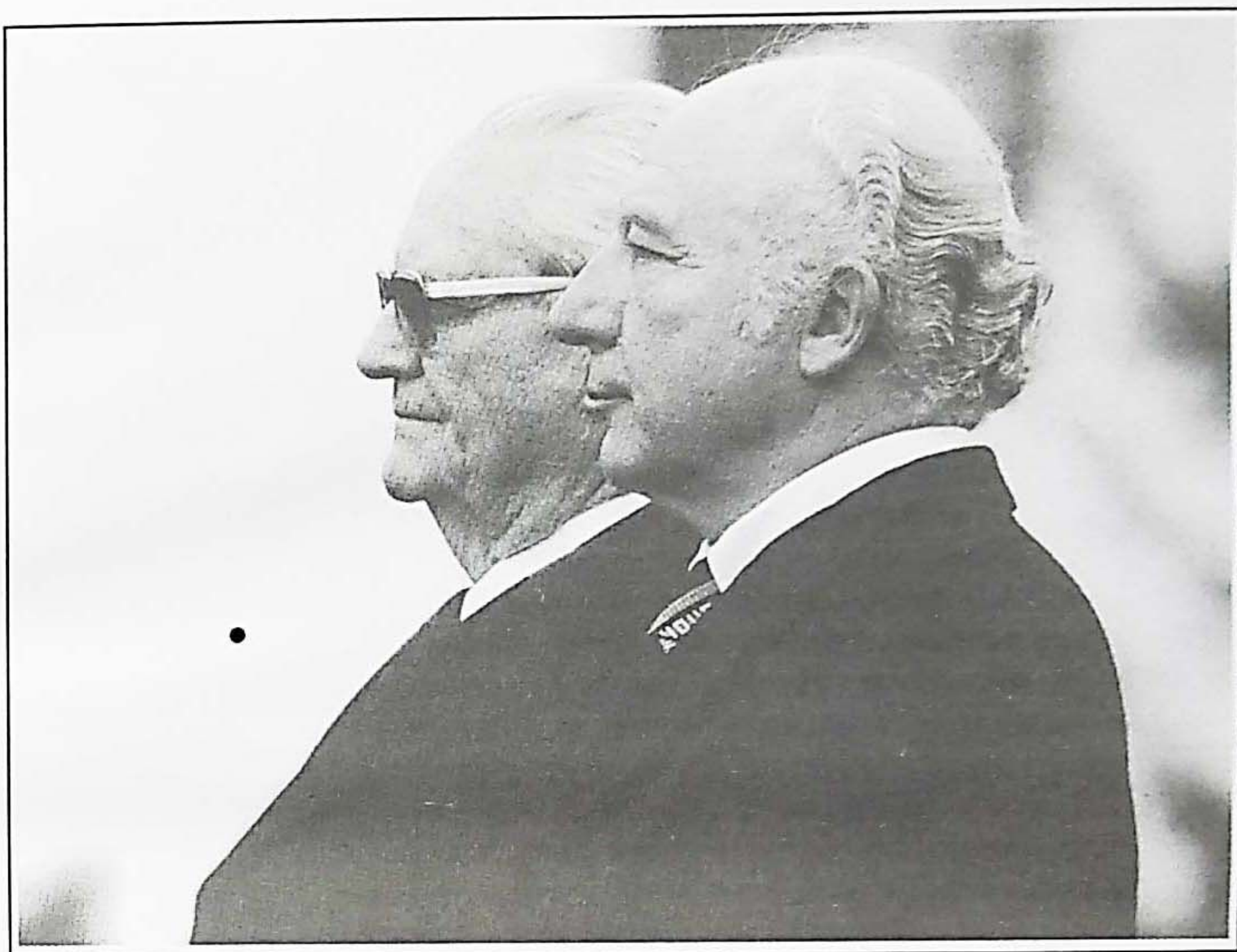
Prensa Três

Foi durante o governo Geisel, que o jornalista Wladimir Herzog morreu nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo. A sua morte, no dia 25 de outubro de 1975, despertou suspeitas de que teria sido assassinado, o que provocou a ira do povo e manifestações de repúdio ao regime militar em todo o território nacional.

Arquivo Agência O Globo

Culto ecumênico organizado por d. Evaristo Arns, na catedral da Sé, São Paulo, no 7.º dia da morte do jornalista Vladimir Herzog. Novembro de 1975.

Arquivo Agência O Globo

Em junho de 1977, a polícia impedia, sob protestos e repúdio, o III Encontro de Estudantes em Belo Horizonte.

Arquivo Agência O Globo

Em janeiro de 1978, o presidente Geisel foi ao México. O presidente Lopes Portillo recebeu-o em nome do povo mexicano.

Arquivo Agência O Globo

Em março de 1978, o presidente Geisel esteve em visita a Alemanha. Na foto, o chanceler Azeredo da Silveira, o chanceler Helmut Schmidt e o presidente brasileiro.

Prensa Três

Na visita a várias cidades da Alemanha, em março de 1978, o presidente Geisel esteve acompanhado de grande comitiva de políticos e empresários. Foram recebidos pelo presidente Walter Scheel.

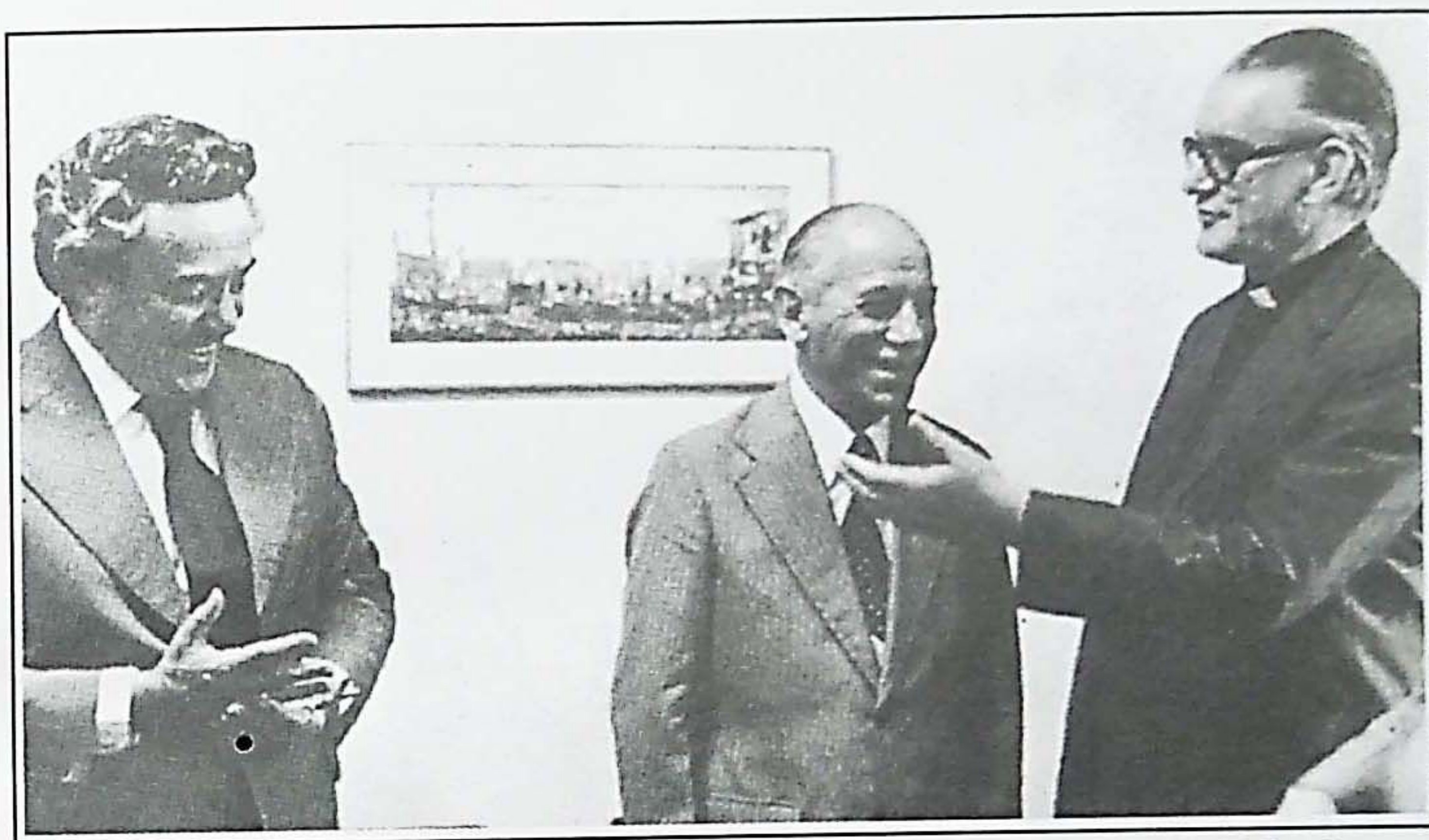
Arquivo Agência O Globo

Golberi do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil no governo Geisel, 1974/1979. Foi figura de grande influência nos meios políticos durante a ditadura militar.

Arquivo Agência O Globo

Magalhães Pinto, Ulisses Guimarães, Orestes Quércia e o general Euler Bentes, candidato à Presidência, numa entrevista coletiva. Julho de 1978.

Arquivo Agência O Globo

O general Euler Bentes, candidato à Presidência da República, em julho de 1978, visita o cardeal de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns.

Arquivo Agência O Globo

Em setembro de 1978, o candidato à Presidência pelo MDB, Euler Bentes, e o seu vice, Paulo Brossard, estiveram em visita à CNBB, sendo recebidos por d. Ivo Lorscheiter.

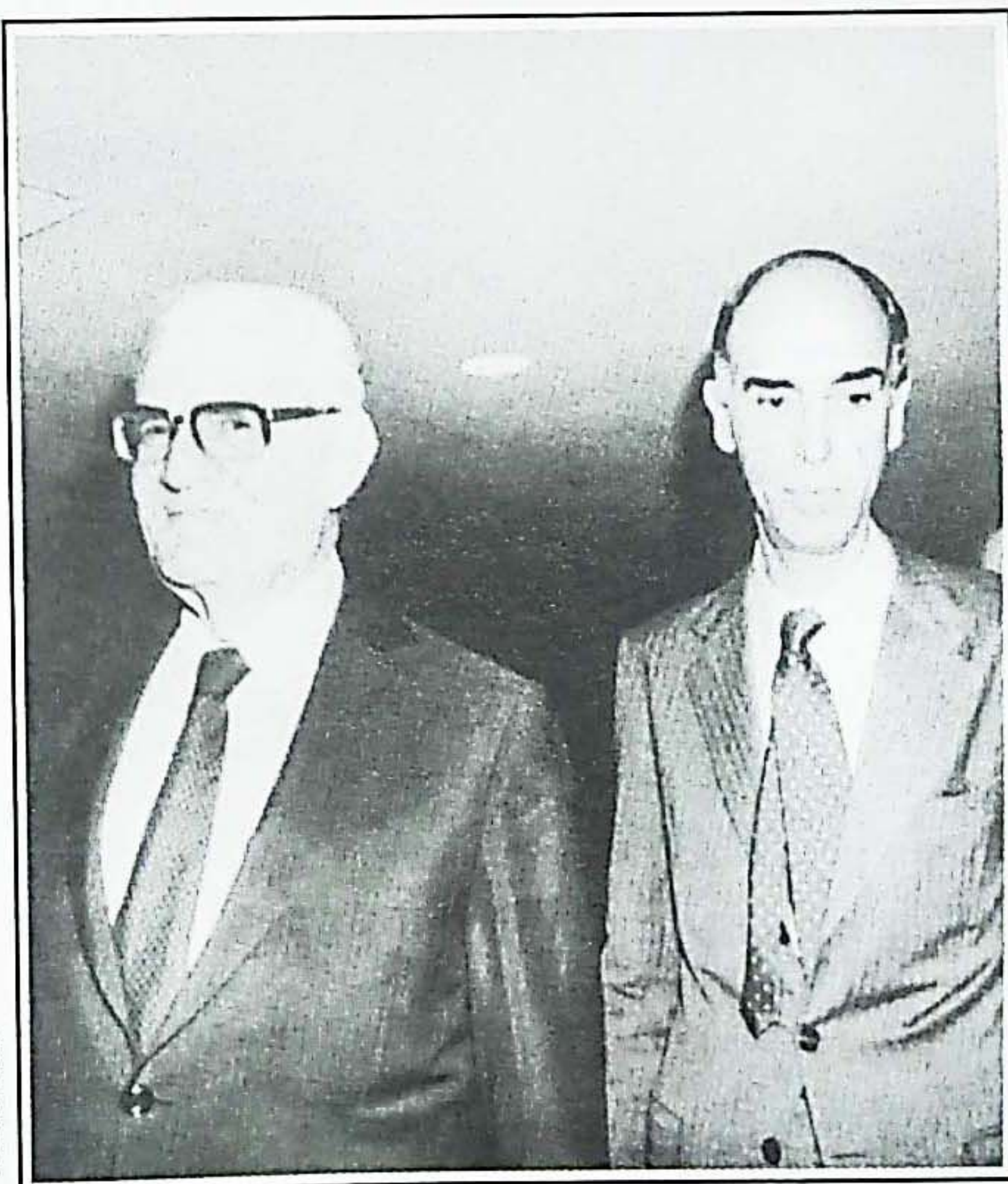
Arquivo Agência Jornal do Brasil

Murilo Macedo e Mário Henrique Simonsen, ministros, dois nomes de importância no governo Geisel.

Prensa Três

No final do seu mandato, em janeiro de 1979, o presidente Geisel esteve em visita ao Parque São Jorge, sede o S. C. Corinthians Paulista. Foi recebido pelo presidente do clube, Vicente Mateus. Na foto, o presidente Geisel, Olavo Setúbal e Vicente Mateus.

Prensa Três

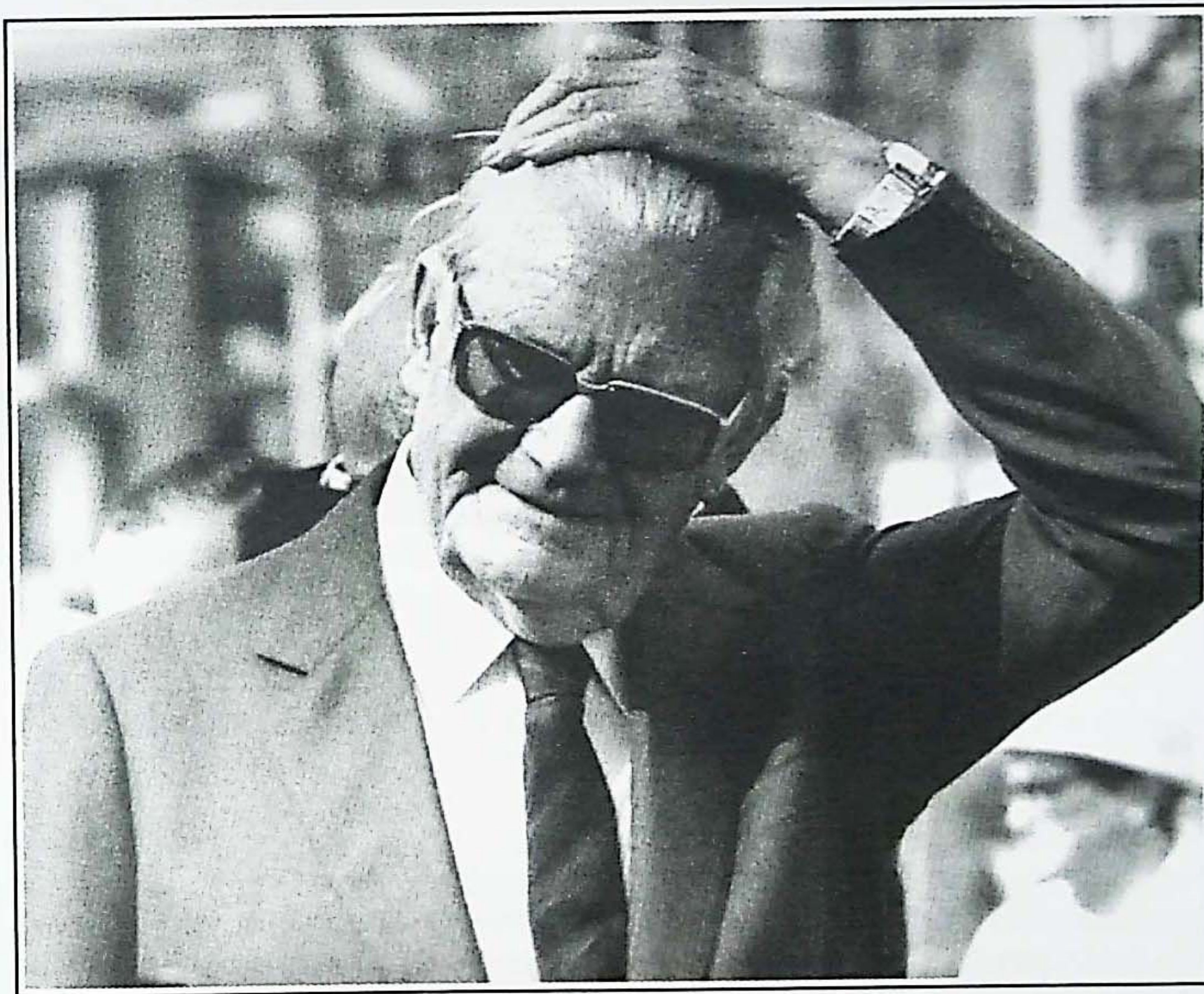
Geisel, vendo-se, entre outros, Pedro Pedrossian, quando da assinatura da Lei que criou o Estado de Mato Grosso do Sul.

Prensa Três

Ernesto Geisel e Marcos Maciel, pernambucano, de grande influência na política brasileira.

Arquivo Agência O Globo

O presidente Geisel, o ministro Sylvio Frota e o general João Batista Figueiredo nas comemorações do Dia da Artilharia.

Arquivo Agência O Globo

General Hugo Abreu, ao lado do coronel Toledo Camargo, lê a demissão do ministro Sylvio Frota que concorreria à Presidência. Com essa demissão, Geisel beneficiava a candidatura de João Batista Figueiredo.

Prensa Três

O governo Geisel expirou no dia 15 de março de 1979, quando, então, passou o poder para o general João Batista Figueiredo. Cabia ao presidente Figueiredo prosseguir a distenção, iniciada no governo Geisel, promovendo a abertura almejada e reclamada pelo povo brasileiro. Geisel morreu no dia 12 de setembro de 1996.

INTRODUÇÃO

Nenhum outro dos generais-presidentes revolucionários preparou-se tão longamente para exercer a Presidência da República quanto o general Ernesto Geisel. Metódico, ordenado, organizado, meticuloso, somou à influência genética germânica a formação militar e a preparação na Escola Superior de Guerra. Soldado, que viveu na caserna até general, teve, a partir daí, exatamente na transição do que é comandado para aquele que comanda, uma valiosa experiência política: primeiro, como chefe da Casa Militar, na Presidência interina de Ranieri Mazzilli, quando lhe coube uma tarefa em que tinha de agir, ao mesmo tempo, como militar, político e diplomata que a tanto importavam os contatos da Presidência com os três ministros militares; os entendimentos com os líderes dos diversos partidos; e a delicadíssima missão de tornar possível a vinda e a posse do vice-presidente João Goulart; segundo, o estágio no Superior Tribunal Militar, como general-ministro representante do Exército, na fase difícil dos julgamentos, em grau de recurso, das decisões das juntas militares, severíssimas na punição dos contestadores do regime; finalmente, como presidente da *Petrobrás*, administrando a maior estatal brasileira e uma das cinco maiores empresas do mundo.

Como se não bastasse, o aluno destacado e o conferencista da ESG travara conhecimento com a problemática nacional e apontara as soluções.

Foi assim credenciado, que o seu nome surgiu, cresceu e impôs-se,

com o aval indeclinável do irmão, ministro da Guerra, general Orlando Geisel, à sucessão do general-presidente Garrastazu Médici.

Pareceu exagero a adjetivação do início desta introdução. Mas o general Ernesto Geisel introduziu outra inovação no vestibular da Presidência: reuniu uma equipe, chefiada pelo seu companheiro da Escola Superior de Guerra, general Golbery do Couto e Silva, alojando-se no prédio desocupado pelo Ministério da Agricultura, hoje demolido, no largo da Misericórdia. Aí traçou seu programa de governo. Compareceram personalidades convidadas e pretendentes ansiosos, enquanto eram elaboradas as normas de governo e selecionados os nomes que comporiam os diversos escalões da administração pública.

O regime, o sistema, a revolução, enfim, o nome que se queira dar à situação imposta pelas armas no dia 1º de abril de 1964, bem carecia dessa normalização, a molde de um plano de Estado-Maior.

Esta situação é bem descrita pelo general Golbery do Couto e Silva em "Estratégia da Revolução": "Apesar de não ter havido unidade de comando, a estratégia revolucionária, tal como prevaleceu na ação, foi coerente, obedecendo a uma concepção unitária em defesa dos próprios ONP.

– O governo J. G. ameaçava frontalmente os fundamentos vitais da sobrevivência da Nação;

– a autodeterminação de um povo que desejava viver no regime democrático – pela aliança e submissão a interesses alienígenos, através de sua vinculação oportunista à estratégia do comunismo internacional;

– a integração nacional – pelo estímulo a todas as forças desagregadoras tanto nos campos econômicos e político como no social e, também, no militar;

– a prosperidade do País – por novos impulsos dados à inflação que chegou, por fim, a anular o próprio desenvolvimento econômico e social;

– o prestígio internacional do Brasil – por atitudes dúbias na política externa e descumprimento de obrigações livremente assumidas, principalmente como país devedor.

– Essas ações antinacionais desenvolviam-se no tempo, com avanços e recuos, reiteradas ameaças seguidas de novos compromissos de bom comportamento. Por outro lado, o governo J. G. tinha seu prazo fatal (fim do mandato). Podia-se alimentar a esperança de que esse prazo fosse atingido, sem que danos irreparáveis houvessem atingido aqueles fundamentos da sobrevivência nacional, em particular a autodeterminação do povo em sua opção democrática básica.

Por outro lado qualquer estratégia revolucionária implicaria o risco de, pelo ingresso na ilegalidade, afetar também esses fundamentos, podendo degenerar até uma ditadura. Daí a estratégia defensiva – 1ª fase – buscando, dentro da legalidade, conter o governo J. G. em limites democrá-

ticos, reduzindo os malefícios de sua ação desagregadora.

– Quando essa manifestou perigosa aceleração, passando a atingir os próprios sustentáculos da ordem democrática com o estímulo à anarquia até mesmo nas FA, a estratégia revolucionária, como expressão do manifesto vontade da Nação, admitiu um risco, calculado e passou a uma 2ª fase – ofensiva – afastando J. G. e buscando eliminar os agentes da subversão pela aplicação do Ato Institucional (operação limpeza da área).

– A seguir, entraria já agora, o governo da revolução instituído numa 3ª fase estratégica – a da reconstrução democrática –, retornando a inspiração dos próprios ONP e, à luz destes, formulando adequados ONA, sob o condicionamento das graves limitações conjunturais."

Assim foi e assim seria o governo Geisel – um plano, desdobrando-se, harmoniosamente, do primeiro ao último dia.

Na linha de coerência, que é atributo de sua personalidade, ele dirige uma mensagem ao povo, através de uma cadeia de rádio e televisão na noite do mesmo dia em que o Congresso, homologando a indicação da Arena e a designação do Alto Comando, proclamou-o presidente da República. Assim, declara-se, desde logo "servidor número um, em termos de responsabilidade tão ampla quanto árdua que em plena consciência assumo".

É o princípio da hierarquia, fundamental no Exército e o sentimento da responsabilidade que deve ter um general. Sabe que "nunca poderei agradar a todos e que, certamente, descontentarei a muitos, tão complexo é o tecido de idéias, interesses e paixões conflitantes em que se estrutura uma nação, sobretudo quando seiva nova, vigorosa, a impulsiona em busca de seu destino maior".

Na primeira reunião ministerial, quatro dias depois da posse, estão presentes aqueles auxiliares selecionados, depois de inquiridos nas reuniões do largo da Misericórdia. Era sempre o antigo oficial do Estado-Maior que falava, traçando planos, ouvindo sugestões, mas decidindo, ele, em caráter final e irrevogável.

Pode-se dizer que a tarefa não surpreendeu a quem tão bem se preparara. Talvez não tivesse podido fazer tudo que desejava, nem cumprir tudo o que prometera. Mas isto terá acontecido, em uma parte mínima. Porque, nele, realmente, o regime autoritário sofria a marca de sua personalidade.

Perdurou o sistema, de que emergira e lhe cometera o encargo. Finalizando, foi ao mesmo sistema que restituiu a Presidência, mas indicando, ele próprio, o seu sucessor, através de dificuldades burocráticas, disciplinares, hierárquicas, lutando contra o almanaque do Exército, o chefe da Casa Militar e todos os que pretenderam impedir a designação do general João Batista de Oliveira Figueiredo que, segundo indiscrições, já estaria escolhido desde o largo da Misericórdia.

Nenhum presidente, na história do Brasil, nem outro general-presidente, no período revolucionário, fez ou seria capaz de fazer a viagem a São Paulo para demitir o Comandante do II Exército, que não atendera a uma decisão sua, ou demitir, face a face, o ministro da Guerra, cuja candidatura medrava nos quartéis e nas duas casas do Congresso.

Haverá muito o que discutir do acerto de sua administração. Avulta, nesse exame, o acordo nuclear que sangra a Nação de forma irreparável com a cláusula dos pagamentos de dólares, nem se sabe se chegará a termo, porque se esgotaram as possibilidades de pedir mais dinheiro emprestado.

O presidente Geisel deteve o recorde de aplicação do AI-5. Fechou o Congresso. Embrulhou o "pacote de abril", preparando as eleições que não presidiria. Mas ligou o seu nome à abertura por onde entrou a claridade de uma esperança. •

O BIPARTIDARISMO

CAPÍTULO I

Na noite no mesmo dia da sua eleição, o presidente Ernesto Geisel dirigiu uma mensagem ao povo, através de uma cadeia de rádio e televisão; assumindo o compromisso de se constituir "seu servidor número um, em termo de responsabilidade, tão ampla quanto árdua que, em plena consciência assumo."

O general Ernesto Geisel era, também, um soldado formado na caserna de onde apenas se distanciara, sem se desligar do Exército, nem despir a farda, para exercer as funções de ministro do Superior Tribunal Militar e, depois, a presidência da Petrobrás. A disciplina militar ajustava-se, como uma luva, à sua personalidade onde permaneciam as características genéticas da ascendência germânica. Ele e seu irmão, Orlando, fizeram carreiras paralelas e permaneceram identificados, em suas doutrinas, durante toda a vida. Ambos cumpriram bem as tarefas militares, com brilho e dedicação, e tinham, por isso mesmo, situações semelhantes de prestígio entre os colegas de farda.

Sua participação na vida nacional foi mais de soldado do que de político.

O general Juarez Távora revelou-me, certa vez, que os três generais que mais o haviam impressionado, na Escola Superior de Guerra, eram Ernesto Geisel, Golbery do Couto e Silva e Rodrigo Otávio Jordão Ramos.

Sua participação no movimento de março de 1964 chega ao noticiário dos jornais na interinidade da presidência do deputado Ranieri Mazzilli, chamado para ocupar a curul, declarada vaga pelo presidente do Congresso, senador Auro de Moura Andrade, quando o presidente João Goulart abandonou Brasília.

Ranieri dirige-se ao general Orlando Geisel, do gabinete do ministro da Guerra, pedindo-lhe a indicação de um general para a Chefia da Casa Militar vaga com a saída do general Assis Brasil, acompanhante do presidente João Goulart. A indicação recaiu no general Ernesto Geisel que teve uma atuação mais burocrata e protocolar, porque eram difíceis, naqueles dias, os entendimentos entre o presidente da República e a cupula do Exército, atribuição que cabia à chefia do Gabinete Militar.

O general Ernesto Geisel esteve à altura da relevante missão. Servindo, com lealdade, ao presidente interino, não esqueceu de sua condição de militar. Ficou famoso o incidente que teve com os três ministros militares, no gabinete da Presidência, quando eles quiseram voltar atrás do compromisso assumido de aceitar a fórmula parlamentarista, permitindo a volta de Jango e a sua posse na Presidência da República. O fato fora relatado por testemunhas de vista, por mim escrito no original de um livro publicado, às vésperas da posse do general Ernesto Geisel na Presidência da República. Era o primeiro livro escrito, servido por farta documentação, escrita e oral, do contragolpe de 1964. Enviei, por intermédio do, já então escolhido, ministro da Justiça, Armando Falcão, o episódio escrito ao presidente eleito. Ele o leu e devolveu, apenas com uma revisão de duas palavras declarando, por intermédio de tão credenciado portador, que o fato era verdadeiro e confiava na minha correção.

Não menos difícil foi a incumbência do entendimento, em nome do presidente interino, de um lado com as cúpulas das Forças Armadas e de outro com os emissários dos políticos, o deputado Tancredo Neves, encarregado de encontrar-se com o presidente João Goulart, em Buenos Aires. Vários contatos telefônicos foram estabelecidos e ouvi de Tancredo Neves que o êxito da sua missão dependeu da inteligência, da clarividência e da energia com que se houve o general Ernesto Geisel.

Tão fortemente credenciado ele seria o chefe da Casa Militar do primeiro presidente eleito, general Castello Branco. O período de implantação do governo revolucionário, de execução de uma política de "expurgo" e "limpeza da área"; a prorrogação do mandato inicial e imposição da candidatura do ministro da Guerra, por ele próprio. Castello era outro temperamento voluntarioso e enérgico, habituado a comandar, muito embora servido de uma visão política singular na galeria dos generais-presidentes. O general Ernesto Geisel saiu-se, brilhantemente, da nova prova.

A seguir, ministro do Superior Tribunal Militar marca sua atuação

com firmeza e, talvez, dureza mas sem desmerecer o alto conceito que vinha desenvolvendo. Na presidência da Petrobrás revelou-se um administrador competente, embora haja quem critique sua orientação, porque não previu a crise mundial do petróleo, descuidando da pesquisa de novos poços do óleo negro no Brasil.

Ninguém questionou a sua indicação, quando o irmão e ministro da Guerra venceu as intrigas de Palácio e desmontou as articulações que se vinham fazendo, tendo como indigitados autores intelectuais o chefe do Gabinete Civil, ministro Leitão de Abreu, o chefe do Gabinete Militar, general Portela.

O preenchimento da Presidência da República fugira do consenso popular. O povo, atraído para os acontecimentos de abril, não tinha vez nem voto na escolha do supremo dirigente. Desde que o presidente do Congresso, senador Auro de Moura Andrade, declarou vago o cargo, embora o presidente João Goulart ainda se encontrasse em território nacional, instalou-se, no País, a ditadura militar, guardadas as aparências de constitucionalidade, em posse do presidente da Câmara, deputado Ranieri Mazzilli, em obediência à linha de sucessão Constitucional.

O presidente Ranieri Mazzilli ao indagar, prudentemente, do chefe Militar da Revolução, auto-investido, general Arthur da Costa e Silva, qual a situação no Rio de Janeiro ouviu a advertência, não muito delicada porque demais incisiva, de que "não fizesse nada". O que Ranieri Mazzilli, ainda mais prudentemente, aceitou.

A escolha do primeiro presidente revolucionário foi a designação de um general, por um grupo de militares, que se antecipou aos demais grupos, igualmente interessados em indicar um candidato general.

A homologação pelo partido do governo, foi simbólica. A eleição, pelo Congresso, uma representação sem valor democrático.

Conhecemos como foi a sucessão de Castello por Costa e Silva. Bem como a cassação de seu mandato, por uma junta militar, que designou um novo presidente. Era a este que sucedia Ernesto Geisel. Porque, nos regimes fortes, o poder é sustentado pelas Forças Armadas. Por uma conseqüência natural, o chefe das Forças Armadas, no caso do chefe do Exército, o seu ministro, representa o papel de condestável. No sistema brasileiro, conformado na organização do Conselho de Segurança Nacional, ainda a grande força é o Ministério do Exército, que distribui os altos comandos e a chefia do Estado-Maior, que compõem o CSN. Além do argumento mais valioso que é a força, com seus efetivos militares.

Desta realidade resulta que o ministro do Exército é um candidato em potencial, nos regimes de predomínio militar. Como nos regimes de poder civil, os presidentes dos grandes Estados eram os primeiros nomes lembrados nas sucessões presidênciais.

O candidato do presidente Castello Branco não era o seu ministro da

Guerra. Mas o seu sucessor foi o general Arthur da Costa e Silva.

Precipitada a nova sucessão, pela moléstia do general Arthur da Costa e Silva, estabeleceu-se uma situação de anormalidade, quando os chefes militares impediram a solução constitucional, vetando a investidura do vice-presidente, Pedro Aleixo, na Presidência da República. Constituiu-se uma junta militar, composta dos ministros do Exército, da Marinha e da Aeronática. Havia predominância dos chefes do Exército, mas não unanimidade. A decisão das Forças Armadas e o advento da candidatura do general Afonso de Albuquerque Lima ensejaram uma solução paralela com a indicação do comandante do mais forte agrupamento militar, o III Exército, general Garrastazu Médici.

Seria lógico que o sucessor do general Médici fosse o ministro do Exército, general Orlando Geisel. Este, porém, apoiou a candidatura de seu irmão Ernesto Geisel.

Assim se resolveu a sucessão, diante de um Congresso simbólico, a que nem é dado emendar ou rejeitar, parcialmente, qualquer dispositivos dos decretos-leis a ele submetidos. Sobre cujos membros pesou, até 31 de janeiro último, a ameaça, muitas vezes consumada, da aplicação do AI-5.

Porque, na vigência do AI-5 só um poder existiu neste país: o presidente da República, com uma soma de poderes jamais atribuído a qualquer outro governante. E o dom da infalibilidade – porque de seus atos não havia como recorrer. Configurava-se uma situação que não tem semelhança com a infalibilidade conferida ao Papa, porque neste, aquele dom se restringe a assunto de fé e é aplicado com tal parcimônia, que muitos papas deles não se utilizam. Não há notícia de algum, dos que dele fizeram uso, que o aplicasse mais de uma vez. O presidente do Brasil, no gozo das atribuições conferidas pelo AI-5, usou numerosas vezes dessa medida.

A faculdade de legislar, através de decretos-leis, foi desta vez bem mais ampla do que aquela dos tempos do Estado Novo implantado a 10 de novembro de 1937. Porque, ao contrário do que então acontecia, os decretos-leis emitidos pelos governos de após o movimento de março de 1964 foram divididos em dois tipos: os que necessitavam de aprovação posterior do Congresso e aqueles que adquiriam força de lei, imediatamente.

Em estudo recente, o *Jornal do Brasil* escreveu: "De 1964 até agora, o governo emitiu 1.662 decretos-leis sobre os mais diversos aspectos da vida nacional. Todos aqueles editados durante o tempo em que o Congresso funcionava normalmente foram obrigatoriamente submetidos à sua apreciação posterior, embora não coubesse ao Legislativo o direito de emendá-los, mas de aprová-los ou não, na forma do texto enviado pelo Executivo.

A execução em matéria de decretos-leis foram aquelas editadas nos

períodos em que o Congresso esteve em recesso por força de ato presidencial fundado na legislação revolucionária, como ocorreu quando da edição da reforma do Judiciário. Decretado o recesso do Congresso, o presidente da República automaticamente se investia da função legislativa, cumulativamente com a de chefe do Poder Executivo. Por isso, seus decretos-leis eram auto-referendados e não mais precisariam ir ao Congresso para aprovação, assim como acontecera no Estado Novo.

Como ao Congresso não é dado emendar ou rejeitar parcialmente qualquer dispositivo dos decretos-leis a ele submetidos, ao Supremo Tribunal Federal coube esta tarefa, através da decretação da inconstitucionalidade de vários dispositivos em uma dezena de decretos-leis. Com uma vantagem para a Justiça, pois uma vez declarada a inconstitucionalidade de um dispositivo de decreto-lei, anulavam-se automaticamente todos os atos praticados com base nele, já que não existe direito adquirido em matéria constitucional. Já em relação ao Congresso, mesmo que ele rejeite um decreto-lei, com a conseqüente revogação do diploma legal, continuam válidos todos os atos praticados com base nele, até a data da rejeição.

Por isso em sua primeira mensagem dirigida ao povo brasileiro, já investido da suprema magistradura, o presidente-general Ernesto Geisel pede que se confie nele, para poder vencer as dificuldades que apresenta, em sua fala cordial, mas impregnada de verdade e de franqueza.

O presidente Geisel tinha um longo período à sua frente. Os dois primeiros presidentes revolucionários não haviam cumprido tão prolongado exercício. O primeiro general, Humberto Castello Branco, por dispositivo constitucional; o segundo, general Arthur da Costa e Silva, pela moléstia que o acometeu. Só seu antecessor imediato, general Garrastazu Médici, cumpriu um qüinqüênio.

Em seu governo o presidente Geisel promoveu maior número de generais; designou, através de seu ministro do Exército, os mais altos comandos; nomeou maior número de ministros para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal Militar e presidiu a três eleições, em 1974, 1976 e 1978, renovando dois terços do Senado: a Câmara dos Deputados, as Assembléias Legislativas Estaduais e as Câmaras Municipais, além do próprio processo eleitoral de indicação e escolha de seu sucessor.

O compromisso de Geisel era com o "sistema", tão bem definido por Afonso Arinos, político e constitucionalista: "Sistema são os instrumentos mediante os quais os instrumentos dos diversos grupos sociais são apresentados ao centro de decisão do poder. No Brasil, o sistema não é um grupo de militares que faz o que bem quer, o que bem entende e dá ordens não sabe para quem, nem para quê. O nosso sistema está no artigo 87 da Constituição Federal: 'O Conselho de Segurança Nacional é o órgão de mais alto nível na assessoria direta do presidente da República

para formulação e execução da política de segurança nacional'."

Nos regimes autoritários são as Forças Armadas que sustentam o poder. Nos países em desenvolvimento as Forças Armadas tendem a se tornar defensoras do *status quo*, quando não reacionárias e contrarevolucionárias. Em março de 1964, as Forças Armadas executaram um contragolpe preventivo contra um processo revolucionário em desenvolvimento, que elas receavam tornar-se uma comunização. O Exército pelo seu potencial bélico, prepondera no conjunto das Forças Armadas. Daí ter-se apoderado do poder e estabelecido, através do sistema, o controle político das eleições, que não podem alterar a estrutura do sistema. Donde seqüência de generais-presidentes, como expressão do poder militar.

Uma das disposições para manter, sob domínio, a organização partidária foi a constituição de dois partidos, um dos quais, criado de cima para baixo, pelo governo, era por ele sustentado para que se apresentasse como o sustentáculo do governo. Como não convinha apresentar o Brasil, lá fora, no conjunto das nações democráticas e, principalmente, aos credores estrangeiros como um governo de partido único – a que chegou o México – adotou-se o bipartidarismo, aproveitando-se o que restou da oposição, depois dos expurgos e das cassações e até emprestando elementos da Arena (governista) para completar o mínimo de parlamentares exigidos pela legislação casuística, para fazer o segundo partido (MDB) Movimento Democrático Brasileiro.

Havia, ainda, acláusula da *fidelidade partidária* obrigando à unanimidade passiva, face às resoluções ditadas do alto, às questões fechadas, sob pena de perda do mandato.

Completavam o conjunto de medidas coercitivas a censura à imprensa, a todas as formas de publicações, ao rádio e à televisão.

A censura é sempre má. Inclusive pela possibilidade de ser bem exercida. A censura que visa proibir a crítica, impedir o noticiário de fatos desfavoráveis ao governo, descamba ao arbítrio mais reprovável atingindo, indistintamente, oposicionistas e governistas. Um jornal respeitável, *O Estado de S. Paulo*, teve a redação invadida por soldados do II Exército, a pretexto de impedir a divulgação de uma entrevista em que o então candidato à Presidência, general Ernesto Geisel, apresentaria sua candidatura. Não era verdade. Mas a invasão se consumou. A censura permaneceu dentro da redação e o jornal, durante longos meses, publicou, nos espaços de onde era retirada a matéria política, versos de Luís Camões ou receitas culinárias. Este ridículo, extravassando as divisas do Estão de São Paulo, espraiou-se pelo Brasil afora e resvalou para o Exterior, levando essa vergonha aos países mais cultos. Só cessou muito depois, em uma data aniversária daquele jornal, quando o governo lhe deu, como presente, a liberdade de imprensa, que nos comprometemos a

respeitar em tratados internacionais e na Declaração dos Direitos Humanos.

Geisel preparava-se para a nova investidura quando trágico desaparecimento do senador Filinto Müller, no incêndio e explosão do avião da Varig, à chegada a Paris, com a esposa e um neto, alterou o quadro político, abrindo duas vagas nas presidências da Arena e do Senado Federal.

Para as vagas foram eleitos, respectivamente, os senadores Petrônio Portela e Paulo Torres.

Petrônio Portela era uma figura aceita com restrições pela revolução. Em 1964 governava o pequeno Estado do Piauí e foi dos primeiros e poucos governadores que telegrafaram, hipotecando solidariedade, ao presidente João Goulart, a 31 de março. Esse telegrama foi reproduzido, gozado e glosado por muito tempo. Até que Petrônio Portela, reingressando na vida política, de que não chegou a ser banido, teve aceita, pelos donos da revolução, a justificativa de que, àquela época, seu comportamento fora lógico e natural. Inteligente, hábil, maneiroso, Portela chegava a um ponto alto da nova carreira. Nele descortinaria um horizonte mais amplo que se estendia até o Palácio do Planalto. Porque Portela fez carreira para Presidência da República. E morreu por causa disto.

Vale a pena fixar a circunstância. Portela tivera mais de um incidente circulatório que ocultava. Da última vez, fatigado, sentindo-se mal, negligenciou o socorro médico, induzindo o seu assistente a ocultar agravidade do ataque. Regressou a Brasília, simulando um bem-estar que não tinha e, quando foi socorrido, nada mais foi possível fazer. Ele não queria que a sua enfermidade servisse de pretexto para afastá-lo da corrida presidencial. Porque, desde a morte de Filinto Müller, Portela vinha desempenhando um papel cada vez mais importante no cenário político.

REUNIÃO MINISTERIAL

•

CAPÍTULO II

Bom oficial de Estado-Maior, Geisel organizara o seu governo com o cuidado com que elaboraria um plano estratégico.

É o primeiro caso, na era revolucionária, de um candidato que organiza um quadro de assessores e planeja a ação governamental. Geisel ocupou, para isto, um prédio, hoje demolido, no largo da Misericórdia, construído para a exposição do Centenário de 1922 e que serviu, até a criação de Brasília, de sede do Ministério da Agricultura. Lá permanece o dia todo recebendo, mediante convite, todos aqueles que desejam conversar, selecionando os seus futuros auxiliares. A romaria era notada pela reportagem e prestava-se ao jogo de palpites sobre a composição do futuro Ministério.

Quando, no fim de seu governo, começa-se a falar no nome do general João Baptista de Oliveira Figueiredo para seu sucessor, o general Hugo de Abreu revelou que ouvira do general Golbery do Couto e Silva que esse já, desde àquela época, era o nome preferido por Geisel para a sua sucessão.

Planejando a longo prazo, Geisel deu entrevistas e fez discursos apresentando um programa de governo e, logo após a eleição, na noite do mesmo dia, dirigiu a primeira mensagem ao povo, através de uma cadeia de rádio e de televisão.

O general Médici, alheio, senão refratário à política, cercara-se de tecnocratas, inaugurando, a todo vapor, a era da tecnocracia. Geisel vinha da presidência da Petrobrás, que era um estágio de tecnocracia. Mas o

Ministério que se reuniu na primeira reunião realizada do Planalto, a 19 de março de 1974, para ouvir o pronunciamento em que traçava as normas de seu governo, não era um gabinete tecnocrata.

Achavam-se presentes o vice-presidente da República, general Adalberto Pereira dos Santos; o ministro-chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva; o chefe do Gabinete Militar, general Hugo de Abreu, que substituiu Dilermando Monteiro, primeiro convidado, mas que não pôde assumir o cargo em conseqüência de um acidente.

Os ministros sentaram-se por ordem de precedência: Justiça – Armando Falcão; Marinha – Azevedo Henning; Exército – Dale Coutinho; Relações Exteriores – Azeredo da Silveira; Fazenda – Mário Henrique Simonsen; Transportes – Dirceu Nogueira; Agricultura – Alysson Paulinelli; Educação e Cultura – Ney Braga; Trabalho e Previdência Social – Arnaldo Prieto; Aeronáutica – Araripe Macedo; Saúde – Mário Machado, Indústria e Comércio – Severo Gomes; Minas e Energia – Shigeaki Ueki; Planejamento – João Paulo Reis Veloso; Interior – Rangel Reis; Comunicações – Euclides Quandt de Oliveira; chefe do Serviço Nacional de Informações – João Baptista Figueiredo.

Durante o governo Geisel poucas foram as mudanças de ministros. A primeira se deu, logo no início de sua gestão, com o falecimento do ministro do Exército, general Dale Coutinho, que foi substituído pelo general Sylvio Frota. Este permaneceu no poder até a crise que determinou a sua demissão, em outubro de 1977, quando foi nomeado o general Fernando Bethlem.

O ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes, foi substituído a 9 de fevereiro de 1977 pelo presidente do Banco do Brasil, Pedro Calmon de Sá. O ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, deixou o Ministério para concorrer ao governo do Paraná, sendo substituído por um elemento de seu gabinete, Euro Brandão. O general Hugo de Abreu deixou o governo em janeiro de 1978, sendo designado para substituí-lo o general Morais Rego. Dirigindo-se aos seus auxiliares, o presidente da República declarou que aquela primeira reunião era o marco inicial de uma ação de equipe que esperava viesse se estender, coordenada e perseverantemente, por todo o período governamental, para o devido cumprimento das pesadas responsabilidades que assumiam.

Entendia que, na ampla e complexa escala da problemática nacional, não cabia atribuição que fosse estritamente da responsabilidade única e total de determinado Ministério: "Toda ação do governo é hoje necessariamente integrada em face das repercussões inevitáveis de dependência, mais ou menos estreita, entre os vários setores em que, através de planos, programas e projetos se desdobra a multiforme atividade – gerencial, promotora ou simplesmente incentivadora – do governo. Essa realidade indiscutível exige a máxima coesão da equipe ministerial, assegu-

rada por freqüentes e francas discussões de grupo, em reuniões formais, dos problemas que a defrontem. Não pode, nem deve haver compartimentações, pois estas, geralmente, são frustrantes e propiciadoras de erros, por vezes irreparáveis."

Era o antigo oficial do Estado-Maior que assim falava. Espera contar com a total adesão dos seus ministros a este processo de trabalho. Prometia-lhes que não lhes faltaria a qualquer tempo e em tudo que requeresse a sua interferência coordenadora, exercida pessoalmente, ou através de delegação. Em todo caso assumiria plena responsabilidade pela decisão final que "de direito e de fato coubera ao presidente da República".

Em contrapartida à ampla liberdade de debate que prometia assegurar e esperava ver implantada, nos vários escalões da administração pública, deveria haver, necessariamente, leal e disciplinado acatamento à decisão final que fosse tomada, no momento exato, pelo chefe responsável.

Recordava que, em pronunciamento público, já salientara que a revolução de 1964 fundamenta toda a sua doutrina estratégica no binômio do desenvolvimento e da segurança, reconhecido desde logo que, em essência, o primeiro é dominante. Disse textualmente:

"Em termos mais precisos pode dizer-se que a ação estratégica da revolução tem sido e continuará a ser exercida de modo a promover, para a nação brasileira, em cada etapa, o máximo de desenvolvimento possível, com o mínimo de segurança indispensável. O desenvolvimento de uma nação é, necessariamente, um desenvolvimento integrado, o que não implica, de forma alguma, progresso linear, paralelo, entre os vários setores, admitindo-se, ao contrário, defasagens impostas por fatores conjunturais e pela sempre limitativa disponibilidade de recursos e, bem assim, por decisão estratégica de avanço mais rápido, a princípio, em setores considerados prioritários. Importa reconhecer, entretanto, que retardos excessivos em qualquer parte da ampla frente da ação governamental, inevitavelmente, acabarão por frear o progresso em todos os outros setores.

De forma semelhante, no quadro da segurança nacional, o processo de seu reforço é também essencialmente integrado, de vez que esse processo é o mesmo do próprio desenvolvimento nacional, aplicado apenas em um campo especializado e mais restrito. O mínimo de segurança indispensável resulta, pois, da interação devidamente balanceada dos diferentes graus de segurança alcançados ou desejados, em cada um dos seus setores componentes.

Cabe salientar, ainda, a estreita vinculação que se estabelece entre esses dois processos aqui apresentados distintamente — o do desenvolvimento nacional e o da segurança —, ambos integrados nas suas áreas peculiares, mas, também, integrados entre si.

Organicidade, integração e articulação sistemática devem reger, por-

tanto, em todas as atividades do governo, tanto na área do desenvolvimento quanto na esfera mais limitada da segurança nacional. Daí, a exigência do planejamento, programas e projetos integrados, ação governamental integrada e, pois, um Ministério também integrado, coeso e bem coordenado.

Na escolha dos destacados nomes que compõem a minha equipe de governo, levei especialmente em conta o elevado potencial de cada um para o trabalho em grupo e espero não me ter enganado. Quanto a mim, zelarei sempre para que assim funcione o escalão supeior de governo, inspirando, de alto a baixo, a práxis administrativa. Estou convicto de que só deste modo, somando energias e livremente confrontando ideais, poderemos dar conta da ingente tarefa que nos foi cometida, de impulsionar este portentoso País, em mais uma etapa, decisiva e larga, de progresso acelerado para seus grandes destinos.

Certo é que recebemos valiosa herança dos governos da revolução, os quais, nesses últimos dez anos, conseguiram alçar o Brasil a posição de destaque no quadro das novas potências emergentes, com um mercado interno que se situa entre os dez maiores do mundo ocidental e um produto interno bruto, este ano, da ordem de 66 bilhões de dólares. Após uma fase de sacrifícios inadiáveis – onde se impuseram como prioridades o combate à inflação, a remodelação das instituições econômicas e a instauração da credibilidade externa e, paralelamente, a criação de um clima de ordem, estabilidade, dedicação ao trabalho e confiança no futuro –, passamos a colher índices de desempenho altamente satisfatórios: taxas de crescimento do produto real, desde 1968, entre 9 e 11,5% ao ano; inflação cadente e neutralizada, em suas maiores distorções pela correção monetária e pelo sistema das minidesvalorizações cambiais; balanço de pagamentos superavitários, permitindo o acúmulo de reservas que, em dezembro de 1973, se elevaram a mais de seis bilhões de dólares.

Principalmente no governo do presidente Médici, com o alto dinamismo da economia, registraram-se os maiores índices de prosperidade da História moderna do País, esperando-se atingir, em 1974, um nível de renda *per capita* superior a 600 dólares.

A grande expansão e a diversificação de nosso setor externo nesses dez anos levaram o comércio exterior do Brasil ao valor de 12 bilhões de dólares em 1973, o que possibilitou ao País enfrentar confiantemente os desafios mais sérios do futuro.

Não é menos certo, porém, que drásticas mudanças ocorridas no cenário mundial – como a crise de energia, escassez de alimentos e matérias-primas essenciais, em geral, a do petróleo e seus derivados, em particular, a instabilidade no sistema monetário internacional, ainda em dolorosa busca de nova ordenação, a inflação que se generaliza pelo mundo todo a taxas alarmantes, as tensões políticas e sociais, exacerba-

das pelo fermento do apelo irresponsável à violência e que intranqüilizam a vida das nações, num cenário de transição para nova ordem internacional de contornos ainda indefinidos – determinarão sérias repercussões no panorama nacional, sobretudo num ano de intensa atividade política, como este de 1974, em que significativos eventos ocorrerão na vida nacional.

Os grandes êxitos alcançados e o espírito de unidade dos governos da revolução, mantido a despeito do salutar rodízio de pessoas próprio do regime democrático, recomendam uma linha mestra de continuidade de ideais e de planos para a ação governamental.

Continuidade, todavia, não significa imobilismo, E, se temos forçosamente de nos adaptar àquelas novas circunstâncias externas, as quais representam sérios desafios, devemos não só aperfeiçoar os mecanismos institucionais de coordenação da política do desenvolvimento e segurança, mas, por outro lado, atender a novos objetivos e a novas prioridades que decorram, naturalmente, do estágio de progresso mais elevado já alcançado pelo País.

Assim, em alguns casos, variará o esforço principal da ação do governo – e guardar-se-ão diferentemente os esforços secundários. Isso não significa, entretanto, que se pretenda abandonar o I Plano Nacional de Desenvolvimento, ainda vigente para este ano, mas que, de fato, tratar-se-á de completá-lo e de complementá-lo através do II Plano, em elaboração, dentro das diretrizes básicas e análogas, porém adequadas à presente situação e à sua possível evolução nos próximos anos.

Para tanto, contamos com a confiança e cooperação que o povo de nossa terra tem dado aos governos da revolução de 64 e que certamente também não lhe faltarão."

Prossegue examinando os diversos setores, a começar pela política externa, em que anuncia o pragmatismo responsável e consciente dos deveres da Nação, bem mais adulta, no terreno da solidariedade e cooperação internacional em prol da paz mundial. Dá relevo especial ao nosso relacionamento com as nações irmãs da circunvizinhança de aquém e de além-mar.

No setor político interno promete gradual mas seguro aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso, estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral para a criação de clima salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da revolução de 1964. Afirma que os instrumentos excepcionais de que o governo se acha armado, para a manutenção da atmosfera de segurança e de ordem, almeja vê-los "não tanto em exercício duradouro ou freqüente", antes como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica e, assim mesmo, até que vejam superados pela imaginação política criadora, capaz de substituir,

quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficazes dentro do contexto constitucional.

Isto não dependerá tão-somente do poder do Executivo federal, afirma, pois reclama em larga escala a colaboração sincera e efetiva dos demais órgãos do governo. Dependerá necessariamente de que "o espírito de contestação de minorias trêfegas e transviadas, perturbador da vida do País, e responsável ou demagógico, com apelo até das armas do embuste, da intriga ou da violência, acabe por exaurir-se, ante repúdio geral pelo reconhecimento pleno da realidade hoje inconstestável que é a implantação definitiva de nossa doutrina revolucionária.

Prosseguindo, declara: "E não se acoime esta de antidemocrática, quando ao que ela visa, em verdade, é o aperfeiçoamento, em termos provadamente realistas, das práticas democráticas, adequando-as melhor às características de nossa gente e ao estágio alcançado pela evolução social e política do País, a salvo porém dos atentados, declarados ou solertes, por parte dos que, em nome da democracia liberal, só desejam de fato destruí-la ou, em proveito próprio, viciá-la."

Aceitará a colaboração desinteressada, leal "e nunca impositiva" dos organismos intermediários dos mais variados setores da atividade: "O que não poderemos nem devemos outorgar, para o resguardo da própria dignidade do poder federal, será intromissão, sempre indevida, em áreas de responsabilidade privativa do governo, a crítica desabusada ou mentirosa, as pressões insistentes e descabidas que partem de quem não tem o mínimo de compromisso inerente ao munus público."

Trata do desenvolvimento econômico, que promete seguir as mesmas linhas mestras da política que vinha sendo adotada. Promete reagir às fortes influências inflacionárias que chegam do Exterior com redobrada vigilância na contenção da inflação, mantendo os mecanismos de controle de preços e salários ainda indispensáveis à contenção de pressões altistas. Buscará o controle dos preços, as medidas monetárias e fiscais cabíveis para a proteção do consumidor. Admite, porém, que a crise internacional de matérias-primas exigirá o realinhamento de vários preços internos, como os de derivados do petróleo. A alternativa a esse realinhamento seria a criação ou manutenção de subsídios expressos ou insumidos. Trata do capital estrangeiro: "Por outro lado, impacto diverso, não menos importante, das mudanças ocorridas na estrutura internacional de preços deverá sentir-se em nosso balanço de pagamentos. Serão bem mais altas, por conseguinte, as necessidades de ingresso líquido de capitais estrangeiros – possivelmente o dobro em 1974 do que precisamos no ano anterior. Torna-se pois recomendável a manutenção, em áreas não estratégicas, da mesma política sábia de tratamento equânime, até mesmo favorecedor, que vem sendo concedido ao capital estrangeiro, so-

bretudo capitais de risco, para os quais o Brasil *constitui uma área singular de elevada atração.*

Os altos níveis de liquidez mundial, em particular a disponibilidade, em busca de aplicações rendosas e garantidas, de vultosos e crescentes recursos em capital livre no mundo árabe, ao qual nos ligam antigos e sólidos laços de amizade, pela extraordinária participação em nossa vida financeira, econômica e cultural de representantes seus, hoje tão bem integrados na sociedade brasileira e, de outro lado, a credibilidade internacional que o Brasil granjeou, pelo seu excepcional desempenho econômico e, mais concretamente, pelo alto nível de suas reservas cambiais, tornam muito viável o ingresso desses recursos, sob a forma tanto de capitais de empréstimo como de risco.

Devemos evitar porém que, no futuro, a dívida externa cresça desproporcionalmente às nossas exportações. Para tanto, importará sobremaneira aumentar as vendas ao Exterior, agressivamente, e eliminar quaisquer desperdícios na pauta das importações. Insistiremos, ao mesmo tempo, para que tratamento justo, senão preferencial como deveria ser, seja dado às nossas exportações pelos países mais desenvolvidos, os quais sempre timbraram, por longos anos, em estimular a industrialização das áreas subdesenvolvidas e não podem agora, paradoxal e irresponsavelmente, bloquear-lhes a exportação de manufaturados sob a alegação de competição favorecida."

Quanto às taxas de crescimento do produto real, a que concede prioridade número um da estratégia econômica, afirma: "O alto nível de investimentos públicos e privados, a vitalidade de nossa indústria e a potencialidade de nossa agricultura justificam a esperança de que possamos continuar crescendo rapidamente, não obstante as vicissitudes que assaltam hoje a economia mundial. Para isso, impor-se-ão, naturalmente, a revisão de prioridades e, não menos essencialmente, a eliminação de todo desperdício, de modo a extrair-se o máximo resultado de nosso continuado e intenso esforço de desenvolvimento."

Focaliza o esforço no sentido de reduzir dependência quanto às fontes externas de energia, um redobrado apelo à pesquisa em áreas petrolíferas promissoras e ao aumento continuado de nossa capacidade de refino, ou, pelos menos, de assegurar o suprimento a prazo médio e, se possível, longo do mercado nacional de preços dos mais reduzidos. Para isso será dada toda atenção especial na área da infra-estrutura ao impulsionamento nacional de corredores de transportes como a solução mais moderna e integrada para os problemas da circulação de bens, criados por uma economia já complexa e diversificada. Lembra a escassez de combustíveis líquidos, já considerada no governo Médici, recomenda esforços prioritários quanto ao aproveitamento racional de nossos recursos hidrelétricos ainda disponíveis e quanto à intensa preparação do País para

a era da energia nuclear, seja através da pesquisa de jazimentos de minerais físseis, seja pela absorção da tecnologia de alta especialização característica deste setor sofisticado, sem que se esqueçam as possibilidades do aproveitamento de outras fontes de energia, como o carvão, o xisto, e a energia solar, por exemplo.

No setor industrial salienta a importância de alcançarmos, no mais curto prazo, nossa maioridade em dois setores básicos, além do siderúrgico – o da indústria eletrônica, especialmente quanto a computadores, e o da indústria de bens de capital, que ainda nos oferece a possibilidade de substituir importações.

Fala da mineração, do incentivo à pesquisa e à lavra em moldes adiantados. Refere-se ao desenvolvimento tecnológico, com aplicação especial no setor industrial, da agropecuária e da infra-estrutura.

Afirma que não descuidará de limitar o mais possível as alarmantes deseconomias que resultam no desperdício irresponsável da utilização de recursos minerais, mesmo os mais escassos, assim como de velar pela adoção de práticas racionais contra a poluição ambiental, valendo-se da dramática experiência de outros países.

Ocupa-se com a expansão da fronteira agrícola bem como com o aumento da produção nas áreas já ocupadas, onde o preço da terra, em exagerada ascensão impõe milagres de produtividade. Alude às oportunidades que se oferecem ao País nesse particular em face da fome mundial, produtos tais e das exigências crescentes de nossa população.

Menciona os programas de integração nacional Proterra, Provale e Prodoeste.

Ocupa-se do programa financeiro reconhecido, que impõe ao Estado cuidado pronto, saneamento e paulatino fortalecimento do mercado de capitais, não receando a captação de recursos externos sob ajustado controle, nem abandonando à própria sorte os pequenos investidores, inclusive das minorias desprotegidas das sociedades anônimas.

Promete fortalecer e sanear os setores bancários e securitários, orientando-os, convenientemente, na aplicação das reservas.

Demora-se tratando do campo social, do bem-estar do povo:

"Importa ressaltar que a estratégia de desenvolvimento adotada, respeitando embora a prioridade essencial que se deve dar ao crescimento do produto real, preocupa-se, sobremaneira, com a universalização dos benefícios que se forem alcançando, a fim de que o elevado aumento esperado na renda *per capita* do País para esta década – da ordem de 100% – não seja apenas um indicador abstrato, mas conduza realmente à melhoria dos padrões de vida de todas as camadas sociais.

O censor de 1970, a despeito de suas imprecisões, revelou que as desigualdades individuais de renda se mostravam muito mais acentuadas entre nós que na maioria dos países do mundo ocidental: que os benefícios

do desenvolvimento, na década de 1960, foram colhidos, em sua maior parte, pela camada mais rica da população economicamente ativa, e que o hiato entre os salários da mão-de-obra qualificada e não-qualificada era desmedidamente intenso em relação aos padrões internacionais. Ao mesmo tempo, persistem agudas disparidades econômicas regionais que expõem o contraste de um Centro-Sul razoavelmente desenvolvido com um Norte e Nordeste ainda flagradamente contaminados pelo subdesenvolvimento. A política de incentivos fiscais, se impediu que os desníveis regionais se agravassem, não teve força suficiente para corrigir, de forma significativa, os desníveis de produtividade e de renda *per capita*.

Um exame detido do problema revela que a melhoria da distribuição de renda, para compatibilizar-se com a manutenção de altas taxas de crescimento econômico, é processo que demanda tempo e racionalidade. O distributivismo fácil que tenta atenuar as desigualdades individuais pela prodigalidade no reajuste dos salários nominais está fadado ao fracasso pelo que gera tensões inflacionárias, de limitação das oportunidades de emprego e da mutilação do potencial de poupança e de desenvolvimento. Nossa experiência anterior à revolução de 1964 e experiências semelhantes em outros países desabonam definitivamente esse distributivismo emocional. A melhoria da distribuição pessoal da renda terá que resultar, em primeiro lugar, da valorização do homem pela educação e pela política de desenvolvimento e de criação de empregos e, em segundo lugar, do aperfeiçoamento da política fiscal, da criação de fundos institucionais de poupança pertencentes aos trabalhadores e da melhoria da saúde e da assistência social. A propósito, é alvissareiro registrar a atual escassez de mão-de-obra, inclusive nos menores níveis de qualificação – sinal de que os frutos do desenvolvimento estão atingindo as camadas menos favorecidas da força de trabalho, num sintoma sugestivo de melhoria da distribuição de renda.

No que diz respeito às desigualdades econômicas regionais cabe, em primeiro lugar, aprimorar os mecanismos de utilização dos incentivos do Imposto de Renda, melhorando os critérios de seleção dos projetos, adaptando-os às vantagens comparativas de cada região e assegurando o equilíbrio entre a oferta e a procura de incentivos. E, em segundo lugar, aperfeiçoar o sistema de distribuição das rendas tributárias, de modo a permitir maior equilíbrio entre as taxas de desenvolvimento das diferentes unidades da Federação. Nesse particular, cabe dizer que o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias, se representou notável progresso em relação ao antigo Imposto Sobre Vendas e Consignações, ainda distribuiu inadequadamente a renda fiscal entre regiões.

No quadro mais geral do aperfeiçoamento de nosso potencial – e o homem brasileiro, sem distinção de classe, raça ou região onde viva e trabalhe, é o objeto supremo de todo o planejamento nacional –, o governo fe-

deral, nas suas prioridades, colocará recursos suficientes para novos programas especiais nos campos principalmente da educação, da cultura e da saúde, em moldes a serem definidos no Plano Nacional de Desenvolvimento.

De qualquer modo, coordenando, apoiando, controlando ou complementando as atividades a cargo dos Estados da Federação e dos municípios, cuidar-se-á muito especialmente:

— da universalização do ensino do 1º grau, buscando atingirem-se as metas, ambiciosas mas justas, da recente reforma básica do ensino, em implantação;

— da melhoria, em qualidade, do ensino do 2º grau, dando-lhe o saudável conteúdo profissionalizante e terminativo que ora deve inspirá-lo, mas que exige tempo e abundantes recursos novos em professores habilitados e em material didático e de treinamento — todo um amplo programa a cumprir-se, inclusive através de bem-orientada política de incentivos aos estabelecimentos particulares do ramo;

— do ensino técnico e preparação de mão-de-obra qualificada, nos vários níveis exigidos pelo desenvolvimento do País;

— de uma reforma universitária que objetive a instituição de universidades polivalentes e multifuncionais, bem integradas na sociedade, multiplicando-se, sob vigilância mais severa, os cursos de pós-graduação, mas sempre visando prioritariamente à melhoria da finalidade e eficiência do ensino superior, cuja notável expansão acelerada dos últimos anos, dentro da idéia generosa e democrática de ampliar as oportunidades de formação universitária, não poderia deixar de abrir margens ao perigo da redução qualitativa;

— da erradicação definitiva do analfabetismo de adultos, transferindo-se desde logo os recursos que paulatinamente venham a ficar disponíveis para o ensino supletivo de 1º grau, voltado para as necessidades dos recém-alfabetizados mais jovens e aproveitando-se, em ambos os casos, a válida experiência do Mobral para campanhas nos setores da educação sanitária, da medicina preventiva, da coleta de dados estatísticos e da difusão da cultura, entre outras;

— do apoio às atividades culturais, estimulando a criatividade, de um lado, e possibilitando maior acesso a nosso rico patrimônio cultural, ainda insuficientemente conhecido;

— da educação física e da prática dos desportos, como valiosos elementos de aperfeiçoamento dos valores morais do indivíduo e de elevação de sua capacidade física, componentes indispensáveis de uma política de desenvolvimento social e de integração nacional;

— do saneamento básico e da medicina preventiva, para o que se tratará de dar remédio à carência crítica de profissionais especializados que hoje limita quaisquer esforços, e de promover, desde logo, a integração

dos institutos de pesquisa nas atividades programadas;

– do fortalecimento da estrutura sindical tanto na cidade como no campo, possibilitando-se a seleção de uma liderança autêntica e mobilizando-se os sindicatos para sadia cooperação às atividades culturais e educativas, inclusive a educação sanitária e educação física;

– da implantação efetiva das regiões metropolitanas, para cobertura do déficit de serviços básicos nas grandes áreas urbanas do País, principalmente quanto a transportes coletivos, água, esgotos, combate ao crime e zoneamento; dando-se relevo ao papel que assume, hoje em dia, o encaminhamento de soluções modernas e de grande porte para os transportes de massa, como único meio eficaz de reduzir, realisticamente, a dependência excessiva em relação ao uso do transporte individual;

– do aperfeiçoamento do mecanismo técnico, administrativo e financeiro dos programas do Banco Nacional da Habitação, ampliado em suas funções como principal agente financeiro especializado para o complexo das atividades básicas do desenvolvimento urbano, objetivando-se em particular, no setor de habitação, proporcionar melhores oportunidades para as classes da população de menor poder aquisitivo e recorrendo a uma descentralização operacional por todo o território nacional, em articulação com Estados e municípios;

– do atendimento urgente ao grave problema do menor abandonado que infesta sobretudo os grandes centros urbanos; e

– da modernização do arcaico e desumano sistema penitenciário existente no País.

Tal conjunto de atividades exigirá a aplicação de recursos vultosos, sem dúvida, mas constitui, de fato, investimento de alta rentabilidade reflexa, a prazo médio ou longo, no próprio desenvolvimento econômico do País e exige imperiosamente a implantação de um rigoroso sistema de controle na base da computação de índices da produtividade real pelo confronto entre custos e benefícios.

Por outro lado, a experiência acumulada nos últimos anos em matéria de política de desenvolvimento recomenda uma série de aperfeiçoamentos institucionais na legislação geral e no funcionamento da cúpula governamental. Nesse sentido, estou remetendo ao Congresso Nacional dois projetos de lei, o primeiro reformulando a estrutura ministerial, o segundo modificando a composição e as atribuições do Conselho Monetário Nacional, além de um projeto de lei complementar visando à programação integrada dos recursos do PIS e do Pasep."

Anuncia os dois primeiros projetos que encaminhará ao Congresso:

"O primeiro projeto transforma o atual Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em Secretaria do Planejamento, órgão de assessoramento direto da Presidência da República; cria o Ministério da Previdên-

cia e Assistência Social, o que se encarregará do sistema previdenciário e da assistência social, que assim ganha *status* correspondente à alta prioridade que o governo atribui a esse setor; cria o Conselho Nacional do Desenvolvimento e aperfeiçoa os mecanismos de coordenação interministerial.

O segundo projeto remodela o Conselho Monetário Nacional, simplificando a sua estratégia, assegurando harmonia entre as suas deliberações e as diretrizes traçadas pelo Poder Executivo e retirando-lhe as atribuições relativas à política nacional do abastecimento. Estas passarão a ser executadas conjuntamente pelos ministros-chefes da Secretaria do Planejamento, da Fazenda, dos Transportes e da Agricultura, sob a coordenação deste último.

Os dois projetos de lei citados, ressaltando o caráter orgânico e integrado que se quer emprestar à ação do governo, representam o primeiro passo no sentido de aperfeiçoar as nossas instituições dentro da linha de continuidade administrativa. Outros aperfeiçoamentos naturalmente se imporão com o correr do tempo, a começar pela simplificação do esquema administrativo, diminuindo-se a prejudicial duplicação de órgãos e a superposição de funções, sempre que possível, e pelo remanejamento dos que não se encontram bem enquadrados em alguns ministérios, devendo ser deslocados para outro."

Finalizando, diz que outra preocupação que assalta desde logo o governo é a excessiva multiplicidade de leis, decretos e regulamentos, muitas vezes dificultando a interpretação e a correta aplicação.

Renova o empenho num melhor entrosamento dos órgãos ministeriais e das centrais dos sistemas nacionais de informações, assim como a articulação bem coordenada entre as assessorias de Imprensa da Presidência e dos diversos ministérios.

Em seu discurso-programa o presidente Geisel deixou de considerar as Forças Armadas, anunciando que apresentaria as diretrizes gerais na primeira reunião do Alto Comando, a se realizar dentro de breves dias.

AS ELEIÇÕES DE 1974

CAPÍTULO III

O programa de governo, cuidadosamente elaborado pelo artigo oficial do Estado-Maior, comportava três eleições, em 1974, 1976 e 1978; renovando dois terços do Senado Federal, toda a Câmara dos Deputados, as Assembléias Legislativas estaduais e as Câmaras municipais. Além de prover o processo eleitoral de indicação e escolha de seu sucessor.

No dia 15 de novembro de 1974, mais de 23 milhões de eleitores foram convocados para escolher, em 22 Estados e 3 Territórios, 22 senadores, 364 deputados federais e 787 deputados estaduais, na terceira eleição geral em que se defrontaram a Arena, como partido governista, e o MDB, como partido de oposição.

O objetivo do MDB era alcançar um terço da Câmara dos Deputados, qual seja, 122 cadeiras, conquistando uma posição que lhe proporcionasse a oportunidade de pedir a instalação de comissões parlamentares de inquérito e tomar outras providências que, então, o número reduzido de sua representação não permitia, pelo regime parlamentar.

A Arena lutava para aumentar a maioria na Câmara dos Deputados e no Senado e a vantagem que desfrutava, nas Assembléias Legislativas estaduais, a fim de dar suporte político aos governadores eleitos, por sufrágio indireto, no dia 3 de outubro de 1974, para assumirem no dia 15 de março de 1975.

Além da representação federal, os eleitores da antiga Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro, iam escolher os 94 deputados estaduais que, a

partir de 15 de março de 1975, iam integrar a Assembléia Constituinte do novo Estado do Rio de Janeiro.

Uma inovação desse pleito foi a aplicação da Lei Etelvino Lins que proporcionou o transporte e alimentação dos eleitores das zonas rurais de catorze Estados. Para tanto, foi gasta a importância de 14 milhões, sob controle direto da Justiça Eleitoral. A Lei Etelvino Lins não foi aplicada na Guanabara e no Rio Grande do Sul.

O TSE não estendeu, como foi pretendido em MT, o benefício da Lei Etelvino Lins aos filhos dos eleitores.

Depois de ter sido duramente batido nas eleições parlamentares de 1970 e nas municipais de 1972, o MDB lançou-se a esta campanha com o maior entusiasmo, visando a conquistar não só o terço da Câmara como dobrar o número de seus senadores de sete para 14. Na Guanabara, Paraíba e Acre, os candidatos do MDB lutaram pela reeleição. Em São Paulo, Pernambuco e Ceará, a campanha se desenvolveu em alternativas, enquanto os partidos e seus candidatos, cada qual apregoava mais entusiasticamente a vitória. Discursando num comício, que reuniu cerca de 10 mil pessoas no bairro de Casa Amarela, no Recife, o candidato ao Senado pelo MDB, deputado Marcos Freire, afirmou que venceria o pleito de 15 de novembro "pelos votos das donas-de-casa, dos homens livres, dos trabalhadores da cidade e dos campos e dos estudantes".

A oposição afirmara que venceria as eleições em Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro. A Arena assegurava a vitória no pleito proporcional, em todo o País só fazendo concessões às possíveis vitórias de oposicionistas nas disputas majoritárias em um ou dois Estados.

Uma das campanhas mais acesas foi a disputa do Rio Grande do Sul, entre os candidatos Paulo Brossard (MDB) e Nestor Jost (Arena) ao Senado. Ambos se afirmavam de antemão vitoriosos, o primeiro sob o argumento de que o eleitorado gaúcho lavraria o seu protesto contra a situação institucional e o segundo escudado nas obras realizadas pelo governo de que fez parte, como presidente do Banco do Brasil.

Em sua campanha, o candidato Nestor Jost assumiu o compromisso de apoiar as reivindicações dos trabalhadores da indústria e dos estudantes por uma maior participação na vida política do País. Em prosseguimento aos compromissos que vinha assumindo, com várias categorias profissionais, o candidato da Arena empenhou sua palavra com os trabalhadores agrícolas na defesa da isenção do Imposto Territorial Rural para os minifúndios e lutar pela instituição de um sistema de financiamento fundiário para aquisição de terras.

Em suas últimas declarações, dizia o sr. Nestor Jost que venceria as eleições por margem superior a 100 mil votos e que o maior adversário que encontrara durante a campanha fora "o custo de vida, do qual evi-

dentemente, não sou culpado e tampouco o governo, porque ele decorre de uma conjuntura mundial".

O presidente nacional do MDB, deputado Ulysses Guimarães, explicou, durante um comício, o slogan usado na campanha: "sem medo e sem ódio"; "MDB sem medo, porque tem a seu lado a lei e o povo; MDB sem ódio, porque não tem o sentido revanchista que lhe querem atribuir, não está voltado para o passado, só se preocupa com o presente e o futuro".

No dia 30 de outubro, o presidente Geisel decidiu suspender até o dia 15 de novembro, data das eleições, as audiências a dirigentes de partidos políticos.

No dia 9 de novembro, porém, recebendo um grupo de líderes sindicais levados ao Palácio do Planalto pelo ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, afirmou que "a política da revolução, ao contrário do que se costuma dizer, não é contra o operário, mas favorece o sindicalismo sadio, fator importante para a vida social do País".

Na Grande Rio calculou-se que meio milhão de pessoas, em média, tenha acompanhado, diariamente, nos horários gratuitos do TRE, pela TV carioca, os pronunciamentos dos candidatos dos dois partidos às eleições de 15 de novembro.

Pronunciamentos dos governadores, também, foram conclusivos. O governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves, manifestou confiança "na vitória integral" dos candidatos da Arena ao Senado, Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas.

O governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins, fez um apelo ao povo em favor da promoção dos candidatos da Arena "para que São Paulo se apresentasse à Nação como um Estado maduro, politicamente". Referindo-se ao MDB, disse que "se ele vencesse, isto não significaria uma contestação à revolução". Chegou a admitir uma composição política com os candidatos da oposição, caso o MDB obtivesse a maioria na Assembléia e Câmara Federal. Afirmou, entretanto, que não tinha dúvidas sobre a vitória da Arena nas eleições.

Em São Paulo, enquanto o MDB promovia um comício em Campinas, no encerramento de sua campanha, com o seu candidato ao Senado Orestes Quércia, que foi prefeito daquela cidade, a Arena encerrava sua campanha com o pronunciamento do senador Carvalho Pinto pela televisão.

O senador Franco Montoro, coordenador da campanha oposicionista, declarou que a maior vitória do MDB é a de estar "obtendo *status* de verdadeiro partido político, com o apoio popular e o respeito do governo". Disse, ainda, que "nosso inimigo não é o governo – ao qual estamos ajudando a retificar os desvios do nosso passado de desenvolvimento – mas, sim, a Arena".

Durante a programação gratuita de rádio e televisão, o presidente do TRE, desembargador Mourão Russel, determinou severa fiscalização dos candidatos que se apresentavam naqueles programas. No dia 1º de novembro, foram cortados do ar dois deputados do MDB, do Estado do Rio: Jaime Campos, que se referiu à administração Raimundo Padilha como "um desgoverno"; e Jarbas Stelmann que acusou o prefeito de Volta Redonda de "corrupto".

Às vésperas do pleito, o ex-ministro Tancredo Neves fez uma declaração: "Ou o MDB sai das urnas transformado numa posição respeitada e respeitável ou, então, a marcha para o partido único será o inevitável."

Voltando a fazer declarações, o senador Franco Montoro afirmou que "o clima de liberdade que precede as eleições de 15 de novembro é um sinal evidente de que o processo de distensão já teve início no Brasil", e que "a democracia está de parabéns".

Falando, no Rio de Janeiro, o senador arenista Magalhães Pinto, depois de dizer que "os governistas devem esquecer os ressentimentos e lutar pela vitória eleitoral", afirmou que "o presidente Geisel está imbuído do firme propósito de promover a distensão e, para isso, pediu o apoio de todos os políticos".

O ex-vice-presidente da República, Pedro Aleixo, afirmou que "ao ocuparem os horários gratuitos do TRE, para propaganda eleitoral no rádio e televisão, os candidatos que vierem a ser eleitos no dia 15, ao prestarem o compromisso constitucional, estarão se comprometendo a impedir a prevalência dos atuais obstáculos à formação de novas agremiações políticas".

O presidente do MDB do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, afirmou "que a vitória da oposição dará cobertura popular ao presidente Geisel para a revisão do rumo da política econômica e social dos últimos governos".

Segundo a prévia realizada pelo Instituto Galup e pelo Ibope, o MDB iria ganhar as eleições em São Paulo, Guanabara e Rio de Janeiro prognosticando, na eleição para o Senado, no Rio de Janeiro, a vitória de Danton Jobim sobre Gama Filho, de 400 mil votos.

Cerca de 80% do eleitorado inscrito (36 milhões) compareceu às urnas, numa participação superior à das últimas eleições.

O presidente Geisel declarou, ao votar, que "é fundamental essa demonstração de liberdade vigente no País, contrariando o que muitos dizem. Vim aqui, como um cidadão comum, exercer um direito e um dever".

Os mapas, divulgados no dia 15 de novembro, apresentavam os seguintes números das eleições em cada Estado e Território.

Territórios: Roraima – 12.323 eleitores; Amapá – 31.576 eleitores; Rondônia – 17.551 eleitores.

Estados: Rio Grande do Sul – 2.957.907 eleitores; Santa Catarina – 1.350.353 eleitores; Paraná – 2.753.898 eleitores; São Paulo – 8.024.599 eleitores; Guanabara – 2.221.006 eleitores; Rio de Janeiro – 2.028.994 eleitores; Mato Grosso – 580.104 eleitores; Minas Gerais – 4.509.535 eleitores; Bahia – 2.400.751 eleitores; Sergipe – 271.647 eleitores; Alagoas – 377.409 eleitores; Pernambuco – 1.603.421 eleitores; Paraíba – 855.658 eleitores; Rio Grande do Norte – 565.629 eleitores; Ceará – 1.374.469 eleitores; Piauí – 596.650 eleitores; Maranhão – 675.393 eleitores; Amazonas – 303.875 eleitores.

Ao serem apresentados os primeiros resultados, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do MDB, anunciou que o partido se atirará, imediatamente, a um plano de organização partidária para as eleições municipais de 1976.

O coordenador da nacional do MDB, comentando os resultados apresentados, declarou que "os governadores do futuro Estado do Rio de Janeiro, de São Paulo e Rio Grande do Sul, não devem esperar uma atitude hostil da maioria oposicionista nas Assembléias Legislativas", e anunciou que o partido vai "sentar para analisar cautelosamente o resultado do pleito do dia 15".

O futuro governador do Rio de Janeiro, almirante Faria Lima, declarou "que não terá dificuldades para administrar com uma Assembléia emedebista, pois governar com maioria ou minoria é próprio do regime democrático".

O líder do governo, na Câmara dos Deputados, deputado Célio Borja, disse que "o MDB tem, agora, uma responsabilidade muito grande como nunca teve antes, pois só nós, do governo e da Arena, tínhamos responsabilidade perante a Nação".

O senador Magalhães Pinto assegurou que a derrota das eleições, sofrida pela Arena, não vai afetar o governo do presidente Geisel, e que, "pelo contrário, os resultados poderão favorecer a execução do programa político de descompressão gradativa que todos almejam".

O ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, afirmou "que o maior aliado das eleições no País foi o custo de vida" e que seria muito fácil para o governo manter as aparências de uma situação de equilíbrio. No entanto, preferiu uma política realista em que o próprio consumidor participa do ônus da crise mundial.

Os primeiros resultados anunciaram que a votação dos candidatos oposicionistas ao Senado, eleição majoritária, ultrapassou 12 milhões de sufrágios, enquanto os arenistas totalizaram apenas 7 milhões e 200 mil votos.

Falando da tribuna do Senado no dia 20, Franco Montoro, coordenador da campanha nacional do MDB, atribui a vitória "ao povo". O senador eleito pelo Rio Grande do Sul, Paulo Brossard, disse que "não pode-

mos voltar a 1964 nem a 1954, pois temos é de caminhar para a normalidade institucional".

O governador do Rio Grande do Sul, Sinval Guazzelli, anunciou, ao deixar o gabinete do presidente Geisel, em Brasília, que está pronto para manter um clima de diálogo com a oposição,"o qual proporei,em termos elevados e mutuamente respeitosos".

Falando no Senado, o senador Amaral Peixoto disse que as eleições "são o elemento para assegurar, no Exterior, que estamos caminhando no sentido de uma reabertura política".

De acordo com os resultados finais da eleição carioca a Arena só conseguiu eleger seis dos 24 deputados federais e 12 dos 48 deputados à Constituinte, sofrendo uma derrota mais grave que a de 1976, quando havia atingido seu ponto mais baixo de votos. O candidato emedebista ao senado, Danton Jobim, teve 1 milhão, 150 mil e 983 votos, enquanto que o da Arena, Gama Filho, teve 469 mil e 378 votos.

O resultado eleitoral ensejou várias declarações: o governador do Rio Grande do Sul, Sinval Guazzalli, disse que "trabalhará para entregar a casa em ordem a quem vencer o pleito direto de 1978". Ainda sobre a eleição direta, o senador eleito do MDB de Goiás, Lázaro Barbosa, afirmou que "não existe possibilidade de as eleições para os governos dos Estados, em 1978, serem indiretas porque o artigo 13 da Constituição garante eleições diretas e, para reformá-lo, seriam necessários dois terços do Congresso e a Arena não mais o detém".

Os governadores de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, Paulo Egydio Martins, Sinval Guazzelli e Aureliano Chaves reuniram-se, em Brasília, a fim de examinar os resultados das eleições parlamentares do dia 14 e estudar medidas objetivando o fortalecimento do seu partido, a Arena. Uma das conclusões a que chegaram é que "a Arena deve começar já um trabalho de reorganização de suas bases, debaixo para cima".

Depois de conhecido os resultados das eleições, o presidente Geisel teve quatro reuniões, no Palácio do Planalto, uma das quais com o presidente da Arena, senador Petrônio Portella, e o líder do governo na Câmara, deputado Célio Borja, com os quais examinou os resultados das eleições. Também participaram das reuniões o chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, ministro Golbery do Couto e Silva; ministro da Justiça, Armando Falcão, o governador e o vice-governador do Rio Grande do Sul, Sinval Guazzelli e Amaral de Souza, e o governador eleito de São Paulo, Paulo Egydio Martins.

Em pronunciamento sobre a tese da união nacional, o presidente do MDB, deputado Ulisses Guimarães, manifestou-se contrário a ela, como também à participação do partido nos governos dos Estados onde fez a maioria da Assembléia.

Resultados finais para o Senado

Acre – Venceu o senador emedebista Adauto Sena com 23.394 votos contra o arenista Jorge Kalume, que teve 20.591 votos.

Alagoas – Venceu o arenista Teotônio Vilela com 140.989 votos contra o candidato do MDB, Pedro Muniz Falcão, que teve 95.213 votos.

Amazonas – Venceu o candidato emedebista Evandro Carrero com 87.103 votos, contra o arenista Flávio de Brito, que teve 54.411 votos.

Bahia – Venceu Luís Viana Filho, da Arena, com 848.943 votos, contra os 412.848 votos de Clemens Sampaio, do MDB.

Ceará – Venceu Mauro Benevides, do MDB, com 510.302 votos, contra os 434.066 votos de Edilson Távora, da Arena.

Espírito Santo – Venceu Dirceu Cardoso, do MDB, com 213.038 votos, contra os 168.366 votos de João Carlos Fonseca, da Arena.

Goiás – Venceu Lázaro Barbosa, do MDB, com 428.564 votos, contra os 326.714 votos de Manual Reis, da Arena.

Guanabara – Venceu Danton Jobim, do MDB, com 1.150.983 votos, contra os 469.378 votos de Gama Filho da Arena.

Maranhão – Venceu Henrique La Roque, da Arena, com 295.329 votos. Era candidato único.

Mato Grosso – Venceu Canale Júnior, da Arena, com 182.318 votos, contra os 156.346 votos de Bezerra Neto do MDB.

Minas Gerais – Venceu Itamar Franco, do MDB, com 1.443.443 votos, contra os 1.263.948 votos de José Augusto, da Arena.

Pará – Venceu Jarbas Passarinho, da Arena, com 290.229 votos, contra os 156.521 votos de Álvaro Paes, do MDB.

Paraíba – Venceu Rui Carneiro, do MDB, com 297.780 votos, contra os 278.590 votos de Aluízio Campos, da Arena.

Paraná – Venceu, Francisco Leite, do MDB, com 1.090.831 votos, contra os 703.354 votos de João Mansur, da Arena.

Pernambuco – Venceu Marcos Freire, do MDB, com 605.953 votos, contra os 478.369 votos de João Cleofas, da Arena.

Piauí – Venceu Petrônio Portela, da Arena, com 279.350 votos, contra os 94.662 votos de Manoel Veloso, do MDB.

Rio de Janeiro – Venceu Roberto Saturnino, do MDB, com 212.635 votos, contra os 192.048 votos de Paulo Torres, da Arena.

Rio Grande do Norte – Venceu Agenor Faria, do MDB, com 1.383.288 votos, contra 897.802 votos de Djalma Marinho, da Arena.

Rio Grande do Sul – Venceu Paulo Brossard, do MDB, com 853.772 votos, contra os 482.976 votos de Nestor Jost, da Arena.

Santa Catarina – Venceu Ivo Silveira, do MDB, com 535.850 votos, contra os 473.473 votos de Evilásio Vieira da Arena.

São Paulo – Venceu Orestes Quércia, do MDB, com 4.630.182 votos,

contra os 1.696.340 votos de Carvalho Pinto, da Arena.

Sergipe – Venceu Gilvan Rocha, do MDB, com 103.454 votos, contra os 86.611 votos de Leandro Maciel, da Arena.

Amapá – Rondônia e Roraima – Não têm representação no Senado Federal nem para a Assembléia Legislativa.

Resultados Totais

O MDB fez dezesseis senadores: Acre, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

A Arena fez seis senadores: Alagoas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Piauí.

ELEIÇÕES GERAIS – 1974
SENADO FEDERAL

ESTADOS	Arena	MDB	Brancos	Eleitos Arena	Eleitos MDB
Acre	20.501	23.394	1.915	–	1
Alagoas	140.989	95.213	30.037	1	–
Amazonas	57.411	87.103	17.815	–	1
Bahia	848.943	412.848	209.535	1	–
Ceará	434.066	510.302	77.022	–	1
Espírito Santo	168.366	213.038	39.276	–	1
Goiás	326.714	428.564	72.285	–	1
Guanabara	469.378	1.150.983	124.497	–	1
Maranhão	295.329	do Sul –	163.318	1	–
Mato Grosso	182.918	156.346	51.070	1	–
Minas Gerais	1.263.948	1.443.443	481.965	–	–
Pará	290.229	156.521	65.173	1	–
Paraíba	278.590	279.780	37.707	–	1
Paraná	703.354	1.090.831	200.719	–	1
Pernambuco	478.369	605.953	76.611	–	1
Piauí	279.350	94.662	49.437	1	–
Rio de Janeiro	192.048	212.635	23.969	–	1
Rio G. do Norte	897.803	1.383.288	195.303	–	1
Rio G.	482.976	853.772	170.283	–	1
Santa Catarina	473.473	535.850	86.297	–	1
São Paulo	1.696.340	4.630.182	470.907	–	1
Sergipe	86.611	103.454	20.657	–	1
Amapá*	–	–	–	–	–
Rondônia*	–	–	–	–	–

Roraima*	–	–	–	–	–
Total	10.067.796	14.486.252	2.665.818	6	16

** não tem representação no Senado*

ELEIÇÕES GERAIS – 1974
CÂMARA DOS DEPUTADOS

				Eleitos	
ESTADOS	Arena	MDB	Brancos	Arena	MDB
Acre	21.179	22.573	1.733	1	2
Alagoas	140.061	73.024	44.795	4	2
Amazonas	66.090	73.948	21.462	2	3
Bahia	973.482	247.450	231.833	21	5
Ceará	689.026	176.656	137.003	13	3
Espírito Santo	214.652	142.077	62.235	5	3
Goiás	419.962	285.208	115.108	8	5
Guanabara	410.706	1.160.813	154.604	6	18
Maranhão	317.398	76.807	40.401	8	1
Mato Grosso	226.449	73.121	88.827	6	2
Minas Gerais	1.618.409	1.007.163	583.715	23	14
Pará	259.503	131.419	111.914	7	3
Paraíba	347.055	183.903	69.508	7	4
Paraná	847.272	817.963	298.305	15	15
Pernambuco	659.398	291.795	179.331	13	5
Piauí	292.376	50.773	57.973	7	1
Rio de Janeiro	234.097	139.102	42.299	5	3
Rio G. do Norte	908.859	1.289.314	263.450	13	19
Rio G. do Sul	530.634	772.988	240.773	9	13
Santa Catarina	512.113	437.837	141.099	9	7
São Paulo	2.028.581	3.413.478	1.194.225	17	29
Sergipe	121.100	52.240	31.915	4	1
Amapá*	9.583	10.749	155	–	1
Rondônia*	8.074	–	68	1	–
Roraima*	10.430	15.057	152	–	1
Total	11.866.599	10.954.359	4.112.973	204	160

ELEIÇÕES GERAIS – 1974
ASSEMBL MDBLEGISLATIVAS

				Eleitos	
ESTADOS	Arena	MDB	Brancos	Arena	MDB
Acre	21.088	22.770	1.613	4	5
Alagoas	147.851	77.563	36.822	12	6
Amazonas	70.611	73.705	18.138	7	8

Bahia	1.010.503	242.820	206.053	41	9
Ceará	707.584	182.072	106.968	32	8
Espírito Santo	227.595	151.403	44.730	15	9
Goiás	431.946	296.060	90.533	22	15
Guanabara	414.607	1.174.945	137.156	12	15
Maranhão	313.567	71.593	45.390	22	5
Mato Grosso	239.148	75.897	75.423	18	6
Minas Gerais	1.636.963	1.037.850	537.469	37	24
Pará	279.616	136.453	87.639	20	10
Paraíba	354.706	192.788	49.447	22	11
Paraná	908.867	797.977	272.678	29	25
Pernambuco	680.656	304.145	142.325	29	13
Piauí	313.051	59.791	36.502	20	4
Rio de Janeiro	238.084	137.535	36.704	15	9
Rio G. do Norte	920.274	1.302.097	241.843	23	33
Rio G. do Sul	557.061	796.561	204.462	19	27
Santa Catarina	532.357	430.096	122.006	22	18
São Paulo	2.040.600	3.580.684	970.927	25	45
Sergipe	128.504	55.127	22.688	11	4
Amapá*	–	–	–	–	–
Rondônia*	–	–	–	–	–
Roraima*	–	–	–	–	–
Total	12.184.240	11.209.023	3.487.546	457	330

** – Não tem representação no Senado*
Fonte: Jornal do Brasil – *12-11-78*

O ACORDO NUCLEAR BRASIL – ALEMANHA

CAPÍTULO IV

Foi no governo Geisel que o Brasil e a Alemanha Ocidental assinaram dois documentos que constituem o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, a 27 de junho de 1975.

O primeiro acordo estabelecia a cooperação dos dois países para uso da energia nuclear para fins pacíficos; o segundo constitui o protocolo de cooperação industrial para incrementação daquele primeiro acordo.

O protocolo estabelece todo um conjunto de projetos, incluindo transferência de tecnologia, a ser executada pela Nuclebrás. Enquanto o acordo estabelece as bases de cooperação técnica e científica entre o Brasil e a Alemanha e o plano de aceleração do desenvolvimento da energia nuclear no Brasil.

O acordo projeta a realização de empreendimentos, uma fábrica de reatores nucleares em Sepetiba (Rio de Janeiro); Companhia de Engenharia Nuclear Básica; Companhia de Prospecção e Lavra de Urânio; usina de enriquecimento de Urânio; fábrica de elemento combustível e usina de processamento de materiais irradiados.

Pelo acordo o Brasil participará, por intermédio da Nuclebrás, de um programa conjunto de desenvolvimento da tecnologia de enriquecimento de urânio pelo processo de fato, científico, na Alemanha, de cujos resultados será co-proprietário.

Em uma síntese publicada por Zenilton Bezerra, no *Jornal do Brasil* de 24/10/76, figuram os principais itens desse acordo.

Assim, no seu artigo 1º, o documento assinado pelos ministros das Re-

lações Exteriores dos dois países discrimina que "dentro do quadro do acordo, as partes contratantes fomentarão a cooperação entre instituições de pesquisa científica e tecnológica e empresas dos dois países", abrangendo quatro áreas distintas: a) prospecção, extração e processamento de minérios de urânio, bem como produção de compostos de urânio; b) produção de reatores nucleares e outras instalações, bem como de seus componentes; c) enriquecimento de urânio e serviços de enriquecimento; d) produção de elementos combustíveis e reprocessamento de combustíveis irradiados.

Enfatiza que "tendo em vista a importância que o financiamento, inclusive a concessão de créditos, tem para a cooperação acima referida, as partes contratantes esforçar-se-ão para que, dentro das disposições vigentes nos dois países, as operações de financiamento e crédito sejam realizadas nas melhores condições possíveis".

No artigo 2º, as partes contratantes declaram-se partidárias do princípio da não-proliferação de armas nucleares. O artigo 3º salienta que "a pedido de um exportador, cada uma das partes contratantes concederá, no âmbito das respectivas disposições legais em vigor, licenças de exportação para o fornecimento de material fértil e físsil especial, equipamentos e matéria destinados ou preparados para a produção, utilização e processamento de material especial".

Pelo artigo 4º, os materiais, equipamentos e instalações nucleares, bem como as respectivas informações tecnológicas, exportadas ou transmitidas de território de uma a outra parte contratante só poderão ser exportados, reexportados ou transmitidos para terceiros países se, com relação ao país importador tiver sido concluído acordo sobre salvaguardas e com o consentimento da parte contratante fornecedora.

No artigo 5º, os dois países concordaram que, "cada parte contratante tomará as providências necessárias para garantir a proteção física dos materiais, equipamentos e instalações em seu território, bem como no caso de transporte, entre os territórios das partes contratantes ou para terceiros países".

Comissão mista formada em decorrência do acordo: – estabelece o artigo 6º – "levará devidamente em conta as atividades previstas no presente acordo e fará, quando for o caso, propostas relativas ao prosseguimento de sua implementação", enquanto o artigo 7º diz que a "pedido de uma delas, as partes contratantes entrarão em consultas sobre a implementação do acordo e eventualmente em negociações para a sua revisão".

O empenho para a solução de divergências quanto à interpretação do acordo, por via diplomática, é tratado no artigo 8º acrescentando-se que às "divergências que não puderem ser solucionadas da maneira acima, será aplicado o processo de arbitragem previsto no art. 10º sobre a en-

trada de navios nucleares em águas brasileiras e sua estadia em portos brasileiros".

O art. 9º exclui as obrigações da República Federal da Alemanha para com o Brasil, em decorrência dos tratados que instituíram a Comunidade Econômica Européia e a Comunidade Européia de Energia Atômica. O artigo 10º, mencionado anteriormente, diz que o acordo "aplicar-se-á também ao Land de Berlin desde que o governo da Alemanha não apresente declaração em contrário ao governo do Brasil dentro de três meses que se seguirem à entrada em vigor do acordo".

O artigo 11º, finalmente, menciona a vigência do acordo pelo prazo de 15 anos, contados do dia da assinatura, e diz que ele poderá ser prorrogado tacitamente por períodos de cinco anos, desde que não seja denunciado por uma das partes contratantes pelo menos 12 meses antes de expirar. Fala ainda das medidas de salvaguarda e de proteção física que, "necessárias em decorrência do acordo, não serão afetadas pela expiração do mesmo".

O acordo também determina que "os produtos da Companhia Conjunta Nuclebrás-UG possam ser vendidos à Nuclebrás pelos melhores preços existentes no mercado e que as exportações sejam feitas pela Nuclebrás à Urangesselschaft sob a forma mais nobre possível e pelos melhores preços existentes no mercado".

Finaliza dizendo que "é objetivo geral do programa de cooperação entre os dois países a implantação no Brasil de uma capacidade industrial em todas as áreas do uso pacífico de energia nuclear e a necessária transferência de tecnologia, bem como uma contribuição para o acontecimento da demanda de urânio da República Federal da Alemanha".

Pelo acordo, o Brasil vai adquirir oito usinas nucleares até 1990, de fabricação alemã ou de tecnologia exclusiva daquele país. As duas primeiras já foram compradas à KWU em julho passado, e se referem aos dois reatores e todos os seus componentes pesados, correspondendo a cerca de Cr$ 22 bilhões.

O "ARRASTÃO"

CAPÍTULO V

O governo Médici enfrentou a dura luta das guerrilhas urbana e rural. A reação era tão brutal que parecia inverter a clássica lei da física. Porque, antes da ação revolucionária, a reação policial-militar levara os inconformados ao desespero e a toda forma de contestação.

Mais de uma vez o próprio presidente Médici teve de atuar no sentido de impedir que se cometessem crimes, assassinatos, sob o pretexto de defesa da legalidade. Houve choques com a Igreja quando ela defendeu os violentados, inclusive sacerdotes.

Quando chefe da Casa Militar do presidente Castello Branco, o general Ernesto Geisel teve a incumbência de ir ao Recife apurar denúncias de maus-tratos infligidos aos presos políticos. O fato era verdadeiro. Não foram conhecidas as punições, mas tais práticas abusivas cessaram com a intervenção daquele oficial.

Conhecido o antecedente não era concebível que permanecessem em seu governo as diligências violentas, as detenções, as torturas e as mortes, já não mais nas dependências das polícias civis, mas nos quartéis do Exército. Neste sentido, o presidente Geisel fez uma severa advertência de que não consentiria mais nesses crimes em quartéis do Exército. Vamos dar a palavra ao cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns:

"O caso Herzog foi típico dos idos de 1975. Prendiam-se 45 pessoas cada dois meses, em manobras chamadas 'Arrastão'. Depois de inquérito

feito sob torturas e ameaças, a grande maioria era solta e uns poucos esperavam julgamento. Em alguns casos até sabíamos com antecedência qual o grupo escolhido para o próximo holocausto. Foi o caso dos jornalistas, de outubro.

Na manhã daquele sábado já havíamos mobilizado todas as influências, inclusive a do governador e ao secretário de Segurança, para evitar males maiores. Procurávamos, inclusive, contatos com a Casa Civil da Presidência da República.

Quando Vlado se apresentou, aumentaram as tensões. As notícias que tínhamos por vias indiretas não eram nada tranqüilizadoras. Ainda estávamos junto ao telefone, quando explodiu o rumor: 'Vlado está morto'!"

Com estas palavras o cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, apresenta o livro que relata, minuciosamente, transcrevendo todas as peças do processo movido pela viúva Clarice e seus filhos Ivo e André Herzog contra a União, para declarar a sua responsabilidade na morte de Vladimir Herzog, brasileiro naturalizado, jornalista e professor, com quem era casada e em cuja companhia vivia, junto com seus filhos menores.

Na noite de 24 de outubro de 1975, compareceram às dependências da TV Cultura agentes do Destacamento de Operações de Defesa Interna do II Exército (DOI/Codi) manifestando a pretensão de deter Vladimir Herzog e de conduzi-lo, para prestação de esclarecimentos, à sede do órgão mencionado.

Por interferência da direção da emissora, que mostrou que naquele momento Vladimir Herzog não poderia ser afastado de suas atividades sem que disso adviessem consideráveis prejuízos à programação, os policiais deixaram de efetuar sua prisão. Ao saírem das dependências da TV Cultura, determinaram a Vladimir que, na manhã seguinte, se apresentasse ao Destacamento de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército.

Na manhã seguinte, por volta das 8 horas, Vladimir, cumprindo a determinação que na véspera lhe fora feita, compareceu à sede do DOI situada à rua Tomás Carvalhal, nº 1.030, em São Paulo.

"Ao fim da tarde do mesmo dia, o Comando do II Exército fez distribuir uma nota – amplamente divulgada pela imprensa e integralmente reproduzida em anexo (documento 6) – na qual comunicava a morte de Vladimir Herzog.

A nota afirmava, em síntese, (a) que, no curso de diligências, realizadas na área do II Exército, com o objetivo de apurar atividades do Comitê Estadual do Partido Comunista, Vladimir Herzog fora apontado como integrante de uma célula de base daquela agremiação; (b) que, convidado a prestar esclarecimentos sobre sua militância política, Vladimir apresentou-se (não se esclareceu a que órgão), tendo sido tomadas por

termo suas declarações; (c) que, depois de relutância inicial, foi acareado com seus delatores e por eles aconselhado a dizer a verdade; (d) que, em seguida, admitiu exercer atividades no PCB; (e) que, por volta das 15h, deixado, sozinho, em sala (não esclareceu de que prédio), redigiu declaração, dando conta de sua militância no Partido Comunista; (f) que, aproximadamente às 16h, ao ser procurado, na sala onde ficara, foi encontrado morto, enforcado com uma tira de pano; (g) que o papel, contendo suas declarações, estava rasgado em pedaços, fato que, entretanto, não impediu sua reconstituição; (h) que, solicitada à Secretaria de Segurança a necessária perícia, foi pelos técnicos constatada a ocorrência de suicídio. O oitavo item da nota citada afirma, *in verbis*:

'8. As atitudes do sr. Vladimir Herzog desde a sua chegada, ao órgão do II Exército, não faziam supor o gesto de extremo por ele tomado.'

Nesta oportunidade, os suplicantes trazem à colação cópia do relatório dos técnicos, que, no dia do óbito, foram incumbidos de proceder à perícia, no local onde se encontrava o cadáver de Vladimir, antes que fosse dali retirado (documento 7).

Do relatório – feito mediante requisição do capitão Ubirajara (não se menciona seu sobrenome), do DOI/Codi, à Secretaria de Segurança do Estado – merecem destaque os seguintes pontos:

1.9.a. o cadáver de Vladimir Herzog foi encontrado, junto à janela, 'em suspensão incompleta e sustido pelo pescoço, através de uma cinta de tecido verde';

1.9.b. o traje que vestia o cadáver 'compunha-se de um macacão verde de tecido igual da referida cinta'."

Todas as ocorrências a partir da entrada de Herzog nas dependências do DOI/Codi são narradas no processo, de que extraímos estes dados. Sensibilizada a opinião pública com a notícia e como a informação oficial de que Vladimir Herzog se havia suicidado padecesse dúvida, o general comandante do II Exército, Ednardo d'Avila Melo determinou, através da Portaria nº 03/SJ, de 30 de outubro de 1975, a instauração de um inquérito policial-militar, destinado a apurar "as circunstâncias em que ocorreu o suicídio do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército".

O resultado desse inquérito foi divulgado amplamente e suas conclusões as de que "a morte de Vladimir Herzog ocorreu por voluntário suicídio, por enforcamento, não havendo, destarte, sido apurado qualquer crime previsto no Código Penal Militar, nem transgressão disciplinar, prevista nos regulamentos militares".

Em abono desta conclusão, o relatório do general incumbido do inquérito pelo comandante do II Exército de presidir o IPM transcrevia o seguinte depoimento:

'A testemunha, jornalista Rodolfo Osvaldo Konder, também detido no Destacamento de Operações de Informações para investigações à época em que ocorreu o fato objeto do presente IPM, declarou às folhas 20: a) que esteve, por duas vezes, no dia 25 de outubro, a primeira das quais juntamente com o jornalista George Benigno Jatahy Duque Estrada, também preso, em confronto com Vladimir Herzog nas dependências do Destacamento de Operações de Informações; no primeiro dos dois encontros, aconselhou Vladimir a não negar seu envolvimento na militância do PCB, pois as autoridades militares já tinham conhecimento dos fatos que estavam sendo investigados; b) que no segundo encontro, ocorrido após o almoço daquele dia, Vladimir já, realmente, havia confessado sua participação na militância do PCB, e essa testemunha foi chamada para esclarecer certos detalhes do depoimento; c) que não houve qualquer comentário, no Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna, de que a morte de Vladimir teria ocorrido senão por suicídio; d) que sabia que Vladimir, já há algum tempo, fazia tratamento psiquiátrico."

Acontece, porém, que Rodolfo Osvaldo Konder compareceu, espontaneamente, às 16h10, do dia 7 de novembro de 1975, ao escritório de advocacia dos drs. José Carlos Dias, Maria Luíza Flores da Cunha Bierrenbach, José Roberto Leal de Carvalho e Arnaldo Malheiros Filho, situado na Capital de São Paulo, à avenida São Luís, nº 50, conjunto 211-C, e ali, na presença dos titulares do escritório, do dr. Prudente de Moraes, neto, do professor Godofredo da Silva Telles Júnior, do dr. Hélio Pereira Bicudo e do padre Olivo Caetano Zolin, prestou declarações que esclarecem circunstâncias relacionadas à prisão e morte de Vladimir Herzog.

"Das declarações prestadas por Rodolfo Osvaldo Konder – datilografadas em instrumento assinado pelo declarante e pelas pessoas presentes, do qual se junta cópia fotostática a esta petição (documento II) – querem os suplicantes destacar os seguintes trechos:

'Às 6 horas da manhã do dia 24 de outubro do corrente, tocaram a campainha de minha casa, e, quando fui atender, vi que eram três agentes da Polícia, os quais me disseram que eu deveria acompanhá-los para prestar alguns esclarecimentos. Fui levado numa caminhonete até as dependências do DOI, na rua Tomás Carvalhal, 1.030, endereço este que vim a conhecer posteriormente. Na entrada, colocaram-me um capuz de pano preto na cabeça e me levaram para o interior do DOI. Lá dentro me fizeram tirar a toupa e me deram um macacão do Exército, e eu fiquei sentado num banco com o macacão e o capuz. Fiquei cerca de uma hora esperando, tempo que eu não posso calcular com certeza por terem me tirado o relógio, e fui chamado para o interrogatório. Fui levado para o primeiro andar, pois estava no térreo, e alguém começou a me fazer perguntas sobre minhas atividades políticas. Esta pessoa eu não posso

identificar porque eu estava com o capuz na cabeça. Ela começou a se exasperar e me fazer ameaças, porque não estava satisfeita com as respostas que eu dava, pediu uma delas que trouxesse a 'pimentinha', que é uma máquina de choques elétricos, e a partir daí eu comecei a ser torturado. Uma pessoa que mais tarde pela voz eu identifiquei como o chefe da equipe, e era forte, barrigudo, moreno, de cara raspada. Este homem me batia com as mãos e gritava que ele era um anormal, o que eu achei muito estranho. Depois instalaram nas minhas mãos, amarrando no polegar e no indicador, as pontas de fios elétricos ligados a essa máquina; a ligação era nas duas mãos e também nos tornozelos. Obrigaram-me a tirar os sapatos para que os choques fossem mais violentos. Enquanto o interrogador girava a manivela, o terceiro membro da equipe, com a ponta de um fio, me dava choques no rosto, por cima do capuz e às vezes na orelha, para isso levantando um pouco o capuz, para que o fio alcançasse a orelha. Para se ter uma idéia de como os choques eram violentos, vale a pena registrar o fato de que eu não pude me controlar e defequei, e freqüentemente perdia a respiração.'

'No sábado de manhã, percebi que Vladimir Herzog tinha chegado. Como o capuz é solto, por baixo dele, quando a vigilância não é severa, pode-se ver os pés das pessoas que estão perto. Ao meu lado estava sentado George Duque Estrada, de *O Estado de S. Paulo*, e eu comentei com ele que Vladimir Herzog estava ali presente, isto porque Vladimir Herzog era muito meu amigo e nós comprávamos sapatos juntos, e eu o reconheci pelos sapatos. Algum tempo depois Vladimir foi retirado da sala. Nós continuamos sentados lá no banco, até que veio um dos interrogadores e levou a mim e ao Duque Estrada a uma sala de interrogatório no andar térreo, junto à sala em que nós nos encontramos. Vladimir estava lá, sentado numa cadeira, com o capuz enfiado e já de macacão. Assim que entramos na sala, o interrogador mandou que tirássemos os capuzes, por isso nós vimos que era Vladimir, e vimos também o interrogador, que era um homem de 33 a 35 anos, com mais ou menos 1,75 m de altura, uns 65 quilos, magro mas musculoso, cabelo castanho-claro, olhos castanhos apertados e uma tatuagem de uma âncora na parte interna do antebraço esquerdo, cobrindo praticamente todo o antebraço. Ele nos pediu que disséssemos a Vladimir 'que não adiantava sonegar informações'. Tanto eu como Duque Estrada, de fato, aconselhamos Vladimir a dizer o que sabia, inclusive porque as informações que os interrogadores desejavam ver confirmadas já tinham sido dadas por pessoas presas antes de nós. Vladimir disse que não sabia de nada e nós dois fomos retirados da sala e levados de volta ao banco de madeira onde antes nos encontrávamos, na sala contígua. De lá, podíamos ouvir nitidamente os gritos, primeiro do interrogador e depois de Vladimir, e ouvimos quando o interrogador pediu que lhe trouxessem a 'pimentinha' e solicitou ajuda de uma equipe de

torturadores. Alguém ligou o rádio, e os gritos de Vladimir se confundiam com o som do rádio. Lembro-me que durante esta fase o rádio dava notícia de que Franco havia recebido a extrema-unção, e o fato me ficou gravado, pois naquele mesmo momento Vladimir estava sendo torturado e gritava. A partir de um determinado momento, a voz de Vladimir se modificou, como se tivessem introduzindo alguma coisa em sua boca; sua voz ficou abafada, como se lhe tivessem posto uma mordaça. Mais tarde os ruídos cessaram. Depois do almoço, não sei exatamente a que horas, o mesmo interrogador veio me perguntar sobre uma reunião política na minha casa, realizada em 1972, com a presença de um homem de cabelos grisalhos. Eu não me lembrava dessa pessoa, embora me lembrasse de um único encontro realizado em minha casa naquele ano, com a presença de uma outra pessoa, esta de cabelos escuros. O interrogador saiu novamente da sala e dali a pouco voltou para me apanhar pelo braço e me levar até a sala onde se encontrava Vladimir, permitindo mais uma vez que eu tirasse o capuz. Vladimir estava sentado na mesma cadeira, com o capuz enfiado na cabeça, mas agora me parecia particularmente nervoso, as mãos tremiam muito e a voz era débil.' Respondendo a perguntas que lhe foram feitas por algumas das pessoas que assistiram às suas declarações, disse Rodolfo Osvaldo Konder:

"Que o declarante, da mesma forma que todos os outros presos que teve oportunidade de ver nas dependências do DOI, foi deixado apenas com o macacão, o capuz e os sapatos, sendo que, das pessoas que usavam sapatos com o cordão para amarrar, os cordões eram retirados, não ficando qualquer instrumento que pudesse ser usado contra a vida."

"Que, quando se iniciou a tortura de Vladimir, o declarante, estando na sala ao lado, chegou a ouvir sons de pancadas que lhe eram desferidas."

Não obstante a declaração oficial, ninguém acreditou no suicídio de Vladimir Herzog. O laudo de necrópsia apresentado foi impugnado por incompleto e tendencioso. No amplo debate que se travou foi demonstrado que o perito Shibata nem vira o cadáver. Uma onda de indignação se avolumou. A imprensa, como entidade, e os jornalistas, individualmente, formaram no grupo que se agigantava, pleiteando justiça. Cerimônias religiosas, em culto ecumênico, repetiam-se em São Paulo e em todo o País.

O inquérito policial-militar (IPM) determinado para apurar as circunstâncias em que se dera o *suicídio* (não a morte) do jornalista foi assistido pelos criminalistas Heleno Cláudio Fragoso, José Carlos Dias e José Roberto Leal. A família de Vladimir Herzog não participou das investigações, já que aos seus patronos não se permitiu, sequer, presenciar a colheita dos depoimentos. O inquérito, assim conduzido, concluiu que Vladimir realmente se suicidara, empregando para matar-se o cinto do ma-

cacão que usava. À vista das conclusões do inquérito e, também, do laudo médico, que atribuiu a morte de Vladimir a suicídio por enforcamento, o Ministério Público Militar decidiu pela inocorrência de crime e não propôs ação penal para a punição dos culpados.

Sendo o Ministério Público o titular da ação penal, cuja propositura depende exclusivamente de sua iniciativa, o caso ficou encerrado na esfera criminal. As duas versões oficiais existentes sobre a morte de Vladimir – nota do II Exército e o relatório que ultimou o inquérito – atribuíram o óbito do jornalista a auto-enforcamento.

A família, os amigos e colegas de Herzog estavam convencidos de que ele não se suicidara, mas sim morrera em conseqüência das torturas a que fora submetido, das quais tiveram ciência através de conhecedores dos métodos de investigação utilizados no DOI/Codi e de revelações de companheiros de prisão do jornalista. A viúva Clarice Herzog tencionava buscar, na Justiça Comum, uma decisão que refutasse as versões oficiais.

No dia 8 de janeiro de 1976, os advogados da viúva Herzog entraram com uma petição na 1ª Auditoria da Guerra para obter vista dos autos do IPM instaurado para apurar as causas da morte do jornalista.

Por essa ocasião jornalistas encaminham à Justiça Militar documentos que contêm várias indagações sobre a morte de Herzog.

Os atentados aos direitos humanos continuavam. Foi quando uma outra morte, em dependências do Exército, criou novo impacto determinando providências radicais da Presidência da República. Morreu, em dependência do DOI/Codi do II Exército, o operário José Manuel Fiel Filho, cuja morte foi, igualmente, atribuída a auto-enforcamento, desta vez sendo dado como instrumento a meia da vítima!

A nota distribuída à imprensa no dia 19 dizia que "o comandante do II Exército lamentava informar que fora encontrado morto, no dia 17 do corrente, em um dos xadreses do DOI/Codi do II Exército, José Manuel Fiel Filho. Para apurar o ocorrido mandara instaurar inquérito policial-militar".

Desta vez, porém, chegou a São Paulo, inesperadamente, o presidente da República, general Ernesto Geisel, exonerando daquele comando o general Ednardo D'Ávila Melo, nomeando-o, a seguir, para o Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército. Para o comando do II Exército foi designado o antigo diretor do Departamento de Ensino e Pesquisa, general Dilermando Gomes Monteiro.

No dia 20, o general Ednardo d'Ávila Melo passa o comando da Grande Unidade ao general Ariel Pacca da Fonseca, interinamente, requerendo a seguir sua transferência para a reserva.

A 23, o general Dilermando Gomes Monteiro assume o comando do II Exército.

Nesta mesma data, os advogados do jornalista Rodolfo Osvaldo Kon-

der, que esteve preso na mesma época que Vladimir Herzog, encaminham à Auditoria Militar um novo depoimento do jornalista para ser anexo ao IPM feito pelo II Exército sobre a morte de Herzog.

Só a 19 de abril de 1976 os advogados Heleno Cláudio Fragoso, Sérgio Bermudes, Marco Antônio Rodrigues Barbosa e Samuel Mac Dowell de Figueiredo dão entrada no Juízo de Direito da 7ª Vara Federal de petição inicial de uma *ação declaratória* contra a União Federal pelos motivos que expõem, longamente.

No prefácio que fez para a publicação em livro, de que tiramos, *data venia*, estes informes, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Raymundo Faoro, esclarece que "não pretendendo obter qualquer indenização, e também consciente da inviabilidade de uma ação condenatória, de procedimento demoradíssimo (imposto pela necessidade de se determinar a extensão dos danos para quantificar seu ressarcimento), os advogados, fundados no art. 4º, I, do Código de Processo Civil, que permite a propositura de ação para o reconhecimento da existência de qualquer relação jurídica, iniciaram contra a União a demanda na qual, longe de pedir fosse ela condenada ao pagamento de uma indenização, postularam apenas o reconhecimento da existência de um vínculo entre a União e seus clientes. Tal vínculo estaria consubstanciado na obrigação da União de indenizar os danos sofridos pela viúva e os filhos de Vladimir em decorrência da sua prisão arbitrária, das torturas que ele sofreu e de sua morte.

Evidentemente, para julgar a ação em favor dos autores, o Judiciário teria que decidir que, realmente, Vladimir foi preso de modo arbitrário, sofreu torturas e morreu em decorrência de culpa da União, já que os danos materiais e morais sofridos por seus familiares tinham por causa eficiente esses três fatos: prisão, tortura e morte.

Como se vê, a pretensão real dos autores, envolvida no pedido de reconhecimento da existência de relação jurídica que a eles vinculasse a União, como devedora da obrigação de indenizá-los pelos danos que sofreram, era a de que o Poder Judiciário proclamasse que Vladimir foi ilegalmente preso, que sofreu torturas e que morreu por culpa da União.

A demanda mereceu veemente contestação na qual a União alegava, em preliminar, o descabimento do tipo de ação proposta e, no mérito, afirmava que Vladimir não foi preso, negava torturas e recusava a imputação de responsabilidade por sua morte, que, segundo a ré, resultou de suicídio voluntário.

No curso do processo ficou demonstrado:

a) que Vladimir foi ilegalmente preso, posto que não detido em flagrante, nem por ordem judicial, nem mediante determinação de encarregado de inquérito no qual estivesse indiciado — as três únicas formas de prisão admitidas no sistema jurídico brasileiro;

b) que a tortura era sistematicamente adotada no II Exército como método de investigação de delitos contra a segurança nacional;

c) que, a exemplo do que ocorreu com os presos políticos detidos no DOI/Codi, Vladimir foi torturado;

d) que o laudo pericial que declarou o suicídio não tem qualquer valor, subscrito por perito que, contrariando expressa determinação legal, não examinou, ou sequer viu, o cadáver;

e) que não se mantém a afirmativa do II Exército segundo a qual Vladimir se enforcou com o cinto do macacão que usava, pois a nenhum preso do DOI/Codi se dão vestes providas de cinto, nem quaisquer objetos com os quais possam atentar contra a própria vida ou a de terceiros.

É importante assinalar que o processo constitui o mais valioso documento sobre torturas de presos políticos, na medida em que reúne depoimentos prestados em juízo por testemunhas que depuseram em clima de absoluta liberdade.

Proferida em condições adversas, num momento em que a magistratura se encontra privada de suas garantias, a sentença, que julgou procedente a ação dos autores, tem transcendental importância porque:

a) decidiu que a prisão de Vladimir foi ilegal, reconhecendo, então, que a União prende arbitrariamente;

b) decidiu que Vladimir foi torturado e que, no DOI/Codi, a tortura é método de investigação. Note-se que o juiz ordenou o encaminhamento ao Ministério Público Militar das peças processuais que comprovam as torturas, a fim de que se apurem responsabilidades e se punam os torturadores;

c) decidiu não ter qualquer valor o laudo pericial que atribui a morte de Vladimir a suicídio voluntário;

d) decidiu que a União não provou o suicídio de Vladimir;

e) declarou a responsabilidade da União Federal, ao julgar inteiramente procedente a ação dos autores.

Convém esclarecer, retornando-se a fatos já mencionados, por que, diante de tantas ilegalidades, recorreu o advogado Sérgio Bermudes, o processualista do elenco constituído pela família Herzog, a uma medida cível. (Revista *Veja*, de 8 de novembro de 1978, entrevista nas páginas amarelas.) O leigo há de se perguntar a causa de, em lugar de responsabilizar penalmente os violadores de direitos, promover-se a ação declaratória – substituível, com os inconvenientes atrás referidos, pela indenizatória.

Está aí, exatamente, a singularidade de todo o feito e a relevância que o leva aos anais judiciários. O Comando do II Exército determinou a instauração de um IPM, que concluiu pela existência do suicídio, e o Poder Judiciário, por iniciativa do Ministério Público, arquivou o processo. Por essa via, diante do sistema jurídico vigente e que se reporta à legislação

editada durante o Estado Novo, como elo imediato, o Poder Judiciário não pode obrigar o Ministério Público a promover a ação penal, dado que este dispõe dela. No máximo, exigirá que o órgão que perante ela oficia tenha sua deliberação validada pelo seu chefe, tudo no âmbito do Poder Executivo, no qual se compreende o Ministério Público. Sem que se ponha em dúvida a dignidade pessoal de seus membros, sua honra e zelo, deve-se acentuar que o inquérito, sobre o qual assentaria a ação penal, se procede puramente no âmbito policial, no mesmo círculo em que se teria praticado o abuso, a ilegalidade ou a violência. Esse círculo de ferro não se pode legalmente romper, o que está a exigir, no futuro, profunda reforma, bem como demonstra a inanidade de comissões ou conselhos que, em última instância, desembocam em tal realidade. O caminho só se abre numa instância própria – o Poder Judiciário, sem a titularidade da ação em mãos do Ministério Público, isto é, com a ação cível.

Escolhida a via, os advogados tiveram que fulminar a preliminar da União, que suscitou a carência da ação, "sob o fundamento – sumaria a sentença – de que os autores baseiam sua pretensão em alegados direitos que decorreriam de fatos que foram julgados inexistentes pela Justiça Militar, posto que, nos autos do inquérito policial-militar instaurado para apuração dos fatos, o exmo. sr. juiz auditor, acolhendo promoção do Ministério Público Militar, em decisão fundamentada, houve por bem determinar o arquivamento do processo". Ao que replicaram os autores – segundo texto da sentença – "que apenas nos casos de absolvição no processo criminal por inexistência do fato, ou por causa que implique exclusão da criminalidade, é que torna impossível a ação em que se busca a declaração da existência da responsabilidade civil, o que incorre na presente ação, em que apenas há despacho determinativo de arquivamento do inquérito policial-militar, que nem mesmo no Juízo Criminal produz coisa julgada". A ação cível era, desta sorte, a única porta à qual se podia bater – e ela se abriu, insuflando a esperança de que, no futuro, a outra porta também se abra, com a reforma da lei. Estamos no início e, lançada esta pedra histórica, sobre ela, com a restauração do *habeas corpus*, assentará um dos pilares do Estado de Direito Democrático."

A corajosa sentença do jovem magistrado juiz Márcio José de Morais ocupa as páginas 63 a 122 da publicação citada. Prolatada a 27 de outubro de 1978, é longamente fundamentada em pareceres de juristas eminentes. De uma clareza meridiana, relatando, minuciosamente, os fatos, detalhando os argumentos da acusação e da defesa, analisa essas peças para concluir:

"Ora, nos presentes autos constata-se a prática de crime de abuso de autoridade (Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, artigo 4º), bem como há revelações veementes de que teriam sido praticadas torturas

não só em Vladimir Herzog, como em outros presos políticos nas dependências do DOI/Codi do II Exército.

Veja-se a respeito os pungentes depoimentos das testemunhas: 1) Gildário Westin Cosenza (folhas 354/355); 2) George Benigno Jatahy Duque Estrada (folhas 410/412); 3) Professor Godofredo da Silva Telles Júnior (folhas 413/413vº); 4) Anthony Jorge Andrade de Christo (folhas 416/417); 5) Paulo Sérgio Markun (folhas 418/419); 6) Sérgio Gomes da Silva (folhas 420/421); 7) Luis Weiss (folhas 430/431); havendo, também a respeito, a declaração extrajudicial prestada por Rodolfo Osvaldo Konder (folhas 50/60).

Tais depoimentos constituem matéria nova não constante do inquérito policial-militar, posto que, judicialmente submetidos ao crivo do contraditório, redundaram em declarações diametralmente opostas às prestadas naquele inquérito, assim como também constitui novidade a imprestabilidade probatória do laudo de exame de corpo de delito realizado no cadáver de Vladimir Herzog e do decorrente laudo suplementar, apurada em conseqüência de declarações e depoimentos após o arquivamento do inquérito.

Compete a este Juízo, assim, em cumprimento ao dispositivo legal citado, remeter ao Ministério Público peças dos presentes autos, para que o *parquet* competente, na qualidade de *dominus litis* tome as providências cabíveis.

Pretendem os autores, também, além dos danos materiais, que seja declarada a responsabilidade da União Federal pelos danos morais que sofreram em decorrência da morte de seu marido e pai.

A questão da possibilidade jurídica de indenização por danos morais é bastante controvertida em nosso direito.

Em que pesem as abalizadas opiniões em contrário, somos partidários da corrente que defende a indenizabilidade dos danos morais.

Sem necessidade de maiores indagações, o voto do saudoso ministro Aliomar Baleeiro, proferido no recurso extraordinário nº 59.940, de São Paulo, do qual foi relator e que gerou decisão unânime do excelso pretório (*in Revista Trimestral de Jurisprudência* do STF, volume 39, páginas 39/40), é completo:

'Malgrado a hesitação dos tribunais brasileiros, a reparabilidade do dano moral vem aldravando, há mais de meio século, a consciência de vários de seus maiores membros, de Pedro Lessa (voto na *Revista Forense*, 37/201 e 24/413) a Orozimbo Nonato (*Revista Forense*, 127/397), de Aguiar Dias (Respeitabilidade Civil, VII, nº 227 e seguintes, além de comentários da *Revista Forense*, 107/397, etc.) ao atual presidente do J. J. – GB (*Revista Forense*, 97/698).

Na doutrina pátria, entre nomes luminosos que proclamam a admissibilidade do ressarcimento do dano moral, figuram nada menos que

Clóvis, Fidadelfo Azevedo, Pontes de Miranda, Espínola e outras estrelas de primeira grandeza.

Claro que a opinião dos juristas excelsos não vale porque parte deles, mas pelos argumentos convincentes que esposam.

Sem qualquer propósito de místico, impróprio do pronunciamento judiciário, inclino-me a crer que esses mestres, quer de pretório, quer de cátedra, interpretam bem o diretório federal, quando, admitindo reparação do dano extrapatrimonial, se reportam ao direito de ação, não só por legítimo interesse econômico, mas também moral, do art. 76 do Código Civil; ao preço da 'afeição' equivalente à coisa que já não existe do art. 1.543, do mesmo Código (idem, artigo 1.547); ao dote da mulher agravada em sua honra se o culpado não quiser reparar o mal pelo casamento (artigo 1.548); a remissão do artigo 1.550 *in fine* ao artigo 1.547, além da perdas de danos no caso da ofensa à liberdade pessoal; no arbitramento do dano nos casos de violência sexual ou ultraje ao pudor (idem, artigo 1.549); no dote à 'mulher ainda capaz de casar', do artigo 1.538, nº 2, que deve ser entendido como proteção àquela que não exerce nem tem aptidões para exercer profissão, pois o legislador não ignorava de 1902 a 1917 que muitas senhoras se entregavam a trabalho profissional, como se vê no artigo 233, IV (autorização do marido para exercer a profissão fora do lar) e até o Código Comercial de 1850 (artigo 1º, nº 40). E se o C. Civil não distinguiu no artigo 159, não deverá distinguir o intérprete. Nem distingue o artigo 74, nº 1, do Código Penal.

Tantas regras positivas excluem o caráter negativo que emprestam ao artigo 1.537 do C. Civil, pelo princípio de que ao legislador não se deve imputar absurdo, por antinômicos que pareçam dispositivos contemporâneos entre si ou cláusula do mesmo dispositivo, como ocorre, por exemplo, no artigo 505 do mesmo Código.

E, se o direito positivo não veda, parece-me, a reparação do dano moral, mas antes o permite e insinua nas disposições citadas, não oferece relevância a objeção costumeira, de aparente caráter ético, ou apenas prático, de que seria dificílima a avaliação do *pretium doloris* do desgosto, do abatimento, aliás, como inevitáveis físicos, profissionais e econômicos, dos que têm direito a alegá-lo. Adoto a refutação de Aguiar Dias; equivalência não se exige absolutamente perfeita, nem se confunde em igualdade entre reparação e dano. 'O jurista já se dá por satisfeito mesmo em relação ao dano patrimonial, em conseguir uma aproximação do estado ideal, que seria a restituição da vítima à situação anterior' (obra citada, volume II, 1ª edição, páginas 304 – 305 e seguintes).

Nisso a posição do juiz é a mesma do homem d'Estado, que, na opinião geral, quando não pode fazer tudo o que deve, deve fazer tudo o que pode. A solução pratica está clara e expressa no artigo 1.553 do C. Civil:

'Nos casos não previstos neste capítulo (liquidação dos atos ilícitos), se fixará por arbitramento a indenização.'

O direito comparado, mesmo nos países como o nosso, em que há disposição expressa, vem acolhendo a reparabilidade do dano moral.

Pelo exposto, julgo a presente ação procedente e o faço para, nos termos do artigo 4º, inciso I, do Código de Processo Civil, declarar a existência de relação jurídica entre os autores e a ré, consistente na obrigação desta indenizar aqueles pelos danos materiais e morais decorrentes da morte do jornalista Vladimir Herzog, marido e pai dos autores, ficando a ré condenada em honorários advocatícios que, a teor do artigo 20, § 4º, do mesmo diploma legal, fixo em Cr$ 50.000,00 (cinqüenta mil cruzeiros).

Determino, outrossim, com fundamento no artigo 40 do Código do Processo Penal, sejam extraídas e remetidas ao sr. procurador geral da Justiça Militar, para as providências legais que couberem, cópias autenticadas pela Secretaria desta sentença e de todos os depoimentos das testemunhas ouvidas por este Juízo.

Custas *ex lege*.

Oportunamente, observadas as cautelas legais, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Recursos, para os fins do duplo grau de jurisdição."

Em julgamento recente, publicado no *Jornal do Brasil*, de 18/12/82, está publicada a decisão do Tribunal Federal de Recursos, ainda passível de novos julgamentos.

Pelo entendimento de dois dos três integrantes da turma julgadora, o jornalista Vladimir Herzog não foi torturado e morto nas dependências do II Exército (DOI/Codi), no dia 25 de outubro de 1975. Ele teria cometido o suicídio, enforcando-se. Não obstante, a União Federal deverá indenizar sua viúva e os seus filhos pelos danos que sofreram com a sua morte, porque Herzog se encontrava sob a guarda de autoridade a quem competia zelar por sua integridade.

O julgamento, agora na forma da apelação da Procuradoria da República contra a sentença do juiz federal da 7ª Vara de São Paulo, Márcio José de Morais, que reconheceu a responsabilidade da União pela morte de Herzog, não teve seu julgamento concluído, devido ao pedido de vistas do ministro Lauro Leitão.

PONTO DE VISTA

Em voto de ontem, o ministro João César Leitão Krieger, a exemplo do relator do processo, o ministro José Pereira de Paiva, que proferiu seu voto no dia 15 de outubro deste ano, não aceitou a hipótese, sustentada pelos autores da ação, Clarice Herzog e seus filhos, de ter sido o jornalista torturado e morto nas dependências do DOI-Codi.

Concordou o ministro com tese do suicídio, adotada pela União Federal em sua defesa, por entender que o exame da prova não demonstra ter

o morto sofrido maus tratos. Sobre as testemunhas arroladas por Clarice Herzog e seus filhos, afirmou Leitão Krieger "estarem todas elas irmanadas pelas mesmas idéias, a partir do jornalista Rodolfo Konder", que esteve preso com Herzog no DOI-Codi, em São Paulo.

Descreveu o ministro Leitão Krieger a personalidade de Herzog, "como a de um neurótico que, como toda a família, sofria o trauma da perseguição nazista, encontrando-se por isso em tratamento médico". Disse o ministro nada haver de censurável no procedimento de Harry Shibata, como médico-legista, ao firmar o laudo de exame cadavérico sem ver o corpo. Quanto à entrega a Herzog do macacão de detento, com o cinto com o qual, segundo ele, o jornalista se enforcou, o juiz considerou o fato apenas uma "irregularidade administrativa".

O ministro Leitão Krieger, além de acompanhar as conclusões do relator, entendeu que a ação movida por Clarice Herzog, que é declatória da responsabilidade da União, deverá ser convertida imediatamente em indenizatória, a fim de evitar que os familiares do jornalista tenham de recorrer a novo processo.

ANDAMENTO

Proferido o último voto – o do ministro Leitão, que não tem prazo para ser apresentado, e decorridos 20 dias do recebimento das notas taquigráficas, o processo será devolvido ao relator, para redigir o acórdão. Tecnicamente, há a possibilidade de o voto do ministro Lauro Leitão ser discordante e de os dois ministros que já votaram modificarem seu entendimento.

Da decisão da turma, cabe recurso para ela própria ou para a respectiva seção. Para a própria turma cabe agravo (recurso para a instância imediatamente superior) regimental de decisão do seu presidente ou de decisão do relator do processo, ou, ainda, embargo de declaração (remédio processual oposto, por meio de simples petição e sem audiência da parte contrária, à decisão em que haja obscuridade, dúvida ou contradição, ou em que for omitido ponto sobre o qual se devia pronunciar).

Cabe recurso ao plenário do TFR e ao Supremo Tribunal Federal, caso haja matéria constitucional em exame. De qualquer maneira, o caso somente voltará a ser discutido no TFR em fevereiro, após as férias forenses.

Dessa forma, permanece sem solução no TFR, há três anos e dez meses, precisamente, a apelação cível da União contra a sentença do juiz federal da 7ª Vara de São Paulo, que reconheceu a responsabilidade da União na morte de Herzog.

Em São Paulo, Clarice Herzog comentou que "foi importante" a decisão, ainda que parcial, do Tribunal Federal de Recursos.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1976

CAPÍTULO VI

Os resultados das eleições de 1974 não haviam agradado ao governo. Os "bolsões revolucionários sinceros, porém radicais", na expressão feliz do presidente Geisel, estavam ainda menos satisfeitos. Grupos de direita, acobertados pela impunidade de auxiliares, por forças facilmente identificáveis, mas dificilmente denunciáveis, agiam tumultuando o processo político. Foi assim que colocaram bombas nos escritórios da OAB, vitimando uma funcionária, d. Lyda Monteiro, e na ABI.

Em diferentes bancas, que vendiam jornais de crítica ao governo, outras bombas eram colocadas, forçando os proprietários a não receberem mais aqueles periódicos.

As eleições municipais estavam marcadas para o dia 15 de novembro e a vitória era disputada por ambos os partidos. O presidente nacional da Arena, deputado Francelino Pereira, que dizia ser a Arena "o maior partido do Ocidente", em audiência com o presidente da República, em 10 de novembro, apresentou-lhe relatório sobre a situação do partido em todo o País, referente àquelas eleições. Segundo ele, a situação da Arena era a melhor possível e teria uma vitória concludente, pois já fora conquistado o eleitorado indeciso.

Nas vésperas da eleição, no dia 14 de novembro, o presidente do Senado, senador Magalhães Pinto, declarava, em Belo Horizonte, que os resultados desse pleito facilitariam a realização das eleições de 1978 e que, além disso, uma vitória da Arena significaria "uma compensação ao

esforço desenvolvido pelo partido e pelo presidente Geisel".

Realmente, a Arena empregara todos os seus esforços para a vitória. Tivera, no presidente da República, o mais ardoroso dos seus propagandistas, percorrendo inúmeros municípios, fazendo a propaganda da Arena. Porque, para o partido situacionista, a vitória representava uma necessidade indeclinável, pois que o domínio de um maior número de municípios asseguraria o controle dos colégios eleitorais que, de acordo com o "pacote de abril", indicam os governadores, os senadores biônicos e finalmente o presidente da República.

O MDB estava também vivamente interessado no pleito de 15 de novembro. Suas pretensões, porém, não chegavam a ser de uma vitória em número de municípios. Não só a organização partidária não conseguira o número necessário de diretórios municipais, não podendo, assim, competir em todos os municípios do País, como a natureza da eleição favorecia o partido do governo, porque é mais fácil fazer oposição nos grandes centros do que nos municípios pequenos, dependentes da ajuda governamental.

Às vésperas da eleição, os cálculos davam cerca de mil municípios onde o MDB deveria ter a vitória, enquanto a Arena esperava vencer em, aproximadamente, três mil municípios.

Essa tendência dependerá da disputa de 500 cidades, onde a campanha terminou sem permitir qualquer previsão, indicando que a oposição poderia duplicar seu controle municipal, que, em 1972, conquistara 442 prefeituras.

Os primeiros resultados de 15 de novembro deram ao MDB o controle político das maiores cidades brasileiras. Em 1972 ele havia conseguido eleger prefeitos em 24 dos 71 centros onde eles não são nomeados. Em 1974, porém, vence a eleição em 29 grandes centros e toma 13 outros onde a oposição detinha o poder. Os primeiros resultados da Capital paulista deram uma maioria de 13 a oito do MDB, que teve 15 mil votos a mais que a Arena.

O Rio de Janeiro foi a cidade que elegeu a maior bancada oposicionista do País, dando ao MDB 15 das 21 cadeiras da Câmara dos Vereadores.

A soma dos votos contados, nos primeiros dias, em todo o País, apontava 12 milhões de votos para a Arena a 10,333 milhões do MDB. Este resultado, que leva em conta os 1.300 municípios onde o MDB não foi votado por não ter candidado a prefeito, torna possível a previsão de que a Arena ganha aproximadamente três milhões de votos de diferença.

Assim, no dia 19, o presidente Geisel declara:

"Quero afirmar em primeiro lugar que estou muito satisfeito com as eleições. As razões pela minha satisfação são as seguintes: em primeiro, o ambiente em que as eleições transcorreram foi de ordem e tranqüilidade,

sem maiores alterações no quadro geral do País; em segundo, minha satisfação resulta, também, do grande comparecimento e do reduzido número de abstenções. Acho que é um fato de grande relevância porque mostra a motivação que a campanha criou no povo. Embora tenham dito que as restrições no rádio e na televisão iriam prejudicar a campanha, o comparecimento em massa que se verificou é um desmentido. Em terceiro lugar, minha satisfação resulta da grande vitória que a Arena está alcançando no País."

O resultado das eleições colocou o MDB como o principal partido do País. Conquistou 59 das grandes cidades, dobrando o controle conseguido em 1972, quando venceu, apenas, em 27. Enquanto a oposição perdeu para a Arena em seis grandes centros, derrotou-a em outros 54. No Rio de Janeiro, uma divisão dos 74 municípios do Estado indicou que a oposição cresceu naqueles de maior peso econômico ou populacional, enquanto a Arena assegurava o seu controle sobre os menores.

No Sul os melhores resultados para a Arena surgiram em Santa Catarina e no Paraná. São Paulo não confirmou as previsões do MDB, mas deu à oposição os principais centros industriais vizinhos à Capital. O Rio Grande do Sul, além de ter formado maioria de dois terços para a oposição, em Porto Alegre, deu ao MDB cidades que a Arena esperava manter. Alguns dos resultados gaúchos causaram surpresa ao próprio presidente.

No Centro do País, no Norte e no Nordeste, a Arena progrediu bastante. Minas Gerais tirou o MDB do poder, em Juiz de Fora. Mas a oposição teve maioria na Câmara de Belo Horizonte. Em alguns Estados, como o Rio Grande do Norte, Pará e Bahia, a Arena foi surpreendida por derrotas parciais. No Piauí, o MDB tomou importantes centros, e no Maranhão o governador Nunes Freire foi derrotado pelos três senadores arenistas, unidos nas sublegendas. No Ceará, a Arena tomou as principais cidades do MDB e fez a oposição recuar a níveis inferiores aos de 1974.

O "PACOTE" DE ABRIL

Os pleitos de 1974 e de 1976 não deixavam a menor dúvida quanto ao resultado das eleições federais de 1978, quando se renovariam um terço do Senado, a totalidade da Câmara dos Deputados, das Assembléias Legislativas, das Câmaras municipais, os governadores e os prefeitos de todos os Estados. O governo detinha prefeituras consideradas de "segurança nacional", cujos titulares eram por ele nomeados.

O último teste eleitoral demonstrara a popularidade crescente da oposição e decrescente do governo. A Arena perdia terreno a cada nova consulta às urnas. O sistema aguardava um pretexto para modificar as regras do jogo. Essa motivação foi dada na tramitação de um projeto de reforma do Poder Judiciário, oriundo de um membro do Poder Judiciário.

Fora demorada e singular a tramitação desse projeto. Oriundo de um membro do Poder Judiciário, mas criticado pela quase totalidade da magistratura, ele era apresentado como um trabalho elaborado pelo Poder Judiciário. O relator no Senado, senador Acioly, membro da Arena, fez um trabalho criterioso e justo, ouvindo interessados. Mas não bastava para satisfazer os objetivos do governo e, como a oposição insistisse em defender as suas emendas, ameaçando não dar número para a aprovação do projeto caso não fossem ouvidos os seus reclamos, o governo fechou questão. Enquanto isso, seus líderes anunciavam medidas de repressão violenta, se a oposição mantivesse seus propósitos.

Foi nesse ambiente hostil que o Diretório Nacional do MDB se reuniu, nos últimos dias de março de 1977, para ouvir os seus membros e tomar uma decisão.

Nessa reunião houve dois pronunciamentos dramáticos: um do deputado Tancredo Neves, advertindo os seus companheiros das conseqüências prováveis, em face das ameaças que circulavam nos corredores das Câmaras, sussurradas pelos próprios líderes do governo. Outro, do senador Paulo Brossard, líder da oposição no Senado, conclamando o MDB a cumprir o seu dever, negando os votos necessários para completar os dois terços do *quorum* exigido pela Constituição. Rejeitado o projeto por falta de número, só poderia ser reapresentado em 1978.

No dia 26, a imprensa, embora sob censura, já anunciava que o governo poderia usar o Ato Institucional nº 5 para pôr em recesso o Congresso, ao mesmo tempo em que o governo aprovaria, em ato presidencial, a reforma da Justiça, cuja demora não queria suportar. O líder do governo na Câmara dos Deputados, José Bonifácio de Andrada, fazia declarações a esse respeito.

No dia 29, era noticiado que, depois de uma hora de reunião com o presidente Geisel, o presidente da Arena, deputado Francelino Pereira, anunciava que o chefe da Nação estava muito preocupado com o fechamento da questão por parte do MDB sobre a reforma do Judiciário.

Nos meios arenistas era tida como certa a cassação de mandatos do MDB ou a reformulação do Congresso, em Assembléia Constituinte. A alternativa mais constante, porém, era o recesso parlamentar, com o qual o governo teria liberdade para realizar outras reformas, além daquela do Judiciário, conforme julgasse mais conveniente.

No dia 29, o líder do MDB em exercício na Câmara, deputado Freitas Nobre, anunciou que seu partido mantinha a posição assumida de negar os votos necessários para aprovação do projeto da reforma do Judiciário. Já o substitutivo apresentado pelo senador Eurico Rezende, líder da Arena, estava em votação. Foi derrubado numa das sessões mais tumultuadas daquele Congresso.

Falando nessa ocasião, o deputado Freitas Nobre, líder em exercício do MDB, dirigiu-se ao chefe da Nação:

"Peço ao chefe da Nação que compreenda o gesto da oposição para que entenda que, no legítimo exercício da atividade legislativa, só temos em vista uma preocupação, que é servir ao Brasil."

Quarenta e oito horas depois, valendo-se dos poderes que lhe dá o art. 2º do Ato Institucional nº 5, o presidente Geisel decretou o recesso do Congresso.

A medida foi tomada sem prazo fixado para a reabertura da Câmara dos Deputados e do Senado. Era a prometida resposta ao resultado da votação em que aquele projeto foi derrubado, em sessão conjunta do Congresso, por 241 votos contra 156 e 13 abstenções. O MDB votou contra o projeto, depois de ter fechado questão numa reunião matutina, na qual 24 dos seus deputados se mostraram dispostos a mudar de posição.

Às 8 horas da manhã do dia 1º de abril, o presidente Geisel reuniu o Conselho de Segurança Nacional para examinar a situação política do País. Às 12 horas, utilizando uma cadeia de rádio e televisão, anunciou à Nação o recesso do Congresso. Com o recesso parlamentar, o governo pode usar da faculdade de baixar as leis necessárias para a reforma política. São certas duas modificações: as eleições para governadores em 1978 serão indiretas, através de um Colégio Eleitoral ampliado; e a Constituição poderá ser emendada por voto da maioria absoluta, eliminando aquele dispositivo que levou ao impasse na reforma do Judiciário.

Na véspera, a 31 de março, discursando na Vila Militar, onde almoçou com 270 oficiais das três Armas, em comemoração ao 13º aniversário do movimento de 64, o presidente da República havia garantido que a reforma do Judiciário seria feita. Ele atribuiu a rejeição do projeto pelo Congresso à atuação "de uma minoria que, praticamente, dentro do Congresso, se transformou na ditadura". Em Brasília, o presidente do MDB, deputado Ulysses Guimarães, pediu ao líder em exercício da bancada oposicionista na Câmara, deputado Freitas Nobre, que se mantivesse atento para a necessidade de ser convocada uma reunião de emergência na Comissão Executiva Nacional.

Em seu pronunciamento, o presidente Geisel analisou a situação política para justificar a decretação do recesso parlamentar. Anunciou que "usaria os seus poderes não só para fazer a reforma do Judiciário, como também as demais reformas de natureza política" que considerava indispensáveis para o bem-estar e a tranqüilidade do País.

O presidente pediu aos dirigentes e líderes do Congresso para permanecerem em Brasília durante o recesso, "pois pretende convocá-los para exame das reformas políticas", segundo informou o líder da Arena na Câmara, deputado José Bonifácio. O líder confirmou ainda que, além da reforma do Judiciário, as reformas consideradas indispensáveis são: a

eleição indireta para os governos estaduais, com modificações no Colégio Eleitoral; a reformulação da fidelidade partidária; o voto distrital; a sublegenda para o Senado; e o voto vinculado.

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o advogado Raymundo Faoro, declarou pouco antes de tomar posse no cargo que "a promulgação da reforma do Judiciário sem o Poder Legislativo nunca é uma reforma democrática".

O MDB convocou seus representantes à mobilização partidária "dentro da ordem, como é de nosso estilo, sem provocações, mas com firmeza e pertinácia", além de considerar que o "governo se atribui o exclusivismo das decisões certas e o monopólio de discernir o que convém ao Brasil". A nota oficial distribuída diz, ainda, que o MDB "sabe que está pagando o preço histórico do seu engrandecimento" e reivindica o direito, reconhecido nos países democráticos, de também, em cadeia de rádio e televisão, esclarecer, perante a opinião pública, os motivos que inspiram a sua atitude".

O presidente do Senado, Petrônio Portella, disse a um parlamentar oposicionista que, segundo acreditava, o recesso não deveria ir além da Semana Santa, admitindo que o Congresso voltasse a funcionar no dia 11 de abril. Nesse período seriam feitas profundas reformas institucionais pelo Poder Executivo, que, baixando para a maioria absoluta o *quorum* das reformas constitucionais, continuaria a enviar novas mudanças depois da abertura do Parlamento. Disse que, em princípio, o AI-5 não deveria ser usado para cassar mandatos.

Segundo declaração do presidente da Arena, deputado Francelino Pereira, "seu partido não participará do debate das reformas institucionais durante o recesso; seus líderes não foram convidados a tomar parte nas reuniões. O Poder Executivo assume poderes constituintes, conforme a legislação em vigor, que é a de todas as revoluções".

Propala-se, como certa, a prorrogação do mandato dos 3.789 prefeitos até 1982, sob a alegação da coincidência de mandatos. A partir de 1978, o voto parlamentar será vinculado. No dia 5 de abril será anunciado que o governo decretará, em 48 horas, a reforma do Judiciário, as eleições indiretas para governadores e a redução do *quorum* das emendas constitucionais dos dois terços para a maioria absoluta. Esta será a parte essencial da primeira etapa da reforma institucional que aproveitará o recesso do Congresso.

O secretário de Imprensa da Presidência da República, coronel Toledo de Camargo, informou que as reformas, pela sua natureza, deverão ser decretadas em conjunto. Um porta-voz do presidente afirmou que o MDB não poderá dispor de uma cadeia nacional de rádio e televisão para responder ao governo, pois o pronunciamento do último dia 1º de abril estava amparado em lei específica de radiodifusão que garante essa

prerrogativa ao Poder Executivo.

Três dos candidatos oposicionistas em potencial ao governo de dois dos maiores Estados do País – deputado Renato Azeredo, para o governo de Minas Gerais; senador Orestes Quércia e Franco Montoro, para o governo de São Paulo – desistiram de suas candidaturas.

No dia 7 de abril, o presidente Geisel convocou nova reunião da equipe que discute a reforma institucional. Já está concluído o texto da reorganização que foi mostrado aos presidentes da Arena, da Câmara e do Senado, presentes ainda à reunião o chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, e o ministro da Justiça, Armando Falcão.

Os detalhes finais das reformas políticas foram examinados em nova reunião que o presidente Geisel manteve no dia 8, na Granja do Riacho Fundo, com o ministro da Justiça, Armando Falcão, com os chefes da Casa Civil e Militar, Golbery do Couto e Silva e Hugo de Abreu, e seu assessor particular, Heitor de Aquino.

Emenda à Constituição com base no Ato Complementar de 1º de abril que faculta ao Executivo exercer as funções do Legislativo – o presidente da República emendou a Constituição e promulgou a reforma do Judiciário. Foram mantidos os Tribunais de Alçada, e a soberania do Tribunal do Júri. A oficialização dos cartórios assegura, nos cargos, "os atuais titulares, vitalícios, ou nomeados em caráter efetivo".

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 8 e os decretos-leis, o Poder Executivo realizou a mais ampla e profunda alteração dos dispositivos que regulam a vida político-eleitoral brasileira, tornando indireta a eleição dos governadores e, pela primeira vez na história da República, de um terço do Senado, criando o que se chamará "senadores biônicos". As novas leis mudam para demográfico o critério para a composição das bancadas na Câmara dos Deputados; estendeu para seis anos o mandato presidencial a partir do então sucessor do presidente; limitou a propaganda eleitoral aos padrões previstos na Lei Falcão; o Congresso foi autorizado a funcionar na data da promulgação dessa lei.

Durante o recesso de 14 dias, além dessas medidas, a Constituição foi emendada para a reforma do Judiciário. Foi baixado um decreto-lei que estende a todos os trabalhadores o período de férias de 30 dias, e outro que modifica a lei do inquilinato.

O mandato do presidente da República passa a ser de seis anos, a contar da próxima Presidência, e sua eleição foi antecipada três meses.

As eleições dos governadores se tornam indiretas, através de um colégio composto de deputados dos Estados e de delegações das Câmaras municipais. O mesmo Colégio Eleitoral escolherá um terço do Senado. Os outros dois terços serão escolhidos por voto direto, com sublegenda. Haverá coincidência de mandatos a partir de 1982; eleições gerais de quatro

em quatro anos, e não mais alternando de dois em dois anos eleições municipais e parlamentares.

Cria-se um mandato-tampão de dois anos para prefeitos e vereadores eleitos em 1980. A Câmara dos Deputados passa a ter limite mínimo para as suas bancadas: 420 membros. O critério da sua composição deixa de ser calculado com base no eleitorado, e passa a ser calculado sobre a população. Cada Estado terá, no mínimo, cinco deputados. Cada território, dois.

Diminuiu de dois terços para a maioria absoluta o *quorum* para a aprovação de emendas constitucionais. Seu encaminhamento, no entanto, passa a exigir assinaturas de um terço do Congresso.

Aumenta a competência do Congresso para legislar sobre matéria financeira de interesse social.

Leis complementares poderão criar ou aumentar tributos durante o exercício financeiro.

Os concursos para preenchimento de cargos públicos têm a validade fixada em quatro anos. Além do prazo, perde o direito ao aproveitamento.

Segundo foi noticiado, o presidente Geisel realizou a reforma constitucional contando com a ajuda de uma pequena equipe de colaboradores, baseada, em sua maioria, no próprio Palácio do Planalto. São os seguintes os principais personagens da reforma: Golbery do Couto e Silva, Armando Falcão, Hugo de Andrade Abreu, Heitor Aquino Ferreira e João Baptista Figueiredo.

AS GREVES E OUTRAS CRISES

CAPÍTULO VII

Dispondo de um conjunto de leis repressivas o governo autoritário jugula a crise política. Mas não consegue dominar a crise econômica, sem suprimir a crise social. O "pacote de abril" alterava a fisionomia dos partidos e o funcionamento do Congresso. A censura à imprensa, ao rádio, à televisão, ao livro, enfim a todos os meios de comunicação, impediam a propagação do noticiário, da agitação e do protesto. O governo detinha o privilégio de utilizar aqueles meios para a divulgação das notas oficiais e do noticiário conveniente.

Os atos do terrorismo de uma direita organizada e certa da impunidade continuavam. As bombas explodiam, dessa vez num depósito da Editora Civilização Brasileira com a responsabilidade irrogada de uma organização anticomunista (Aliança Anticomunista Brasileira). O Terceiro Encontro Nacional de Estudantes, programado para Belo Horizonte, é proibido pelo governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves. Em São Paulo, o governador Laudo Natel tem idêntico procedimento. No Rio, a polícia impede as manifestações estudantis.

Podada, deformada, violada, manietada, a atividade política vai favorecer uma estruturação sindical que o País jamais conhecera. No mais poderoso centro industrial – no ABC paulista – surge a figura singular de um líder sindical: Luís Ignácio da Silva – o Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

Uma das mais importantes manifestações operárias foi a que ocorreu em maio de 1978, quando dois mil operários da Saab Scania de São Ber-

nardo do Campo (SP) e 11 mil trabalhadores da Ford Brasil, da mesma cidade, paralisaram o trabalho a 15 de maio, reivindicando aumento salarial de 20% e, ainda, melhores condições de transporte oferecido pela empresa e melhoria da assistência médica.

O movimento, iniciado às 13 horas, ia propagar-se durante duas semanas.

Sucederam-se reuniões com a presença do delegado regional do trabalho e representantes de outros grupos operários. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Luís Ignácio da Silva (Lula), tomou parte nessas reuniões, apresentando propostas aos trabalhadores para retornarem ao trabalho, dando à empresa um prazo de cinco dias para decidir sobre as reivindicações. O líder metalúrgico assegurara, antes, que somente interviria a pedido dos trabalhadores, ou se houvesse repressão, e garantiu que sua sugestão "não tinha qualquer caráter impositivo".

Em Brasília, o ministro do Trabalho reconheceu que a paralisação na Scania e na Ford caracterizava uma greve, e o governo aplicaria a Lei 4.330, considerando ilegal o movimento. A mesma opinião foi manifestada pelos ministros Simonsen e Calmon de Sá.

Enquanto os dirigentes da Scania e da Mercedes-Benz se dispunham a negociar com os trabalhadores, a Ford Brasil manteve uma posição inflexível de não negociar sob pressão, dificultando o acordo.

Definindo a posição dos grevistas, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Lula, declarou que "o trabalhador sabe que, pela legislação, a greve está proibida, mas quer demonstrar que a legislação está errada".

O porta-voz do Planalto considerou as greves "como indício dos tempos que estamos vivendo" e afastou a possibilidade de intervenção do governo, caso o movimento fosse declarado ilegal. O senador Petrônio Portella esclareceu que as normas vigentes sobre a greve não seriam alteradas "no momento".

O movimento continuou com várias propostas de acordo. Em Santo André, a Philips entrou em greve reivindicando o aumento salarial.

No dia 18 de maio, por 15 votos a 1, o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo decidiu pela ilegalidade dos movimentos grevistas dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e determinou o imediato retorno dos trabalhadores às suas atividades. No entanto, entendeu que ficaria a critério das empresas o pagamento das horas não-trabalhadas.

O presidente do sindical afirmou, porém, que "o sindicato em nenhum momento solicitará aos trabalhadores que retornem ao trabalho. Só espero e desejo, ardentemente mesmo, que o governo federal dê uma oportunidade aos trabalhadores para mostrar uma vez o seu grau de consciência e elevado patriotismo".

A decisão do TRT não alcançava, formalmente, as demais empresas

da região do ABC paulista, onde os movimentos grevistas começaram depois de instaurado o dissídio, exigindo novos processos. Pois entraram em greve dois mil da Philips do Brasil, 800 da Motores Perkins; e três mil da Pirelli, além do pessoal da Ford que continuou parado.

O pessoal da Volkswagen entrou em greve no dia 19, elevando o número para dez mil, correspondente a 40% do pessoal de produção.

Novas paralisações, não alcançadas pela decisão judicial, atingiram a Alcan (quatro mil), Elevadores Otis (dois mil), Chrysler (800) e Pirelli (1.640). Na Sermar o aumento parcelado de 15% contra um pedido de 20% selou o primeiro acordo entre patrões e empregados, desde o momento do início do movimento grevista no ABC.

Em nota oficial, o Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo disse estar empenhado em encontrar soluções satisfatórias para a greve, mas recriminou empresas como a Scania, que prometem atender às reivindicações e depois recuam, "aumentando a tensão". Considerou absurda uma proposta que lhe foi feita pela Ford: fazer voltar os operários ao trabalho sem assumir qualquer compromisso.

O presidente da Fiesp, Theobaldo de Nigris, na reunião dos sindicatos patronais, em que ficou acertado que nenhuma empresa filiada concederia aumento de salário, declarou: "O momento é grave, e qualquer precedente que se abra, agora, poderá ser prejudicial à indústria."

No dia 21, com a participação de 18 mil trabalhadores na região do ABC, a greve entrou na segunda semana de duração.

O comandante do II Exército mostrava-se preocupado com possibilidade da infiltração comunista no operariado. Respondendo ao general Dilermando Monteiro, o presidente do sindicato, Lula, afirmou "que não havia como impedi-la, pois o sindicato respeitava os direitos à livre associação". Pedia ao general que o ajudasse a "brigar pela liberdade sindical", assegurando a todos os dirigentes sindicais, ideologicamente descompromissados, "o direito de lutarem contra qualquer um dos extremos".

O ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, advertiu que "o governo garantiria o direito do operário que quiser trabalhar".

Os empresários Einar Kok e Paulo Francini insistiram em que as greves sob nenhuma hipótese devem servir de pretexto para o endurecimento político do regime. E o presidente do Sindicato da Indústria de Plásticos pediu que se criasse um partido para os trabalhadores, para que tivessem onde se manifestar politicamente.

Em nota oficial, no Conselho Ministerial dos Preços, a 21 de maio, o ministro Mario Henrique Simonsen proibiu o repasse, aos preços dos veículos, dos aumentos salariais concedidos na indústria automobilística acima dos índices do governo. Outra nota, do ministro do Trabalho, exigia o fim das greves, em cumprimento à decisão da Justiça, que as decla-

rava ilegais. A nota do ministro Arnaldo Prieto dizia que o Ministério, que sempre prestigiou as lideranças sindicais, acreditava em seu amadurecimento e no senso de responsabilidade dos trabalhadores, confiando que a decisão da Justiça viesse a ser integralmente cumprida.

A 22 de maio, 9.540 empregados da Ford Brasil retomaram suas atividades na fábrica de São Bernardo do Campo, quando dirigentes do sindicato e das empresas chegaram a um acordo: 15% de aumento para quem ganha até oito salários mínimos, 10% para quem recebe de oito a 10 salários mínimos.

Foi esse o primeiro acordo encaminhado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, enquanto continuavam em greve os operários da Volkswagen, da Chrysler e da Villares Equipamentos. Também ocorreram novas paralisações em outras empresas.

O ministro da Fazenda, Mário Simonsen, afirmou, em Brasília, que a indústria automobilística, atendendo às reivindicações dos grevistas, o fará "à custa de seus lucros e não do consumidor". Para o ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, a hipótese da demissão em massa "simplesmente refleteria o exercício do direito adquirido pelas empresas, no momento em que a greve foi considerada ilegal".

A iniciativa de empresas automobilísticas paulistas de negociar com os empregados em greve, apesar de o movimento ter sido declarado ilegal, é vista como positiva pelo Palácio do Planalto. "Tudo que ajudar a distensão torna-se favorável ao governo."

Em Santo André, o compromisso de reajuste de 10% acima do índice do dissídio nos salários levou os grevistas da Pirelli a retomar o trabalho. Mas a greve continuou em São Bernardo, na Volkswagen, na Chrysler, na Villares Equipamentos e Mercedes-Benz.

Em declaração, no Rio de Janeiro, o ministro da Fazenda afirmou estar fora de cogitação a concessão de um abono, como o de 1974, descartando a sugestão do presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Theobaldo de Nigris.

A greve da Volkswagen terminou no dia 24, depois que a empresa se comprometeu a admitir 28 ferramentistas despedidos por causa da greve. Não houve acordo de aumento salarial, que a empresa condicionou aos de toda a indústria automobilística.

A direção da Associação Nacional de Veículos Automotores publicou uma nota dizendo que "as indústrias automobilísticas continuarão a exigir dos operários respeito à legislação vigente e continuarão a afirmar que as greves são ilegais". Enquanto o Sindicato dos Metalúrgicos, em nota oficial, assegurou que "o retorno ao trabalho de uma parcela de operários que haviam cessado suas atividades não deve ser interpretado como um abandono das reivindicações ou que cederam na disposição da luta". O comandante do II Exército, general Dilermando Monteiro, afir-

mou que "não há razão para se fazer algo que não seja pacífico, harmonioso e disciplinado. Hoje existe um perfeito entendimento entre aqueles que reivindicam alguma coisa e o governo, pois este está interessado na solução dos problemas do trabalhador".

Um pronunciamento importante foi o do então chefe do SNI, general João Baptista Figueiredo, concordando com o método de negociação salarial direto entre patrões e empregados e com mudanças no Fundo de Garantia.

O movimento grevista no ABC terminou às 21 horas do dia 29 de maio, com o acordo das empresas Villares. A proposta foi aceita depois que o empresário Carlos Villares compareceu à assembléia dos operários, na fábrica de São Bernardo, e expôs os motivos pelos quais não poderia dar aumento maior que 5%. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Lula, declarou que "apesar de reconhecer sua intransigência, tenho que lhe render as homenagens devidas: foi o único empregador a descer do seu pedestal, enfrentar uma assembléia de trabalhadores insatisfeitos com os salários e vir falar com franqueza, sem rodeios."

Em fins de outubro de 1978, cerca de oito mil metalúrgicos paralisaram as atividades nas fábricas da Fiat automóveis, Krupp Indústrias Mecânicas e FMB Produtos Metalúrgicos, todas em Betim, junto a Belo Horizonte, reivindicando aumento de 20% acima dos índices oficiais. A decisão foi tomada em assembléia e confirmada em reunião posterior.

Em São Paulo, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Joaquim Santos de Andrade, ao final de quatro horas de discussão com a comissão de salários da Fiesp, afirmou: "Se os empresários entrarem na Justiça do Trabalho, com processo de dissídio coletivo, nós, metalúrgicos, não teremos outra alternativa a não ser entrar logo em greve."

Em Betim, a polícia ocupou com viaturas, soldados e cães da PM os pátios internos das fábricas, enquanto cerca de sete mil horistas da Fiat automóveis continuavam em greve, paralisando todos os setores; mais 1.300 metalúrgicos da FMB e 506 da Krupp mantiveram a paralisação, mas sem a presença ostensiva da polícia.

Depois de fracassar mais uma reunião entre patrões e empregados, na DRT, o procurador do Trabalho, José Cristóforo, decidiu propor dissídio coletivo para que a Justiça se pronunciasse sobre a legalidade do movimento. O ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, recomendou à Procuradoria agir "serena e energicamente, mas dentro da lei".

Em Belo Horizonte, o Tribunal Regional do Trabalho declarou a ilegalidade da greve dos metalúrgicos de Betim, mas, numa decisão inédita e contrariando a lei, concedeu aos trabalhadores reajustes escalonados de 3 a 12%, acima do índice oficial do dissídio. Esse aumento foi recusado, antes da decisão do TRT, por 4.678 votos a 512, pelos empregados da Fiat, Krupp e FMB, que decidiram pela manutenção da greve.

Em São Paulo, metalúrgicos decidiram recusar a proposta de aumento de 56%, oferecida pelo sindicato patronal, e convocaram greve geral a partir de zero hora de 30 de outubro. Eles pretendiam aumento de 70%.

Enquanto isto, dirigentes de 22 sindicatos patronais paulistas, dos ramos de metalurgia e material elétrico, insistiram, após uma reunião de cinco horas, na proposta de aumento salarial de até 56%, considerando precipitada a decisão dos metalúrgicos da capital, Osa co e Guarulhos de convocar greves antes de esgotadas as negociações. O aumento pretendido era de 70%.

O ex-presidente da Ford Brasil e novo diretor para a América Latina da Ford Corporation, Joseph O'Neil, afirmou que deixava o Brasil "com a certeza de que as legislações sindicais devem ser modificadas", porque, no "momento em que os patrões e trabalhadores deixam de respeitar as legislações em vigor, não tem sentido elas continuarem".•

No dia 30 de outubro, 500 mil trabalhadores metalúrgicos de São Paulo entraram em greve por reajuste salarial, em movimento que logo se alastrou, atingindo mais de 14 mil empresas da região.

A Federação das Indústrias de São Paulo publicou, nos principais jornais da cidade, um apelo para que as empresas "não tomassem quaisquer providências sem antes se comunicarem com seus respectivos sindicatos".

A Delegacia Regional do Trabalho realizou uma mesa-redonda entre representantes sindicais e os patrões para tentar um acordo salarial.

Enquanto isto, o grupo 14, que reúne os sindicatos patronais da área metalúrgica de São Paulo, recomendou a suspensão por dois dias – imediatamente aplicada por diversas empresas – para os metalúrgicos que aderissem à greve. Já então o movimento abrangia 57 mil trabalhadores da Capital, 20 mil de Osasco e 20 mil de Guarulhos, ou seja, cerca de 20% da força do trabalho.

Não teve sucesso a reunião de conciliação promovida pela DRT. Foi instaurado o processo do dissídio, a fim de que a Justiça do Trabalho se pronunciasse sobre a legalidade do movimento.

O coordenador da comissão patronal, Alberto Villares, disse que "foram discutidas inúmeras propostas, mas, infelizmente, não chegamos a nada". O presidente da Federação dos Metalúrgicos, Argeu dos Santos, acrescentou: "Pode-se dizer até que houve um retrocesso nas negociações."

Assim, o número dos metalúrgicos em greve em São Paulo ampliou-se para quase 148 mil, em 385 empresas, segundo dados da DRT. As assembléias continuadas discutiram uma nova proposta patronal, que aumentava para 58% o índice inicialmente de 56%.

Um dos empresários liberais, Cláudio Bardella, assim definiu a situação: "A greve que se verifica agora é diferente da ocorrida na região do

ABC. Porque, naquela, os líderes sindicais tinham competência e discutiam com números na mão." Segundo ele, que tem empresas em Santo André e em São Paulo, existia disposição de negociar, mas estava difícil dialogar com os dirigentes sindicais.

A 1º de novembro, houve uma modificação no quadro geral. Os metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos, em votação secreta, aceitaram um aumento escalonado de 50 a 58%, enquanto os de Osasco insistiram na pretensão de 70%.

Desta vez, o Tribunal Regional do Trabalho recusou-se a declarar ilegal a greve dos metalúrgicos.

Os metalúrgicos de Osasco, depois de recusar o acordo aceito pelos companheiros de São Paulo, aceitaram voltar ao trabalho. A proposta aceita foi de aumento de 58% e suspensão das punições. Falando à imprensa, o presidente do sindicato disse: "Mais vale recuar agora e depois dar outros passos à frente do que perder tudo."

A repressão ao movimento estudantil não era menos violenta. Os estudantes haviam programado o III Encontro Nacional de Estudantes para os primeiros dias de junho de 1977, a realizar-se em Belo Horizonte. Eles desejavam aquela reunião para debater a situação política do momento. Mas as autoridades mineiras não estavam dispostas a permitir.

Por isso o governador Aureliano Chaves, de combinação com o comandante da IV Região Militar, acertou uma ação conjunta do Exército com os policiais e militares, a fim de impedir a realização daquele encontro. Desse modo foi feito o cerco de todas as escolas de ensino superior da capital mineira, onde os estudantes se concentravam. Em seguida, agindo com energia, desalojou 348 estudantes que se haviam refugiado na Faculdade de Medicina da UFMG.

Bloqueados em seus movimentos, os estudantes se viram impedidos de realizar, em Belo Horizonte, o III Encontro Nacional de Estudantes, como fora programado.

Mas não esmoreceram.

No dia 6 de junho houve uma concentração na Universidade de Brasília para o mesmo fim. O *campus* foi invadido por soldados da Polícia Militar. Cerca de 100 estudantes foram obrigados a se perfilar, de mãos para cima, enquanto eram identificados. Trinta deles foram levados para lugar desconhecido.

Depois desse episódio foram os estudantes de São Paulo que pretenderam-se reunir. Tomando conhecimento do fato, o governo de São Paulo, no dia 10 de junho, tomou medidas no propósito de vetar o encontro na capital paulista.

A quarta tentativa foi feita no Rio de Janeiro, no dia 15 de junho. Também desta feita foram impedidos pela polícia.

A 20 de junho aparece o veto oficial àquela reunião. O ministro da

Educação, Ney Braga, determina seu impedimento em todo o território nacional.

Inconformados, os estudantes tiveram vários choques com policiais, nos meses que se seguiram, choques estes de maior ou menor intensidade.

A 20 de setembro a Secretaria de Segurança de São Paulo mobilizou um aparato militar. Eram mil policiais e 500 carros que foram enviados à Cidade Universitária. Ela foi cercada com o fim de impedir a realização daquele mesmo III Encontro Nacional de Estudantes planejado para o dia seguinte, 21 de setembro, no *campus* da USP. Estabelecido o cerco, só era permitida a entrada de funcionários da Universidade. Nessa ocasião a polícia deteve cerca de três mil estudantes.

O Comandante do II Exército, general Dilermando Monteiro, foi entrevistado por causa do apoio que dera à repressão do III Encontro. Na ocasião declarou: "Não se trata, absolutamente, de algum endurecimento do regime, tendo em vista que o governo está interessado no diálogo e na abertura democrática."

Apesar dessa declaração do general, os estudantes não tiveram oportunidade de dialogar com o governo.

USO E ABUSO
DO AI-5

CAPÍTULO VIII

O presidente Ernesto Geisel foi o governante que usou mais largamente o AI-5. A promessa de abertura política feita nos primórdios do seu governo pareceu configurar-se nos primeiros tempos, até que a 16 de abril de 1975 o *Diário Oficial* publicou as primeiras aplicações daquela medida radical, atingindo a um juiz de Direito, um escrivão de cartório e um tenente da Aeronáutica, no Território de Rondônia, acusados de corrupção no exercício de suas funções.

A decisão presidencial baseou-se na denúncia do deputado Jerônimo Santana (MDB-RO), posteriormente confirmada pelo envio de um emissário do governo federal àquele Território, onde apurou a procedência das acusações. O juiz punido é o dr. Antônio Alberto Paca; o escrivão, Durval Gadelha; e o segundo-tenente da Infantaria de Guarda da Aeronáutica Aderito Ribeiro.

Quatro dias depois, recorreu o presidente Geisel ao AI-5 para decretar a intervenção federal no município de Rio Branco, capital do Acre. A Câmara desse município, por duas vezes, recusou a aprovação do nome do prefeito nomeado, por 5 votos a 3. O ato presidencial estabeleceu o candidato vetado, Adauto Brito da Frota, como interventor no município.

Passaram-se três meses até que, novamente, o presidente Geisel se valesse do AI-5. Desta vez foi o caso do senador Wilson de Queirós Campos (Arena/PE), acusado pelo empresário Carlos Alberto de Menezes Sá de pleitear gratificações para a obtenção de créditos no *Banepe*. A denún-

cia foi positivada com a apresentação de fitas em que aquele empresário gravou as entrevistas com o senador, contendo a proposta que constituiu a base da denúncia.

O escândalo envolvia personalidades de destaque na sociedade pernambucana, inclusive um diretor daquele banco, Romero do Rego Barros Rocha. A denúncia foi apresentada ao Congresso, onde os acusados tiveram de prestar depoimento. Solicitada a licença para processar o senador, foi esta negada pelo Senado.

Em face da atitude daquela Casa do Congresso, o presidente da República fez uso do AI-5, cassando o mandato do senador e suspendendo os seus direitos políticos por dez anos. Em outro decreto aplicou a suspensão de direitos políticos aos senhores Romero do Rego Barros Rocha e Carlos Alberto de Meneses Sá, todos envolvidos no mesmo caso.

A 5 de janeiro, o presidente Geisel voltou a usar o AI-5. Desta vez contra dois deputados paulistas: o deputado federal Marcelo Gatto e o deputado estadual Nélson Fabiano Sobrinho. Ambos do MDB de São Paulo, acusados de ligações com o PCB em inquérito realizado pelo Dops paulista.

A notícia foi divulgada pelo ministro da Justiça, Armando Falcão, momentos depois de uma reunião no Palácio do Planalto, da qual participaram, além do presidente Geisel, o presidente Nacional da Arena, deputado Francelino Pereira, e o chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, Hugo Abreu.

Esta aplicação do AI-5 representou o desfecho de uma crise que se vinha desenvolvendo desde antes do Natal. No dia 22 de dezembro, às 19 horas, o Departamento de Ordem Política e Social entregava à imprensa a súmula de um relatório enviado à Segunda Auditoria Militar sobre as atividades do ex-PCB. No documento constava que, no inquérito enviado à Justiça Militar sobre as atividades daquela agremiação partidária, envolvendo 105 pessoas, 11 depoimentos comprometiam os deputados estaduais Alberto Goldmann e Nélson Fabiano Sobrinho e o deputado federal Marcelo Gatto, que teriam entrado em entendimento com os dirigentes comunistas, e estes haviam mandado que os seus correligionários votassem naqueles candidatos.

No dia 23, o deputado Alberto Goldmann, ao tomar conhecimento da súmula publicada pela imprensa, distribuía uma nota afirmando que "as acusações feitas a mim e a outros deputados, aliás anteriormente já feitas e tendo resultados infundados, fazem parte da tentativa de comprometimento da oposição brasileira à medida que se caracteriza, cada vez mais, a disposição popular de prestigiar o MDB, levando-o a assumir, em futuro próximo, responsabilidades do governo, particularmente do Estado de São Paulo, e se têm dado, significativamente, em momentos em que o MDB paulista toma decisões".

No dia de Natal, os deputados Marcelo Gatto e Nélson Fabiano Sobrinho, por sua vez, procuraram a imprensa para refutar as acusações contidas no relatório policial, afirmando que "esse pseudo-inquérito representa a tentativa de comprometer o MDB e isolá-lo do povo brasileiro" e, também, que o "povo brasileiro sabe o quanto de sofrimento, tortura e medo está ainda contido em cada linha desse inquérito".

No dia 26 de dezembro o secretário de Segurança de São Paulo, coronel Erasmo Dias, respondia: "Ao tomar conhecimento das declarações atribuídas a respeito do inquérito aberto no Deops, para apurar atividades de partidos comunistas, verifiquei que essas declarações contêm inverdades, apreciações falsas e tendenciosas e, o que é mais grave, tentando indispor o povo contra os órgãos constituídos."

Convidados a comparecer ao Deops, os deputados Gatto e Fabiano Sobrinho recusaram-se, em documento apresentado pelo advogado Iberê Bandeira de Melo, a prestar declarações a respeito das entrevistas concedidas aos jornais. Declararam que não compareceriam "por entenderem que, no estrito cumprimento do que determina a lei, a única forma a que se submetem, estão defendendo as prerrogativas de todos os parlamentares brasileiros". No mesmo documento informaram que "comunicaram ao governador Paulo Egydio Martins o convite recebido".

Os deputados Gatto e Fabiano fizeram uma maratona às redações dos jornais, prestando novos esclarecimentos e informações que consideravam preciosas. Uma autoridade do Deops havia informado ao advogado Iberê Bandeira de Melo que "os nomes dos deputados Nélson Fabiano, Marcelo Gatto e Alberto Goldmann foram suprimidos do inquérito que os acusava de terem sido eleitos com o auxílio do PCB. A página onde os três estavam citados foi retirada do original do Deops e encaminhada à Justiça Militar". De acordo com o advogado dos deputados, a medida fora determinada pelo fato de não existirem "provas que caracterizassem a ligação com o ex-PCB". Paralelamente, as autoridades do Deops solicitavam às redações dos jornais a devolução do relatório já divulgado. A alegação das autoridades era a de que a divulgação do documento deixara em "má situação uma autoridade do setor de Ordem Política e Social".

Os deputados Gatto e Fabiano ainda se encontravam na redação de um jornal quando receberam um convite do secretário particular do governador de São Paulo para um encontro com o secretário de Segurança, Erasmo Dias. O objetivo declarado era colocar "uma pá de cal sobre o assunto". Os deputados Gatto e Fabiano e o advogado Iberê dirigiram-se no mesmo automóvel à residência do secretário particular do governador, George Nogueira, no Morumbi, onde encontraram o líder do governo na Assembléia, deputado Nabi Abi Chedid; o diretor do Deops, Tácito Pinheiro; o secretário de Segurança, coronel Erasmo Dias; o dele-

gado do Deops, Romeo Tuma; além de familiares do secretário do governador. O encontro, que teve um início cordial, foi-se tornando tenso e gerando uma discussão entre os deputados e o secretário de Segurança, contidos a custo pelo advogado Iberê e pelo anfitrião. Assim, o encontro, tramado para buscar uma solução favorável para a crise, terminou em um rompimento definitivo entre os parlamentares e a autoridade.

No dia 27, os deputados Fabiano e Gatto deslocaram-se para Santos, suas bases eleitorais.

No dia 29, o governador Paulo Egydio retornava a São Paulo e marcou uma entrevista coletiva para a noite desse dia. À tarde, porém, o coronel Erasmo Dias, em companhia do assessor de Comunicações do governo do Estado, major Ismael Arnould, e de dois delegados, embarcava num jato para Brasília, onde os quatro mantiveram demorado encontro com o chefe do SNI, general João Baptista Figueiredo, fazendo entrega ao mesmo de um volumoso pacote contendo o inquérito e um relatório reservado da Secretaria de Segurança, narrando todos os acontecimentos.

Ao ser conhecida a notícia de cassação e suspensão dos direitos políticos dos dois deputados, o chefe da Casa Civil do governo de São Paulo, sr. Arrobas Martins, confirmou que a causa da cassação dos deputados Gatto e Fabiano foram as declarações que fizeram, no dia 25, criticando os órgãos de segurança. Observadores políticos admitiram que esta afirmação do chefe da Casa Civil permitia a suposição de que o episódio era um fato isolado e não um plano político que poderia determinar outras cassações, porque, desde novembro de 1974, circulavam rumores da existência de listas de cassações, com nomes de parlamentares que teriam tido o apoio do PCB.

O presidente do MDB, deputado Ulysses Guimarães, fez declarações à imprensa no dia 7 de janeiro, considerando aquele ato "um retrocesso inevitável que a todos apanhou do partido assim que houvesse número em Brasília".

O governo, por seus porta-vozes, adiantou que não daria explicação sobre os motivos que o levaram a utilizar o AI-5 para cassar os mandatos dos deputados Marcelo Gatto e Nélson Fabiano, por entender que o processo é sigiloso e, dessa forma, deverá ser, simplesmente, arquivado no Conselho de Segurança Nacional.

O ministro da Justiça, Armando Falcão, não quis fazer comentários sobre a possibilidade de novas cassações na área política. No entanto, circulava a informação de que já estavam prontos todos os processos de cassações de parlamentares, principalmente ligados ao caso de uma gráfica, descoberta no Rio de Janeiro, trabalhando para o Partido Comunista.

Aplicações do AI-5

1) dia 16/04/75 – Antônio Alberto Paca – juiz. Demissão.

2) dia 16/04/75 – Durval Gadelha – escrivão. Demissão.
3) dia 16/05/75 – Aderico Ribeiro – tenente da Aeronáutica. Demissão.
4) dia 19/04/75 – Intervenção federal em Rio Branco, capital do Acre.
5) dia 01/07/75 – Romero do Rego Barros – ex-diretor do Bandepe. Suspensão dos direitos políticos.
6) dia 01/07/75 – Carlos Alberto de Menezes Sá – industrial. Suspensão dos direitos políticos.
7) dia 01/07/75 – Wilson Campos – senador da Arena de Pernambuco. Cassado.
8) dia 18/08/75 – Aníbal Alberto de Albuquerque Maranhão – diplomata. Demissão.
9) dia 18/08/75 – Roberto Chalu Pacheco – Diplomata. Demissão.
10) dia 05/01/76 – Marcelo Gatto – deputado federal do MDB de São Paulo. Cassado.
11) dia 05/01/76 – Nélson Fabiano Sobrinho – deputado estadual do MDB de São Paulo. Cassado.
12) dia 29/03/76 – Nadir Rossetti – deputado federal do MDB do Rio Grande do Sul. Cassado.
13) dia 29/03/76 – Amauri Müller – deputado federal do MDB do Rio Grande do Sul. Cassado.
14) dia 01/04/76 – Lisâneas Maciel – deputado federal do MDB do Rio de Janeiro. Cassado.
15) dia 04/08/76 – Nei Lopes de Souza – deputado federal da Arena do Rio Grande do Norte. Cassado.
16) dia 04/08/76 – José Cortez Pereira Araújo – ex-governador do Rio Grande do Norte. Suspensão dos direitos políticos.
17) dia 04/08/76 – Benevenuto Pereira Araújo Neto – ex-integrante do governo do Rio Grande do Norte. Suspensão dos direitos políticos.
18) dia 04/08/76 – Arimar França – ex-integrante do governo do Rio Grande do Norte. Suspensão dos direitos políticos.
19) dia 04/08/76 – Tarcísio Pereira Araújo – ex-integrante do governo do Rio Grande do Norte. Suspensão dos direitos políticos.
20) dia 04/08/76 – Alcimar de Almeida e Silva – ex-integrante do governo do Rio Grande do Norte. Suspensão dos direitos políticos.
21) dia 29/09/76 – Cândido Colombo Cerqueira – desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Demissão.
22) dia 03/12/76 – Leonel Júlio – deputado estadual do MDB de São Paulo e presidente da Assembléia de São Paulo. Cassado.
23) dia 03/12/76 – Recesso da Câmara Municipal de Alenquer, Pará.
24) dia 17/12/76 – Antônio Silveira Thomaz – professor. Ministério da Justiça. Aposentadoria compulsória.
25) dia 02/12/77 – Glênio Peres – vereador do MDB do Rio Grande

do Sul. Cassado.

26) dia 15/02/77 – Marcos Klassmam – vereador do MDB do Rio Grande do Sul. Cassado.

27) dia 26/02/77 – Francisco Ignácio de Oliveira Filho – agente federal. Demissão.

28) dia 01/04/77 – Recesso do Congresso Nacional.

29) dia 21/04/77 – Dinaldo do Amaral Caldeira – capitão da reserva do Exército. Reformado.

30) dia 13/05/77 – Ernani Vieira Araújo – delegado da Polícia Federal de São Paulo. Demissão.

31) dia 13/05/77 – Hélio Vieira Júnior – delegado da Polícia Federal de São Paulo. Demissão.

32) dia 13/05/77 – Antônio Pizza – agente da Polícia Federal de São Paulo. Demissão.

33) dia 13/05/77 – Maria Lúcia Nigro – agente da Polícia Federal de São Paulo. Demissão.

34) dia 13/05/77 – Florêncio Bittencourt Neto – agente da Polícia Federal de São Paulo. Demissão.

35) dia 13/05/77 – José Edmilson de Oliveira – agente da Polícia Federal de São Paulo. Demissão.

36) dia 13/05/77 – Jorge Antônio Gonçalves – agente da Polícia Federal de São Paulo. Demissão.

37) dia 13/05/77 – Oswaldo Fantini – agente da Polícia Federal de São Paulo. Demissão.

38) dia 14/06/77 – Marcos Tito – deputado federal do MDB de Minas Gerais. Cassado.

39) dia 30/06/77 – Alencar Furtado – deputado federal do MDB da Paraíba. Cassado.

40) dia 18/08/77 – Pedro Henrique Lopes Casals – delegado da Polícia Federal. Aposentadoria compulsória.

41) dia 18/08/77 – Armindo Castro – agente da Polícia Federal. Aposentadoria compulsória.

42) dia 26/01/78 – Abdulino Francisco Lacoseli – delegado da Polícia Federal. Aposentadoria compulsória.

43) dia 26/01/78 – Murilo José Soares – delegado da Polícia Federal. Aposentadoria compulsória.

44) dia 26/01/78 – Rui Julião Chaves – delegado da Polícia Federal. Aposentadoria compulsória.

45) dia 26/01/78 – Ailton Ribeiro Maia – agente da Polícia Federal. Aposentadoria compulsória.

46) dia 26/01/78 – Anatólio Araújo Veloso – agente da Polícia Federal. Aposentadoria compulsória.

47) dia 26/01/78 – Aníbal da Silva Carreira – agente da Polícia Federal.

Aposentadoria compulsória.

48) dia 26/01/78 – Antônio Leite Gondim – agente da Polícia Federal. Aposentadoria compulsória.

49) dia 26/01/78 – Arlindo de Sá Barbosa – agente da Polícia Federal. Aposentadoria compulsória.

50) dia 26/01/78 – Cláudio Botejara Júnior – agente da Polícia Federal. Aposentadoria compulsória.

51) dia 26/01/78 – Hélcio Gomes Moraes – agente da Polícia Federal. Aposentadoria compulsória.

52) dia 26/01/78 – Hênio Lopes – agente da Polícia Federal. Aposentadoria compulsória.

53) dia 26/01/78 – Hotelo Teles de Andrade – agente da Polícia Federal. Aposentadoria compulsória.

54) dia 26/01/78 – Joaquim Vicente Cardoso Neto – agente da Polícia Federal. Aposentadoria compulsória.

55) dia 26/01/78 – José Clóvis de Souza – agente da Polícia Federal. Aposentadoria compulsória.

56) dia 26/01/78 – Luiz Carlos Dias – agente da Polícia Federal. Aposentadoria compulsória.

57) dia 26/01/78 – Mário Coelho Filho – agente da Polícia Federal. Aposentadoria compulsória.

58) dia 26/01/78 – Mozart Siqueira de Moraes – agente da Polícia Federal. Aposentadoria compulsória.

58) dia 26/01/78 – Nélson Teles – agente da Polícia Federal. Aposentadoria compulsória.

60) dia 26/01/78 – Osman Matos de Souza – agente da Polícia Federal. Aposentadoria compulsória.

61) dia 26/01/78 – Robson Ferreira Lins – agente da Polícia Federal. Aposentadoria compulsória.

62) dia 26/01/78 – Wilson Cardoso – agente da Polícia Federal. Aposentadoria compulsória.

63) dia 26/01/78 – Osvaldo Shimabukuro – escrivão da Polícia Federal. Aposentadoria compulsória.

64) dia 09/02/78 – Manoel Domingos Neto – 2º tenente do Exército. Demissão.

65) dia 17/03/78 – Luiz David de Freitas – escrivão da Justiça de Brasília. Demissão.

"... CABE AO SENHOR DEMITIR-ME"

CAPÍTULO IX

A demissão de um ministro do Exército ocorreu várias vezes, sem, por isso, deixar de ser um fato excepcional e relevante. Prudente de Morais demitiu um ministro da Guerra, enquanto mandava convocar outro general, que passava, de bonde, em frente ao Palácio do Catete. Afonso Pena teve maior dificuldade com Hermes, que precipitou a sua demissão, criando uma crise fatal ao presidente. Getúlio Vargas substituiu o general João Gomes, que não queria intervir no Rio Grande do Sul, pelo general Eurico Gaspar Dutra, a quem coube desmontar o dispositivo militar montado pelo governador Flores da Cunha. Mas Getúlio não pôde agir, demitindo, nem o general Góes Monteiro, em 1945, nem o general Zenóbio da Costa, em 1954.

A demissão do general Sylvio Frota, ministro do Exército do general-presidente Ernesto Geisel, é um fato singular pelas circunstâncias de que se revestiu. Por isso mesmo o modo pelo qual aconteceu, embora fosse o fato de certa forma esperado, surpreendeu o mundo político e abalou a área militar.

A candidatura do ministro do Exército, general Sylvio Frota, à Presidência da República tornara-se uma realidade a que nem mais aquele titular permanecia alheio.

O movimento, a princípio nos bastidores agitado por elementos militares contrários à candidatura do general João Baptista Figueiredo, conquistara o apoio de uma ponderável corrente parlamentar francamente conhecida como "frotista".

O prestígio do ministro do Exército parecia grande e tendia a aumentar. O episódio da demissão do comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Melo, que poderia ter provocado um sério incidente entre o presidente da República e o seu ministro, fora absorvido sem maiores conseqüências. Porque, avisado do ato presidencial, o general Sylvio Frota não opôs a menor objeção.

Daí por diante, os meios políticos previam o agravamento da situação. Porque, se continuasse na Pasta do Exército, o general Sylvio Frota tornar-se-ia um candidato imbatível, o que não estava nos planos do governo.

A situação tornou-se tensa a ponto de, no último despacho ministerial, o ministro ter deixado de comparecer, sob a alegação curiosa de que não tinha nada a despachar.

Às 08h30 da manhã de 12 de outubro de 1977, o presidente Ernesto Geisel chamou ao Palácio do Planalto o general Sylvio Frota. Houve um curto e duro diálogo em que o presidente declarou seu descontentamento. O general Sylvio Frota não pediu exoneração. Então, o presidente o demitiu.

Ao ser chamado ao Planalto, o general Sylvio Frota havia convocado uma reunião de oficiais-generais para o seu gabinete, no Palácio da Guerra. Mas, ao chegarem a Brasília, os generais encontraram, antes dos emissários do ministro, emissários diretos do presidente da República, enviados pelo chefe de seu Gabinete Militar, general Hugo Abreu. Assim, foram para o Palácio do Planalto, onde tiveram comunicação do ocorrido.

Pouco depois do meio-dia, o chefe do Gabinete Militar, general Hugo Abreu, leu para a imprensa a seguinte nota:

"1 – O presidente da República exonerou o general Sylvio Frota do cargo de ministro do Exército, nomeando para substituí-lo o general Fernando Belford Bethlem.

2 – A exoneração do ministro Frota é uma decisão de caráter pessoal, sem qualquer vinculação com problemas de sucessão presidencial.

3 – No sentido de evitar explorações e mal-entendidos o presidente da República manda reafirmar a informação já conhecida, mais de uma vez, de que nunca autorizou qualquer gestão focalizando nomes dos futuros candidatos. Considera as especulações que se fazem sobre o assunto prejudiciais aos interesses do País, pretendendo tratar do problema somente a partir de janeiro de 1978."

Retirando-se do Palácio do Planalto, o general Sylvio Frota seguiu para o Quartel-General do Exército, de onde transmitiu por telex a todas as unidades uma nota de oito páginas. Essa nota, distribuída à imprensa no princípio da tarde, acusa o governo de tolerar a infiltração de pelo menos 97 comunistas na administração e de ter tomado posições internacio-

nais e econômicas que favorecem a subversão. Segundo ele, o restabelecimento de relações com a China "constituiu o primeiro passo na escalada socialista que pretende dominar o País".

Às 16 horas foi empossado no cargo de ministro do Exército o general Fernando Bethlem, que comandava o III Exército e que fora chamado ao Palácio do Planalto.

Governadores, ministros e parlamentares recusaram-se a comentar a saída do ministro Sylvio Frota por ser sua demissão "um ato privativo do presidente da República". O líder do MDB na Câmara recomendou à bancada que ficasse em silêncio até que a comissão executiva do partido tivesse concluído o estudo amplo dos acontecimentos.

Às 16h15 a Rádio Jornal do Brasil, assim como todas as emissoras de rádio e de televisão do País, recebeu a seguinte comunicação do Departamento de Censura Federal: "De ordem superior só será permitida a divulgação, nas emissoras de rádio e de televisão, de notas oficiais sobre a substituição do ministro do Exército."

Às 18 horas foi transmitida pela Censura a segunda nota: "De ordem superior ficam as emissoras de rádio e de televisão proibidas de divulgar, em seu noticiário, a proclamação feita hoje pelo ex-ministro do Exército, general Sylvio Frota, que não está incluída entre as notas permitidas para a divulgação."

O noticiário oficial referente à posse do novo ministro do Exército adiantou que o presidente da República determinou que cumprisse a sua missão "mantendo a união do Exército, trabalhando com eficiência para o bem dessa importante instituição do País que, juntamente com a Aeronáutica e a Marinha, tem o pesado encargo de assegurar a nossa sobrevivência como nação, no âmbito internacional, e assegurar a ordem e a estabilidade interna".

O general Fernando Bethlem, falando em seguida, disse que foi "tomado de total surpresa pela indicação de seu nome", acrescentando que colocará no cargo "meus quase 50 anos de serviços e vou depender, para o bom desempenho das minhas funções, do total apoio de V. Exa., de todo o Ministério e de todos os meus camaradas da Marinha e da Aeronáutica".

Logo depois que lhe foi comunicada a sua exoneração, o general Sylvio Frota dirigiu, via telex, a todas as unidades do País e fez distribuir à imprensa a nota que divulgamos nos trechos principais:

"1 – Há, aproximadamente, 50 anos transpus, pela primeira vez, os portões da Velha Escola Militar de Realengo, sacrário de tantas tradições que sustentaram o idealismo de jovens daquela época e, neles, alicerçaram uma fraterna e indestrutível solidariedade de classe que nunca os abandonou, acompanhando-os, mesmo, na velhice. Ali me sagrei soldado de minha pátria e orgulho-me de sê-lo até hoje. Envaideço-me de ter sido

sempre soldado, indiferente às tentações dos bens materiais, imune às ambições do poder e infenso às sedutoras tentativas de afastar-me do quartel. Preferi, por cinco décadas, viver no puro ambiente das casernas – de sacrifícios, pesados trabalhos –, onde o cansaço traz a sensação do dever cumprido e todas as ações expressam harmonia. Nelas se encontram as nossas mais nobres reservas cívicas, e delas têm partido, nos momentos precisos, sob incontrolável impulso patriótico, reações enérgicas para conter as ameaças feitas à nação brasileira e a seu regime.

....

2 – Ao assumir o cargo de ministro, que jamais postulei, vislumbrei a oportunidade de realizar tudo aquilo que, de há muito, considerava essencial ao fortalecimento do Exército, como instituição armada, e ao bem-estar de seus integrantes. Dir-lhes-ei, agora, numa legítima tomada de contas, a que todos têm direito, o que consegui daquelas pretensões, e tentarei explicar-lhes por que muitos de nossos problemas, embora devidamente equacionados, não tiveram solução.

Logrei, de início, um reajustamento de efetivos aliviando temporariamente a angustiosa situação de promoções. A reorganização de unidades, a rearticulação do dispositivo da ordem de batalha, a criação de comandos flexíveis de enquadramento, a aquisição de materiais e equipamentos diversos e a acurada atenção dada ao adestramento e instrução da tropa e dos quadros são os frutos de um trabalho em que todos os órgãos cooperaram, com grande dedicação e eficiência.

3 – Desde o início de minha gestão na Pasta do Exército, estranhei certos fatos e comportamentos desajustados, da conduta revolucionária, o que atribuí a um assessoramento defeituoso ao chefe da Nação.

Com o correr dos tempos, porém, pela análise paciente destes fatos e comportamentos, verifiquei que, em sua maioria, não se coadunavam, absolutamente, com os propósitos revolucionários, o que imputei, ainda, a ardis de uma difícil conjuntura.

A continuidade desta política trouxe-me a um descrédito geral, porquanto via ruir, fragorosamente, o edifício revolucionário que, com tanta abnegação e idealismo, vínhamos levantando. Fácil é compreender como nasceram as primeiras divergências com o presidente da República, como cresceram, embora em ritmo lento, e se transformaram, finalmente, em velada incompatibilidade.

A deformação e o abandono dos objetivos da revolução tornaram-se patentes.

Tenho, portanto, a obrigação moral de apresentar ao Exército a gama de acontecimentos que, ocorridos em diversos setores, levaram-me a esta convicção.

Não fazê-lo seria trair minha crença, meus princípios e o meu jura-

mento à Pátria.

Sem obediência cronológica passo a citá-los:

– O estabelecimento das relações com a República Popular da China, que defende, precisamente, valores antagônicos aos nossos, feito sob imposições a rigor desabonadoras para a nossa soberania, constituiu o primeiro passo na escalada socialista que pretende dominar o País.

– O voto de abstenção, quanto ao ingresso de Cuba na OEA, que esconde, na omissão, a simpatia a um país comunista, exportador de subversão.

– O reconhecimento precipitado do governo comunista de Angola, só explicável pela ânsia ideológica de prestigiá-lo.

– O voto anti-sionista de caráter discriminatório, menos possível ao Brasil do que às áreas de influência soviética.

– As reuniões de políticos brasileiros, em Paris, para fundar um partido socialista, orientados por organização paulista e auxílio financeiro alienígena. Suas ligações com os socialistas europeus e a Internacional Socialista têm sido confirmadas.

– A criação de uma revista socialista em Paris, editada em português, e destinada à difusão no Brasil.

– As investidas constantes para destruir ou tornar inócua a estrutura de Segurança Nacional. Questionam-se esferas de competência, sugerem-se modificações doutrinárias e permitem-se maldosas campanhas de descrédito dos órgãos de informações e segurança, visando a apresentar seus componentes como bestiais torturadores, para desmoralizá-los perante a Nação.

– A tentativa de incompatibilizar as Forças Armadas com a opinião pública, realizada abertamente pelos órgãos da imprensa, que atingiu proporções inaceitáveis quando visou à impoluta figura do patrono do Exército.

– A complacência criminosa com a infiltração comunista e a propaganda esquerdista, que se revitaliza, diariamente, na imprensa, nos setores estudantis e nos próprios órgãos administrativos do Estado, deixando pairar dúvidas sobre a honestidade dos revolucionários e sua firmeza em combatê-las.

O exame, mesmo tolerante, dos acontecimentos e aspectos conjunturais que mencionei linhas atrás, conjugado ao conhecimento de numerosos outros, alardeados ou colhidos em documentos oficiais, não me permite mais duvidar de que, a julgar pelo que acontece com o Exército, existe uma evidente intenção de alienar as Forças Armadas dos processos decisórios do País, açambarcados por um grupelho encastoado no governo. Importantes decisões são tomadas sem se auscultá-las. Mesmo naquelas intrinsicamente ligadas à segurança nacional, com raríssimas exceções, limita-se o governo apenas a participar as soluções já adotadas. Esta

marginalização é tanto mais grave quando se considera que, em decorrência do que foi decidido, muitas vezes as Forças Armadas são obrigadas a atuar. Não obstante isso, jamais a instituição militar fugiu aos seus compromissos; repugna-lhe, todavia, desempenhar papel de janízaros ou de guarda pretoriana.

Outra conclusão a que não se pode fugir é a da crescente ameaça dos grupos esquerdistas na busca do poder. Acumpliciados com democratas que, na pressa de combater o regime, perderam o senso da realidade, acobertados por elementos infiltrados nos escalões administrativos e à sombra de uma incompreensível omissão das autoridades responsáveis, começam a jactar-se, publicamente, de que será, apenas, questão de tempo.

Uma de suas inegáveis vitórias foi a estatização, que só pode ser conseguida, temos de reconhecer, com a conivência dos homens do governo. Foi uma marcha lenta e solerte como sói acontecer quando os comunistas aplicam suas técnicas de infiltração.

Já implantaram o capitalismo de Estado, que é o tirano da economia; a continuarmos assim, virá, mais breve do que muitos esperam, o comunismo — o tirano das liberdades.

Na manhã de hoje, 12 de outubro, fui acordado com um chamado do Exmo. Sr. Presidente da República, que determinou minha presença no Palácio do Planalto.

Ali chegando, recebeu-me S. Exa. e, sem mais rodeios, disse-me que não conseguia acertar-se comigo. Respondi-lhe que nunca lhe tinha faltado a minha lealdade, no que confirmou.

Respondi-lhe, ainda, que tinha sempre seguido sua orientação. Discordou S. Exa. em parte, referindo-me aos relatórios de informação que faziam críticas ao governo. Voltei a falar para dizer-lhe que se algo houvesse nesse sentido passou despercebido.

Pedi que dissesse os motivos, ao que se recusou categoricamente.

Disse-me a seguir S. Exa. que estava incompatibilizado comigo e que solicitasse demissão.

Respondi-lhe, então, que não me demitiria por não me julgar incompatibilizado com o cargo.

Respondeu-me:

— Mas o cargo é meu.

— Por isto, cabe ao senhor demitir-me, pois não pedi para ocupá-lo.

— É o que farei, disse o presidente.

Creio firmemente que o motivo de tudo foi meramente político, com objetivos que podem facilmente ser deduzidos.

....

Que os quadros do Exército reflitam sobre o grave momento que atra-

vessamos e meditem na magnífica tarefa que lhes atribuo, de preservar, para seus filhos, um Brasil democrático. E se, por fatalidade, isto não acontecer, quando as pesadas algemas do totalitarismo marxista fizerem porejar o suor da amargura nas frontes pálidas de suas esposas, não quero que seus lamentos de desespero acusem o general Sylvio Frota de omisso e de não lhes ter apontado o perigo iminente.

Aos meus companheiros da reserva peço não regatearem, em defesa dessa causa, sua valiosa cooperação, já provada, em 1964, quando as legiões vitoriosas esmagaram o conluio de comunistas e corruptos.

....

Em 12 de outubro de 1977, Sylvio Frota."

•

Arena impede a entrada de Frota nos anais.

Enquanto o ex-ministro do Exército, general Sylvio Frota, preparava seu regresso ao Rio, a liderança da Arena na Câmara conseguiu impedir que a nota de despedida endereçada por ele aos seus comandados fosse transcrita nos anais da Casa.

O porta-voz da Presidência, coronel Toledo de Camargo, informou que não haveria nenhuma punição para o general Frota e desmentiu que o governo preparasse uma nota de resposta.

UM ACONTECIMENTO IMPREVISTO

CAPÍTULO X

Geisel determinara que o tema da sucessão presidencial só fosse discutido a partir de janeiro de 1978. Houve, porém, um acontecimento imprevisto, misterioso em suas origens, que precipitou o lançamento do nome que estaria escolhido, secretamente, para a nova presidência.

Humberto Barreto tinha uma situação muito especial junto ao presidente Geisel. Amigo do único filho do presidente, morto em um acidente, ainda jovem, Humberto Barreto tornou-se o filho de estimação do casal enlutado. Isto durava há muitos anos. Humberto Barreto acompanhou o general Ernesto Geisel na Petrobrás e, quando o novo presidente transportou-se do Rio para Brasília, a fim de tomar posse, sua comitiva se compunha de sua esposa, dona Lucy, de sua filha Amália Lucy e de Humberto Barreto.

O primeiro posto que Humberto Barreto ocupou, na Presidência Geisel, foi de assessor de Imprensa. Embora não fosse jornalista, desempenhou, brilhantemente, essa função, valendo-se do contato diário com o presidente para ser um bom informante dos jornalistas, com os quais estabeleceu as melhores relações. Nessa ocasião fazia parte do grupo limitado de pessoas que tinham acesso diário ao presidente Geisel, como o chefe do Gabinete Civil, ministro Golbery do Couto e Silva; o chefe do Gabinete Militar, general Hugo Abreu; o chefe do SNI, o general João Baptista Figueiredo e o secretário particular, Heitor de Aquino.

A posição oficial e a intimidade familiar tornavam Humberto Barreto

o mais autorizado porta-voz do presidente Geisel. Ao mesmo tempo, tornava-se um elemento altamente vulnerável, dentro das inevitáveis intrigas palacianas.

Foi assim que em dado momento teve o seu nome indicado pelo ministro Mário Henrique Simonsen e influência do general Golbery do Couto e Silva para a presidência da Caixa Econômica Federal.

A proposta para um posto de tanta relevância seduziu o candidato ao mesmo tempo que agradou a seu protetor, o presidente Geisel.

Novos horizontes políticos se abriam: o nome de Humberto Barreto foi lembrado para figurar na chapa da Arena para deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro. Houve, mesmo, um começo de propaganda política em torno de seu nome em outdoors em algumas estradas. E, como se cogitasse da indicação de um candidato ao governo do mesmo Estado, Humberto Barreto passou a figurar entre os possíveis candidatos.

Já, então, a imprensa tentava romper a cortina de silêncio mantida em torno da sucessão presidencial.

No dia 3 de julho de 1977, o *Jornal do Brasil* publicava uma galeria de fotografias dos prováveis candidatos à Presidência da República. Eram eles: general Ariel Pacca; governador Aureliano Chaves, de Minas Gerais; general Fernando Bethlem; general João Baptista Figueiredo; senador José Magalhães Pinto; ministro da Educação Ney Braga; general Reinaldo Melo Almeida; ministro do Exército, general Sylvio Frota.

Nesta lista, os mais fortes candidatos eram: o ministro do Exército, porque nos regimes militares esse titular é o herdeiro presuntivo do governo; o senador Magalhães Pinto, que obtivera, na presidência do Senado, uma honrosa indicação de seus pares, e o general João Baptista Figueiredo.

Se era vedado tratar publicamente da sucessão presidencial, as manobras vinham sendo realizadas de longa data. Era consenso geral que dificilmente surgiria uma candidatura civil com possibilidades de aceitação pelo *sistema*. Assim, só em conseqüência de um impasse entre duas ou mais candidaturas militares haveria a possibilidade de o senador Magalhães Pinto emergir vitoriosamente. Os outros, apenas, compunham o quadro. O nome do governador de Minas figurava como uma ameaça à candidatura do seu conterrâneo Magalhães Pinto. O ministro da Educação, que também tinha a condição de militar, não era considerado uma forte candidatura.

O leque de candidatos militares vinha sendo submetido a um severo controle. Como era condição indispensável as quatro estrelas do generalato do Exército, em torno desta circunstância faziam-se manobras. Por isso, o general Meira Matos possivelmente não foi promovido, caindo na reforma, porque seria um candidato capaz de lutar pela Presidência se chegasse a ostentar as quatro estrelas.

A candidatura do general Sylvio Frota surgiu, naturalmente, numa tentativa de repetir a manobra que impôs ao presidente Castello Branco a candidatura do seu ministro do Exército, o general Arthur da Costa e Silva.

Em torno do general Sylvio Frota, que não era candidato inicialmente mas que acabou admitindo a sua candidatura, agruparam-se, principalmente, os elementos da chamada "linha dura", receosos de que a mudança de governo realizasse e dilatasse a abertura política anunciada pelo presidente Geisel. Numerosos deputados formaram o grupo "frotista" na Câmara dos Deputados, já em franca atividade. Ao mesmo tempo preparava-se um movimento conspiratório, subterrâneo, a que se ligava o nome do general Portela, antigo chefe da Casa Militar do presidente Costa e Silva, em suas repetidas viagens a Brasília. Esse movimento tentou envolver o ex-presidente Garrastazu Médici.

Foi quando, no dia 11 de julho, Humberto Barreto fez uma declaração manifestando a sua preferência pela candidatura do general João Baptista Figueiredo, surpreendendo os meios políticos.

Porque ninguém podia admitir que Humberto Barreto fizesse tal declaração sem que ela implicasse em revelar uma preferência já manifestada pelo presidente Ernesto Geisel. Contudo, Barreto afirmou que falava em seu próprio nome, manifestando uma preferência e não antecipando uma indicação governamental.

A indiscrição de Humberto Barreto era o sinal de partida para uma campanha publicitária que logo se desenvolveu e que, se não partia do Alvorada, nem tinha o beneplácito do presidente da República, nascia, inequivocamente, do Palácio do Planalto do chamado "grupo" composto por Golbery do Couto e Silva, Heitor de Aquino, João Baptista Figueiredo e Humberto Barreto. Dele, porém, não fazia parte o general Hugo Abreu, contrário à candidatura Figueiredo e que afirmava que o presidente só indicaria seu candidato no mês de janeiro.

Os jornais e revistas receberam farto material, fotografias, biografias, episódios pitorescos da vida do general João Baptista Figueiredo montado a cavalo, conversando, negando que fosse candidato, mas confirmando, com tanta publicidade, aquilo que vagamente desmentia.

O desenvolvimento súbito da campanha pró-Figueiredo provocou, como era natural, a reação das duas candidaturas fortes. Enquanto o senador Magalhães Pinto comunicava, oficialmente, ao presidente da República a sua candidatura, pedindo-lhe que a apresentasse no momento oportuno, estabelecia um programa publicitário, em declarações quase diárias aos principais órgãos de imprensa. Os adeptos do general Sylvio Frota, civis ou militares, ultimavam seus entendimentos, de modo a tornar inarredável a candidatura.

Havia uma dificuldade hierárquica ou fosse o fato de que ao general

Figueiredo faltava a quarta estrela, a ser conquistada com a promoção a general-de-exército. Este obstáculo seria transposto pelo ágil cavaleiro porque foram feitas as combinações, reformas e transferências necessárias a fim de que, no momento oportuno, seu nome fosse indicado pelo Alto-Comando e a promoção assinada pelo presidente Geisel.

Antes disso, porém, dois episódios relevantes marcaram a escalada presidencial: o primeiro, a demissão do ministro do Exército Sylvio Frota; o segundo, a do general Hugo Abreu do cargo de chefe do Gabinete Militar da Presidência.

O presidente Geisel queria manter o compromisso de só anunciar o seu sucessor no mês de janeiro de 1978. Comentou-se que o nome do general João Baptista Figueiredo já era apontado como seu futuro sucessor, mesmo ainda quando o então presidente Geisel reunia um grupo de prováveis auxiliares no Largo da Misericórdia, no edifício, hoje demolido, construído para a exposição do Centenário em 1922, e que abrigou o Pavilhão dos Estados e, posteriormente, o Ministério da Agricultura. O general Hugo Abreu recorda-se de que, um pouco mais tarde, mas ainda no começo do governo Geisel, o general Golbery do Couto e Silva lhe apresentou o nome do general Figueiredo como o provável sucessor do general Geisel, indicação a que não deu maior importância.

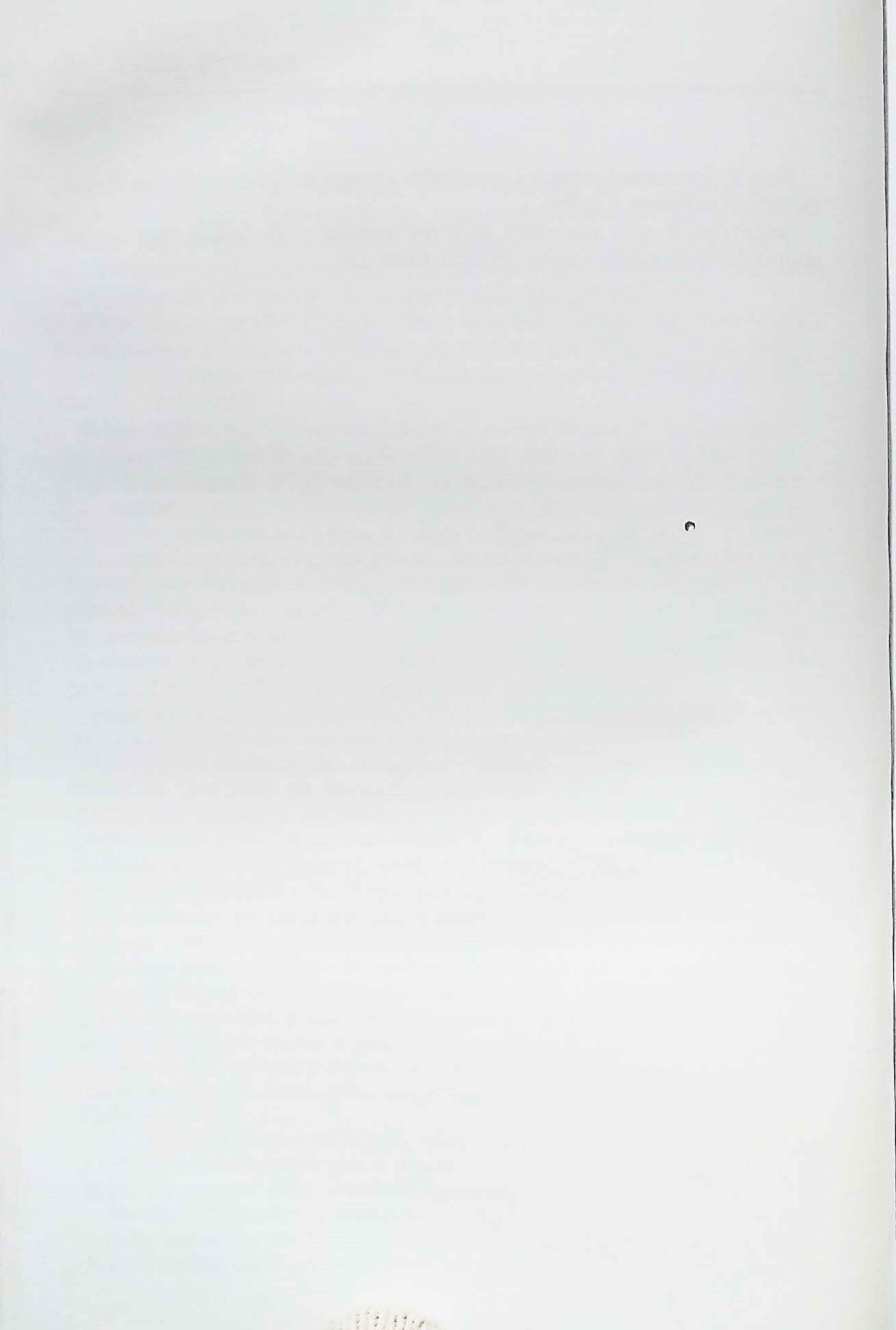
Ambas as demissões ocorreram após incidentes ásperos entre o presidente da República e aqueles dois generais.

Quando da demissão do ministro do Exército, foi ele chamado ao gabinete do presidente da República, a que compareceu, diretamente, enquanto seus auxiliares convocavam oficiais-generais para uma reunião no Ministério do Exército. A Casa Militar da Presidência, porém, manobrou de forma a que cada general, ao desembarcar em Brasília, recebesse um convite do presidente da República para comparecer ao Planalto, ao mesmo tempo, ou antes até, que o emissário do ministro da Guerra formulasse a sua solicitação. Assim, o general Sylvio Frota foi surpreendido pelo duro diálogo, dentro do qual não lhe restou senão considerar-se demitido. E ao regressar ao Ministério do Exército já ali não o aguardavam os generais convocados, porque àquele momento todas as guarnições e seus comandantes tinham o aviso urgente de que o general Sylvio Frota não era mais o ministro do Exército e deviam obediência ao novo ministro, general Fernando Bethlem e, diretamente, ao presidente da República, general Ernesto Geisel.

A demissão do general Hugo Abreu foi dada no dia 4 de janeiro de 1978, quando constatou que o presidente Geisel já tinha deliberado a escolha do general João Baptista Figueiredo.

No dia 5 de janeiro o presidente Geisel reuniu os 16 membros da Comissão Executiva da Arena, indicando, oficialmente, o nome do general João Baptista de Figueiredo para seu sucessor.

Para a vice-presidência foi escolhido o nome do governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves.

Seguir-se-ão sem surpresas a homologação pela Arena dos nomes apontados e a eleição pelo Colégio Eleitoral.

AS CANDIDATURAS DIVERGENTES

CAPÍTULO XI

Geisel procurava manter fechado o debate do problema sucessório. Sua vontade inflexível, porém, encontrou resistências. A mais rumorosa, da parte do senador Magalhães Pinto. Ninguém lhe disputava o título de chefe da revolução vitoriosa em abril de 1964. Outros governadores haviam tomado parte. Adhemar de Barros, que financiara a conspiração em São Paulo, condicionara a eclusão do movimento a que ele partisse de outro grande Estado, que só podia ser Minas Gerais. Dizia o governante paulista que não queria repetir 32, quando São Paulo saiu primeiro e permaneceu sozinho na Revolução Constitucionalista, embora tivesse fortes compromissos, que falharam, em outros Estados. Se mais fosse negociado à analogia, bastaria lembrar que a Grande Marcha com Deus Pela Família trazia, em suas faixas, o *slogan*: 32 + 32 = 64. Carlos Lacerda, conhecido pela sua incontinência verbal, fora um artífice importante, mas mantido na ignorância dos detalhes decisivos do movimento. Magalhães Pinto mobilizara Minas Gerais, aumentando o efetivo de sua Força Pública, dotando-a de armamento e comando para a guerra que admitia prolongada. Tornara possível a arrancada inicial do general Olympio Mourão Filho, saindo da cidade mineira de Juiz de Fora.

Chefe civil da revolução, Magalhães Pinto perdeu a vez e a voz quando o general Arthur da Costa e Silva se auto-investiu no comando militar. Os generais mais ligados a Magalhães Pinto também tinham per-

dido a vez. Mourão Filho cometera o erro – segundo a mim confessou – de deixar a tropa que comandava no Realengo, apresentando-se, ele, general de três estrelas, ao general Arthur da Costa e Silva, com quatro estrelas sobre os ombros. O marechal Odílio Denys era da reserva. O Exército que descera de Minas diluía-se dentro da grande unidade do II Exército, que o general Amaury Kruel trouxera de São Paulo.

Magalhães Pinto foi premiado com uma Pasta no Ministério Castello Branco. Elegeu-se senador e presidiu aquela Casa. Teve consagradora manifestação de seus pares a favor de sua candidatura à Presidência da República.

A imposição de candidaturas militares afastou-o de seu objetivo mas não conseguiu fazer com que abandonasse o ideal, tão longamente defendido. Assim, com a promessa da abertura política, pareceu-lhe aprazado o momento e começou um trabalho de baixo para cima, procurando despertar um movimento de opinião pública tendente a pressionar as cúpulas partidárias.

Foi por isso que iniciou uma campanha democrática percorrendo grande parte do Brasil, freqüentando, diariamente, o noticiário. Porque, naqueles tempos, ainda parcos de notícias políticas, os repórteres acorriam ao seu escritório, no Rio de Janeiro, ou onde se encontrasse, certos de que o político mineiro tinha uma declaração oportuna ou uma notícia de interesse publicitário. Ao mesmo tempo não descuidava de estabelecer ligações nos meios militares.

Senador pela Arena, ele teve o cuidado de apresentar sua candidatura ao presidente da República para que a levasse, no momento que julgasse oportuno, à consulta do Colégio Eleitoral.

Não obstante a habilidade com que se conduziu o prócer mineiro, a sua causa estava de antemão fadada ao insucesso porque, ainda, não chegara a vez de um candidato civil, e nem mesmo de outro militar que não aquele previamente escolhido e a ser indicado em janeiro de 1978 pelo presidente Ernesto Geisel, como seu sucessor.

No começo da campanha o senador Magalhães Pinto escolheu para seu companheiro de chapa, para disputar a vice-presidência, o ex-ministro Severo Gomes.

No dia 3 de setembro, em longa entrevista de duas horas, o senador Magalhães Pinto declarou que a campanha que vinha fazendo crescia na opinião pública e, "no momento oportuno, receberá o apoio indispensável do presidente Geisel, dos militares e da Arena".

Houve um momento em que vislumbrou a possibilidade de ter a companhia de um general de quatro estrelas para contrapor-se à candidatura já apresentada do general João Baptista de Figueiredo. Então ocorreu o episódio que fulminou a campanha Magalhães Pinto.

O general Euler Bentes Monteiro foi um dos generais falados para a

sucessão de Geisel. Na ocasião, seus títulos foram lembrados, mas o general manteve-se discreto, não alimentando o noticiário.

Foi depois de repetidos encontros com o ex-ministro Severo Gomes que começaram as notícias de que este seria substituído na vice-presidência da chapa Magalhães Pinto por um general de quatro estrelas. O próprio senador mineiro alimentou essa versão, dizendo aos jornalistas, que possivelmente, teria a companhia de uum general de quatro estrelas, mesmo porque a candidatura Severo Gomes estava plenamente assentada, e este abriria mão de sua indicação em favor de um general. Tanto bastou para que as atenções se voltassem para o general Euler Bentes, cujo relacionamento com Severo Gomes era freqüente.

Quando tudo parecia caminhar para a apresentação oficial da nova chapa, o general Euler Bentes negou que pretendesse figurar na chapa Magalhães Pinto.

A notícia, que tinha a significação de um desmentido, foi o torpedeamento da candidatura Magalhães Pinto. Daí por diante não lhe seria possível conquistar nenhum oficial-general para companheiro de chapa, ante a recusa. Recusa essa que representava, no momento, o mais valioso estímulo à candidatura Figueiredo.

Comentou-se que a atitude do general Bentes talvez se originasse da suposição de que, face às dificuldades que a candidatura Figueiredo vinha encontrando nos meios militares, o presidente Geisel partisse para outra candidatura, hipótese em que o nome do general Euler Bentes poderia apresentar-se como solução. Mas tal não aconteceu. A candidatura Figueiredo fortaleceu-se com o pronunciamento negativo do general Euler Bentes.

Não obstante este revés que marcaria, inapelavelmente, o malogro da sua candidatura, o senador Magalhães Pinto prosseguiu tentando obter o apoio maciço do MDB. Admitia ele que, se se tornasse candidato do grêmio oposicionista, teria elementos para conseguir cindir a representação arenista no Colégio Eleitoral, de modo a formar a maioria vitoriosa. Ao mesmo tempo que tinha a convicção de que não lhe faltaria respaldo nos meios militares para a posse e o governo, na hipótese, embora remota, de sair vitorioso.

Foi assim, nessa linha de conduta, que prosseguiu em sua campanha. Inegavelmente foi uma grande campanha democrática, e ninguém duvidaria que se o pleito ocorresse em eleição direta o senador Magalhães Pinto seria eleito presidente da República com larga contagem de votos.

Não obtendo apoio unânime do MDB e não querendo provocar uma cisão em um grêmio a que não pertencia, Magalhães Pinto desistiu de sua candidatura às vésperas da convenção do MDB, deixando o campo livre para o seu antagonista, general Euler Bentes Monteiro, que aceitara, afi-

nal, a sua candidatura à Presidência da República, formando chapa com o senador Paulo Brossard.

A candidatura Euler Bentes

A candidatura Euler Bentes foi um imprevisto da campanha sucessória, a manobra divisionária que se tentou nas Forças Armadas, utilizando o MDB como massa de manobra.

Candidato eventual à indicação do presidente Geisel, logo preterido pelo general Figueiredo, o general Euler Bentes manteve-se discreto até que seu nome apareceu no noticiário como possível companheiro de Magalhães Pinto. Logo declarou que não fora convidado, mas, se o fosse, não aceitaria. Era a maneira delicada de tornar possível outro desentendimento do senador Magalhães Pinto, confirmando que o convite não fora formalmente apresentado. É claro que o noticiário registrara uma tentativa viável, uma suposição que parecera acertada a Magalhães Pinto e a Severo Gomes, mas se anulara com o desmentido do general Euler Bentes.

Havia uma ala oposicionista e uma corrente militar que só admitiam a possibilidade da sucessão de Geisel por outro militar de quatro estrelas. Estas duas vertentes uniram-se, não só para a preferência por um militar, como o veto à candidatura do general já apresentado, João Baptista de Figueiredo. Foi quando surgiu o nome do general Euler Bentes, que aceitou sua indicação.

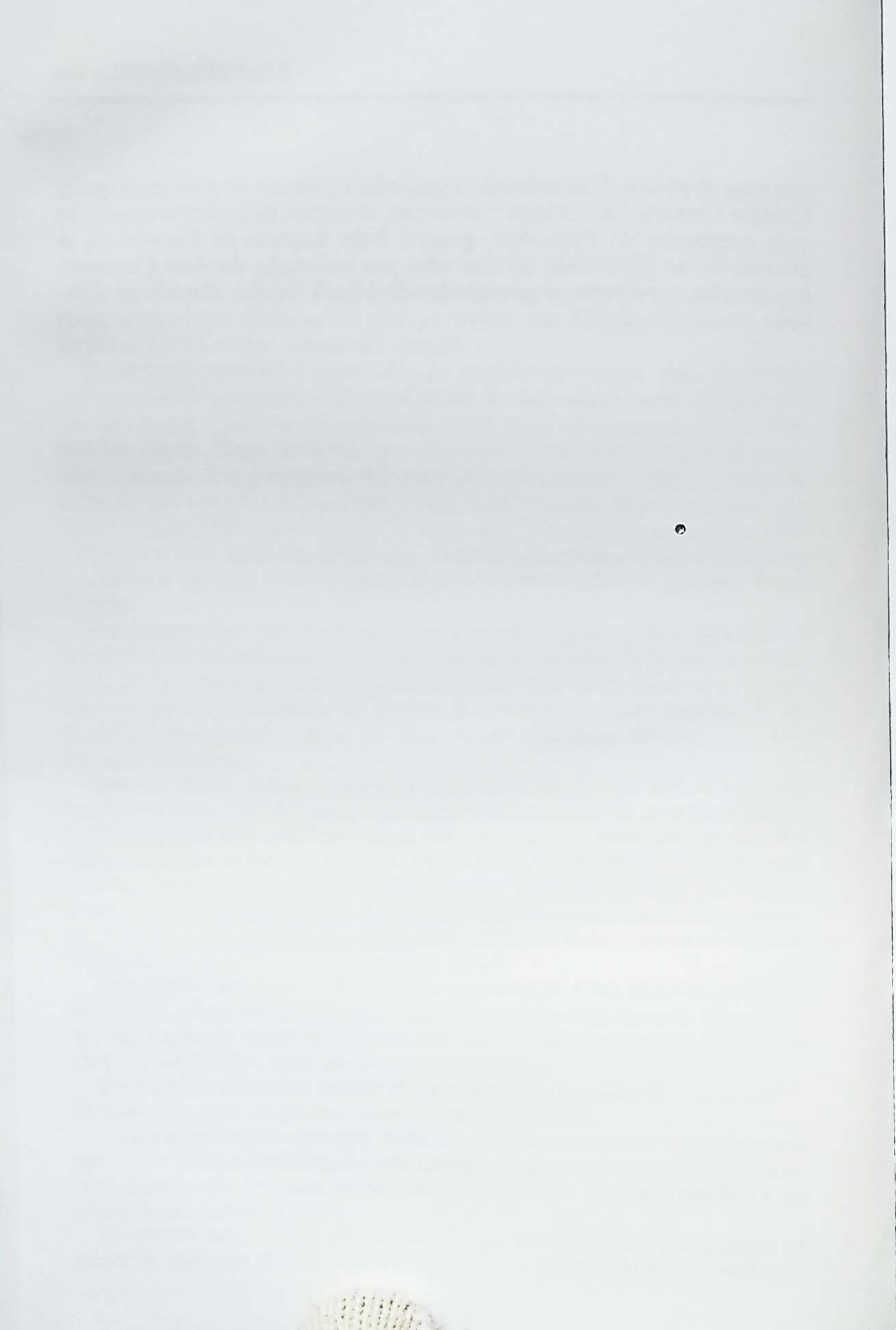
Durante algum tempo funcionou uma chamada Frente Ampla que realizava reuniões em prol da democracia apresentando os dois candidatos. Essa formação não manteve longa vida. Magalhães Pinto não se sentia à vontade com a presença de outro candidato. Assim, depois de um comício em Porto Alegre, onde ambos foram vaiados, embora Magalhães Pinto mais demoradamente, o senador mineiro retirou-se da Frente Democrática, prosseguindo sua campanha sozinho, para encerrá-la definitivamente, às vésperas da disputa no MDB.

Foi, então, que o general Euler Bentes assinou a sua ficha de inscrição do MDB, uma vez que a agremiação oposicionista deixava bem claro que indicava um candidato de sua filiação. Levado o seu nome à Convenção, foi aprovado, com numerosas abstenções.

No Colégio Eleitoral, contando, apenas, com os votos do MDB, Euler Bentes não teve nenhuma possibilidade de vitória.

Paralelamente à campanha eleitoral, houve movimentos subterrâneos tendentes a uma mobilização nos meios militares para o veto à candidatura Figueiredo ou para pressionarem o Colégio Eleitoral em favor da candidatura Euler Bentes.

Enquanto isso, o governo desenvolvia a sua política, manobrando os quadros militares de modo a evitar qualquer pronunciamento contrário

aos seus objetivos. E se valeu da legislação do pacote de abril para que o Colégio Eleitoral funcionasse a contento, elegendo o candidato apontado pelo presidente da República, general João Baptista de Figueiredo, já promovido ao generalato do Exército, por indicação do Alto Comando e, para vice-presidente, o governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves.

"... O AMBIENTE IA-SE TORNANDO IRRESPIRÁVEL..."

CAPÍTULO XII

A demissão do general Hugo Abreu repercutiu na área militar. O que se apresentava, a princípio, como a incompatibilidade pessoal entre dois generais passava a ser uma censura ao presidente, que faltara ao compromisso assumido, espontaneamente, com seu chefe da Casa Militar. Poderia ainda representar a contestação de uma corrente dentro do Exército à escolha de um general de três estrelas, contrariando o princípio hierárquico. Sabia-se, é certo, que seriam tomadas providências para que o general João Baptista Figueiredo conquistasse a quarta estrela antes de assumir a Presidência, e a condição, a ele inerente, de chefe supremo das Forças Armadas. Mas esta intenção concretizar-se-ia, como aconteceu, através da preterição de tantos oficiais-generais, quantos estivessem à sua frente no almanaque do Exército. Uma seria de "caronas", atingindo nomes ilustres e prestígios incontestados, até então.

Era natural, por todas essas razões, que os passos e as atitudes do general Hugo Abreu merecessem atenção especial dos órgãos de segurança. Foi o que aconteceu.

No começo de outubro de 1978 circulou a notícia de que o general Hugo Abreu havia enviado uma carta a 20 generais com críticas ao governo. Interrogado pela imprensa, o general negou a existência da carta e pôs em dúvida que o assunto pudesse ter sido discutido em reunião do Alto-Comando.

A afirmativa, porém, persistiu. Parlamentares da Arena, com conheci-

mento do trânsito na área militar, comentavam que, naquela reunião, havia sido discutido a punição do ex-chefe do Gabinete Militar da Presidência, punição essa a ser aplicada pelo ministro do Exército.

A conclusão era de que o governo não admitia deixar o general Hugo Abreu desempenhar um papel político ostensivo, em desrespeito aos regulamentos disciplinadores do Exército, enquanto outros têm recebido tratamentos diverso. Citava-se o caso do coronel Tarcísio Nunes Ferreira, que cumpriu duas penas disciplinares. A punição do general Hugo Abreu teria sido precedida de um meticuloso levantamento nos meios militares, a fim de avaliar o grau de reação que aquela punição poderia provocar. Esse levantamento tranqüilizou o governo que se mostrou disposto a agir no sentido punitivo, preparado para qualquer eventualidade. Foi considerada a hipótese de uma reação localizada, tipo Aragarças. A investigação, porém, anotou a esmagadora maioria ao lado dos escalões hierárquicos.

A carta, enviada a 20 generais, continha informações consideradas desprimorosas a diversos atos praticados por diferentes setores públicos. Admitia-se, também, que o general Hugo Abreu, ex-componente da FEB, ex-comandante da tropa de pará-quedistas, teria desejado a punição, à espera de que se criassem condições para uma crise político-militar.

Em declarações à imprensa o general Hugo Abreu se recusou a confirmar a autenticidade do texto da carta divulgada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, na qual lhe são atribuídas severas críticas ao governo e ao presidente Ernesto Geisel. Assim, o motivo da prisão seria a punicidade dessa carta. Enviada a 20 generais, uma delas teria sido entregue por seu destinatário ao ministro do Exército.

Na versão da carta que *O Estado de S. Paulo* publicou, no dia 1º de outubro, o general Hugo Abreu teria chamado o processo de eleições indiretas de "farsa" e os senadores biônicos de "excrescência", além de denunciar uma campanha de intrigas conduzida "por um grupo, dentro do Palácio do Planalto". Na carta o general Hugo Abreu se declarava partidário da candidatura Euler Bentes.

A Carta

São os seguintes os principais textos da carta que, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o general Hugo Abreu enviou a 20 generais.

1 – Sobre a sucessão em 1976

"Em dezembro de 1976, o ambiente no Palácio ia-se tornando irrespirável. Procurei então alertar o presidente contra a campanha de intrigas que estava sendo feita com o objetivo de atropelar o problema da sucessão presidencial e incompatibilizar o ministro do Exército Sylvio Frota, acusado pelo grupo de querer impor o seu nome como candidato à sucessão. Como resultado desta minha atuação, ocorreram os pronuncia-

mentos do ministro e do presidente, feitos no almoço dos generais de 22/12/76. O ministro do Exército renovava a confiança das Forças Armadas no presidente e este desmentia todas as especulações sobre o problema de sua sucessão que, conforme disse, seria por ele encaminhado em data oportuna. Posteriormente, o próprio presidente declarou que só iria tratar da escolha de seu sucessor no ano de 1978."

2 – Sobre o lançamento da candidatura Figueiredo.

Segundo o general, o "pacote de abril" foi uma manobra destinada a orientar a sucessão presidencial. Nessa manobra, o segundo movimento teria sido "a espantosa declaração de Humberto Barreto, já feito presidente da Caixa Econômica, de que Figueiredo seria o candidato oficial à sucessão de Geisel. Ele, ao que tudo indicava, não estava autorizado pelo presidente a fazer tal assertiva, já que este, por mais de uma vez, falou-me dos problemas que tal declaração lhe havia causado. Pareceu-me à época mais certo considerar que a afirmação de Humberto Barreto fazia parte do contexto das manobras do grupo palaciano para ir impondo seu candidato como fato consumado".

3 – Sobre a demissão do general Frota.

Segundo a descrição da carta feita pelo *O Estado de S. Paulo*, o general afirma, ainda, que o ano de 1977 se caracterizou por uma luta contínua, que travou para desfazer as intrigas do grupo palaciano contra o ministro Frota, considerado pelo grupo o principal obstáculo aos seus desígnios de impor à Nação o candidato que havia inventado.

"As intrigas" – continua a relatar Abreu – "foram aumentando até atingir o clímax em outubro de 1977." No dia 8 daquele mês "fui chamado pelo presidente, que me comunicou que iria demitir o ministro do Exército". Segundo o general Abreu, ele procurou mostrar a Geisel a inconveniência de tal solução e as dificuldades que iria encontrar para convencer de que não se tratava de manobra para favorecer um candidato à sucessão presidencial, e pediu prazo para estudar melhor o assunto. Na segunda-feira subseqüente, expôs ao presidente todas as suas objeções e os fatos que a justificavam. E aventou como solução a manutenção de Frota, afirmando que conseguiria, desde que fizesse uma declaração pública de que não pretendia ser candidato à sucessão presidencial. Estava Abreu certo de conseguir tal declaração de Frota, por conhecer, como afirma, a posição deste.

Mas, após sua exposição, Geisel declarou que a demissão de Frota nada tinha a ver com motivos políticos, mas que ele, Frota, estava pessoalmente incompatibilizado para continuar como ministro. Reconheceu Geisel, por outro lado, que não tinha ciência de certos fatos relatados por ele, Abreu, mas que iria tomar as providências necessárias.

4 – Sobre o "pacote de abril".

"Alguns dispositivos aí inseridos chocaram profundamente a consicên-

cia nacional, como, por exemplo, a eleição indireta dos governadores com auxílio de Colégios Eleitorais ajeitados para dar vitória à Arena; a introdução dessa verdadeira excrescência que é o sendor biônico, o inexplicável aumento do mandato do futuro presidente para seis anos etc...". "Convém salientar que as sugestões apresentadas pelo chefe do Gabinete Militar não foram aproveitadas."

5 – Sobre sua posição política.

"A campanha de intrigas de que temos sido vítimas – eu e meus companheiros – não nos apavora, nem nos deterá. Julguei chegado o momento de me dirigir ao prezado amigo, em linguagem de soldado, expondo-lhe como encaramos a situação atual e o que pretendemos.

Inicialmente, trata-se de enfrentar o grupo palaciano a que já tenho me referido e que tanto mal pode fazer ao Brasil. Que pretendem eles? Tendo conseguido dominar o governo atual, pretendem simplesmente perpetuar-se no poder. A imposição do nome de Figueiredo visa a colocar na chefia da máquina do Estado um elemento que esperam poder dominar com facilidade, por comprometido que está com todas as manobras pouco dignas utilizadas para que seu nome pudesse ser submissamente aceito. Com os seis anos de mandato impostos pelo pacote de abril, pensam conseguir montar uma tal máquina de intimidação, de corrupção e de domínio, que nada poderá antepor-se-lhes no futuro. Seria a realização de seu decantado sonho de 'mexicanização' do Brasil.

Que fazer diante desta ameaça que pesa sobre a Nação? Estamos certos de que a luta armada não seria uma opção. As experiências que temos tido nas últimas décadas não aconselham solução violenta. Vivemos sob a inspiração da revolução de 1964, e parece-me que, em vez de pensarmos em outra revolução, devemos é convocar os revolucionários para nos lançarmos à conquista de alguns de seus objetivos básicos, ainda não atingidos, como a luta contra a corrupção e a defesa das instituições democráticas ameaçadas.

Dentro desta linha de pensamento, resolvemos nos engajar, juntamente com outros revolucionários de primeira linha, na busca de uma saída política para o impasse que está tumultuando a Nação. E confiamos em que a candidatura Euler é uma tentativa válida – talvez a última – para resolver por meios pacíficos o atual impasse. Mas não tenhamos dúvidas: se não soubermos solucionar os problemas que angustiam a Nação e denigrem as Forças Armadas, outros o saberão e, aí sim, correremos o risco de sermos submergidos pela avalancha comunista."

6 – O decálogo do general Hugo.

"Quero transmitir algumas idéias básicas de como acreditamos poder enfrentar os problemas atuais:

1º) Manter o Exército unido e fora das lutas político-partidárias. Há duas candidaturas de militares da reserva disputando a preferência do

Colégio Eleitoral; dentro das regras preestabelecidas. Como cidadão apoiamos uma das candidaturas, mas como soldado mantemo-nos dentro das regras da hierarquia e da disciplina. Defendemos o princípio de que nossa instituição deve permanecer coesa em torno de sua missão constitucional, de sua destinação histórica. Repetimos a lição do presidente Castello Branco, o grande estadista da revolução: 'Não sendo milícias, as Forças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os poderes constituídos e sua coexistência (circular ao EME de 20/03/64).'

2º) Retomar os ideais básicos da revolução de 1964. Nós, revolucionários, tínhamos em mira basicamente a luta contra a subversão, contra a corrupção e pela garantia das instituições democráticas ameaçadas. As Forças Armadas cumpriram seu dever e conseguiram conter a subversão. E eu me orgulho de ter contribuído com minha parcela nesta luta. Mas, e os outros objetivos? A verdade é que temos institucionalizado o arbítrio e com ele a corrupção mais desenfreada. E, o que é grave, a opinião pública costuma debitar tais desmandos às Forças Armadas.

3º) Dentro dos ideais revolucionários, consideramos básica a luta contra a corrupção. Recusamo-nos a aceitar que não é possível enfrentá-la e nos revoltamos contra uma declaração feita há pouco pelo governo de que os corruptos não podem ser apanhados porque são inteligentes.

4º) Ainda dentro dos ideais revolucionários, está o restabelecimento do estado de direito democrático: o fim do arbítrio. Este foi utilizado pela revolução como meio de ação momentânea, para a defesa da democracia ameaçada. Justifica-se a manutenção do arbítrio diante da intensidade da luta contra o terrorismo, a guerrilha urbana e rural, os assaltos, os justiçamentos. Mas esta fase passou. Hoje ele está sendo utilizado para encobrir a corrupção e permitir a chantagem, o suborno e a intimidação. É por isso que consideramos imprescindível o retorno imediato ao estado de direito democrático.

5º) Queremos acabar com a farsa que está sendo intitulada de 'eleições indiretas'. Depois do que houve, estamos convencidos de que só a realização de eleições diretas em todos os níveis pode restabelecer a legitimidade do poder, acabando com o espetáculo vergonhoso da seleção de áulicos e apadrinhados para funções de 'governadores de proveta' e senadores 'biônicos', sem falar na tentativa de impor um candidato despreparado para o cargo de chefe da Nação.

6º) Queremos acabar com o regime de delação e espionagem em que mergulharam o País. Diz a Constituição que 'é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas'. No entanto o governo abre nossas cartas e escuta nossas conversas telefônicas, penetrando inclusive na intimidade de nossos lares e fazendo chantagem do que ouviu. Isto é mais que abominável: é puro nazismo.

7º) Queremos maior austeridade nos gastos governamentais. Principalmente nos segundos escalões e nas empresas estatais, há verdadeira orgia e esbanjamento de dinheiro público.

8º) Queremos que se dê maior atenção ao problema social. Não há como esconder a realidade das estatísticas que mostram crescente concentração de renda nacional nas mãos de uns poucos privilegiados. Cada vez aumenta mais a área de miséria, inclusive da chamada miséria absoluta.

9º) Queremos a reforma agrária. Não a simples distribuição de terra pregada pelos comunistas, mas a efetivação das idéias do Estatuto da Terra, proposto ao Congresso pelo presidente Castello Branco. Uma reforma que permita melhor utilização do espaço agrícola nacional, maior produtividade e melhores condições de vida para aqueles que trabalham no campo.

10º) Queremos, enfim, que o Brasil não caia nas mãos de uma oligarquia espúria, perigosamente comprometida com interesses escusos de grupos multinacionais, como Jari, Dow Chimical e outros. Queremos devolver a Nação ao domínio de si mesma."

Fechando sua carta, Hugo Abreu diz que essas razões explicam "a aparente contradição de que eu, como cidadão, esteja incursionando na área política, ao mesmo tempo que prego o afastamento das Forças Armadas das atividades políticas."

"É que estou convencido de estarmos encarando a última opção para resolver por meios pacíficos o impasse político a que a má fé de uns e a incapacidade de outros está levando o País; cada vez mais o Estado, nas mãos de seus atuais detentores, distancia-se da Nação. E caberia aqui a afirmação de Lincoln: "Uma nação dividida dentro de si mesma não pode subsistir."

Às 15 horas do dia 22 de outubro, o general Hugo Abreu foi preso, por 20 dias, por ordem do ministro do Exército, general Fernando Bethlem.

O general Hugo Abreu ficou recolhido ao gabinete do vice-chefe do Estado-Maior do Exército, e, durante o período de sua prisão, só poderia receber, em horários determinados, visitas de oficiais da ativa e da reserva e de parentes.

No Rio, o general Euler Bentes Monteiro solidarizou-se com o general preso e classificou a punição como provocativa a intimidativa.

O general Hugo Abreu foi, durante algum tempo, "manchete" nos jornais. Publicou dois livros, apresentados em noites de autógrafos no clube dos Marimbás, na praia de Copacabana, ao lado do forte consagrado pela época do primeiro Cinco de Julho. Permaneceu combativo. O interesse público esfriou, à proporção que se consolidava a candidatura Figueiredo. A morte prematura encerrou sua vida e seu protesto.

QUEBRADA A PRAXE DE 17 ANOS

CAPÍTULO XIII

A cada dois anos renovava-se a presidência do Superior Tribunal Militar. Era tradição que fosse exercido pelo oficial mais antigo da Força com direito a exercer o cargo, desde que a linha de coerência aconselhava o revezamento entre o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. A vice-presidência cabia a um ministro togado civil. Assim era há 17 anos, estabelecendo, mais que uma praxe, uma tradição.

A renovação estava marcada para o dia 19 de março quando terminava o seu período o almirante Hélio Leite, devendo ceder a vez a um representante do Exército. O nome naturalmente indicado era o do general-de-exército Rodrigo Otávio Jordão Ramos que, além de ser o membro mais antigo do Tribunal era, também, o mais antigo general-de-exército na ativa, pois a designação para o STM não afasta da atividade o oficial que passa a fazer parte de um quadro agregado.

Havia uma circunstância a considerar: o general Rodrigo Otávio vinha ocupando, com destaque, o noticiário pelos seus pronunciamentos contra a tortura e os abusos da repressão. Em cada processo, se havia denuncia de torturas, ele mandava pedir informações e transformava o caso em diligência, a fim de que se apurasse devidamente a procedência das queixas dos réus. Não obstante, nunca ou raramente esses pedidos foram atendidos pelas autoridades interpeladas. Houve uma frase sua que ficou célebre quando ele falou da "psicose que se formara no combate ao comunismo e passara a ser uma obsessão dominante".

Essa atitude e essa evidência contrariavam o pensamento de outros ministros, dois dos quais fizeram pronunciamentos públicos, respondendo ao ministro Rodrigo Otávio.

Assim, a sua eleição, que deveria ser certa, de acordo com a tradição mantida há 17 anos, passou a ser discutida. O general Rodrigo Otávio estava plenamente consciente da situação e, assim, recusou-se a mudar seus princípios nas sucessivas reuniões que tivera com seus pares, interessados em levá-lo ao que chamavam a adoção de uma posição discreta do magistrado. Bastaria um pronunciamento do general Rodrigo Otávio e ele seria eleito por unanimidade para a presidência do Superior Tribunal Militar. O general Rodrigo Otávio, porém, manteve a atitude que lhe parecia mais acertada, recusando-se a mudar, pois lhe parecia digno, como magistrado, denunciar os abusos que vinham a seu conhecimento no exame dos autos e na exigência de informações das autoridades responsáveis pelos atos apontados.

Assim, não foi surpresa o resultado da eleição que a televisão e outros meios de comunicação anunciaram na tarde de 5 de março de 1979.

Reunidos no Tribunal para eleger os seus presidente e vice-presidente em apenas 15 minutos, das 13h45 às 14 horas, o STM realizou dois escrutínios, nos quais votaram todos os seus 15 membros. No primeiro, o resultado proclamado deu para a presidência o general Reynaldo Melo de Almeida, por nove votos contra os seis dados ao general Rodrigo Otávio Jordão Ramos.

Embora secreta a votação, os votos foram conhecidos. No general Reynaldo Melo de Almeida votaram ele próprio, os generais Rodrigo Otávio (que não quis votar em si mesmo), Cabral Ribeiro e Dilermando Gomes Monteiro; os brigadeiros Délio Jardim de Mattos, Fabver Cintra e Dioclécio Lima de Siqueira; o almirante Júlio de Sá Bierrenbach e o ministro togado Gualter Coutinho. No ministro Rodrigo Otávio votaram, conseqüentemente, os almirantes Hélio Leite (presidente do STM) e Sampaio Fernandes; os ministros togados Waldemar Torres da Costa, Lima Torres, Jaci Pinheiro e Rui de Lima Pessoa.

Pelo resultado se verifica que, se o ministro Rodrigo Otávio tivesse votado em si mesmo e não no ministro Reynaldo Melo de Almeida o resultado teria sido de oito a sete; se o ministro Melo de Almeida houvesse votado no ministro Rodrigo Otávio, e ele em si mesmo, como fez seu adversário, o resultado seria o empate, favorecendo o mais velho e mais antigo que era o ministro Rodrigo Otávio.

Proclamado o resultado, o general Rodrigo Otávio pediu a palavra e fez um rápido discurso cumprimentando o presidente eleito, dizendo que a ele dera seu voto. Acrescentou que mantinha a sua maneira de ser como pensador político, defendendo os seus pronunciamentos. A íntegra de sua fala, porém, não teve, naquele dia, outra divulgação.

Terminada a cerimônia, o general Rodrigo Otavio retirou-se recusando a falar à imprensa. Dirigiu-se ao seu apartamento, na SQS 315, para onde afluíram amigos e admiradores. O ministro Rodrigo Otávio seguiu então para a moradia de uma filha.

Desde logo foi anunciado que não voltaria mais ao Tribunal, entrando em gozo de licença até o término de seu mandato, embora houvesse insistência de seus pares para que tal não fizesse.

O general Reynaldo de Melo de Almeida declarou a amigos que não tomou qualquer iniciativa em favor da atitude que o STM veio a adotar, embora, consciente de sua responsabilidade, esteja disposto a cumprir a missão que lhe foi delegada pelos seus pares.

O general Reynaldo Melo de Almeida declarou-se, pessoalmente, contrariado com a decisão, pois não só ele como seu pai, o escritor José Américo de Almeida, eram velhos amigos e admiradores do general Rodrigo Otávio. Ele, pessoalmente, devia ao general Rodrigo Otávio uma atenção muito especial, pois, em 1972, fora desterrado pelo então ministro do Exército, general Orlando Geisel, para o comando da 9ª Região Militar, sediada em Campo Grande. Em fins de junho de 1973, por interferência do general Rodrigo Otávio, ele foi transferido para o cargo de vice-presidente do Departamento Geral de Serviços, do qual aquele militar era chefe, como general-de-exército.

Com a passagem do general Rodrigo Otávio para o STM, o general Reynaldo Melo de Almeida assumiu a chefia do departamento, já general-de-exército, integrante do Alto-Comando. Dessa chefia saiu a 5 de abril de 1974, para o comando do I Exército, de onde foi para o STM.

Justificando a sua atitude, um dos ministros que deixaram de votar no general Rodrigo Otávio declarou:

"Hoje foi um dia triste para nós. Não queríamos este resultado. Fizemos o que era possível para que o general Rodrigo Otávio mudasse o processo de sua pregação política. Não o derrotamos por ser um liberal, jamais faríamos isso. Nesta casa há outros liberais também. Só não queríamos que ele pregasse temas políticos da tribuna do Tribunal, para não deformar a imagem da corte.

Ninguém lhe pediu para não pensar assim, o que seria um absurdo. Apenas não podíamos mais concordar que ele continuasse falando da sua cadeira do Superior Tribunal Militar pregando, inclusive, anistia e outros temas políticos polêmicos. Isso principalmente este ano, que é um ano especial para o STM, já com o fim do AI-5, com a vigência da nova Lei de Segurança Nacional, com o início da vigência da Emenda Constitucional nº 11, que pôs fim ao banimento e proporcionou outras reformas de reflexo inevitável no Tribunal, deveremos receber um elevado número de pedidos de natureza política para solucioná-los deveremos permanecer afastados das lutas políticas. Neste Tribunal, daqui para frente, não

haverá mais pronunciamentos políticos, a não ser em votos, desde que o assunto tenha sido argüido nos autos."

Na mesma ocasião foi eleito para a vice-presidência o ministro togado Lima Torres.

POLÍTICA EXTERNA

CAPÍTULO XIV

O presidente Geisel herdara uma linha de política externa, inaugurada pelo presidente Jânio Quadros e seu chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, que não foi fundamentalmente alterado pelo movimento de 64. Nela tinha ênfase especial as relações com a América Latina.

Foi assim que se realizou a IX Reunião de Consulta, convocada pela Organização dos Estados Americanos, instalada em Washington, a 21 de julho de 1964. Nesse encontro os Estados Americanos, em sua ata final, declararam que os atos praticados pelo governo de Cuba constituíam agressão e intervenção. Além disso condenaram energicamente aquele governo pela prática dos mesmos e resolveram aplicar as seguintes medidas, previstas no Tratado do Rio de Janeiro:

a) não-manutenção de relações diplomáticas e consulares com o atual governo de Cuba;

b) suspensão de intercâmbio comercial;

c) suspensão do transporte marítimo.

Tais medidas poderiam ser suspensas, mediante o voto de dois terços dos Estados-membros do conselho, desde o momento em que o governo de Cuba deixasse de constituir um perigo para a segurança das Américas.

A 20 de setembro de 1974, por iniciativa da Colômbia, Costa Rica e Venezuela o Conselho Permanente da OEA convocou a XV Reunião dos Ministros das Relações Exteriores, para rever o caso de Cuba. O encontro se deu em Quito, no Equador, de 8 a 12 de novembro de 1974. Nela os

três países proponentes apresentaram um projeto de resolução que visava levantar as sanções impostas ao governo de Cuba. Mas o projeto não foi aprovado por não ter obtido a maioria. O Brasil absteve-se.

Mas a chamada "questão de Cuba" teve prosseguimento em 1975 por insistência de alguns Estados. O motivo era a insistência de alguns países interessados em restabelecer relações e também impedir que o Tratado do Rio de Janeiro se debilitasse, em decorrência de novos reconhecimentos feitos em desobediência às referidas sanções. Por isso, foi convocada a XVI Reunião de Consulta a realizar-se na Costa Rica. Ali adotou-se uma resolução que veio atender aos diferentes interesses. Sem proceder propriamente ao levantamento das sanções, foi decidido que os Estados-parte do Tratado do Rio de Janeiro teriam liberdade para continuar a aplicá-la ou não, segundo os interesses nacionais de cada um.

O Brasil, mais uma vez, absteve-se na votação, coerente com a postura assumida em Quito e tendo em vista o interesse nacional brasileiro.

Também os nossos entendimentos com a África se desenvolveram acentuadamente a partir de 1974.

A revigorada política de aproximação com os países-irmãos do continente africano inspirou-se no princípio da autodeterminação e, conseqüentemente, no repúdio a todas as formas de colonialismo, condenando a prática de discriminação racial e do *apartheid*.

Em março de 1974, o governo brasileiro iniciou contatos com as autoridades de Lagos para a abertura de um entreposto comercial na Nigéria, destinado a centralizar as exportações de produtos do Brasil para a costa Oeste da África.

A idéia do estabelecimento do empreposto lançada ainda, quando da visita do ex-chanceler Gibson Barbosa à Nigéria, em novembro de 1972, foi incentivada pelo governo Geisel num programa de intensificação de contatos com os países africanos, visando atingir, particularmente, a Costa do Marfim, o Senegal, o Zaire e a própria Nigéria.

Em declarações, feitas em fins de março de 1974, o ministro das Relações Exteriores, embaixador Azeredo da Silveira, afirmou que o Brasil ia tornar mais operativas e mais eficazes as relações diplomáticas com os países africanos. Afirmou que o Brasil já tinha plena consciência de sua responsabilidade internacional, sem abandonar os vínculos que o une a quase todas as nações, através de uma mensagem de entendimentos e paz.

Acrescentou o chanceler Azeredo da Silveira que a política externa brasileira será realista, sem atentar para os aspectos puramente semânticos das relações internacionais, no caso, as diferentes ideologias.

Em 5 de junho de 1974, o governo brasileiro divulgou, em nota do Itamaraty, sua exata posição quanto às colônias portuguesas da África, afirmando, em quatro itens:

1 – Julga-se no dever de colaborar para a solução sobre o destino a que os povos africanos têm direito;

2 – As circunstâncias favorecem uma solução pacífica para o problema;

3 – O Brasil condena toda a política racista ou colonialista;

4 – O Brasil não oferece mediação entre Portugal e as colônias, porém está pronto a prestar toda a colaboração que lhe seja pedida pelas partes.

Novamente, a 21 de junho de 1974, o Itamaraty define a posição ante a questão das províncias: "O Brasil é o país do qual a África mais espera agora e, também, a longo prazo", declarou o secretário-geral da Organização da Unidade Africana ao embaixador brasileiro no Cairo, Luís Bastian Pinto, segundo informou o Itamaraty, em nota divulgada à imprensa. A nota do Itamaraty diz o seguinte:

"No dia 28 de maio último, o embaixador do Brasil no Cairo manifestou, verbalmente, ao secretário-geral da OUA, a posição geral do Brasil no tocante aos problemas portugueses na África.

No curso dessa conversa, o secretário-geral da OUA indicou ao embaixador brasileiro o desejo de receber, por escrito, a súmula da posição brasileira. Indicou, também, haver a sua organização enviado às autoridades brasileiras, com data de 1º de maio, um documento no qual se solicitava ao Brasil que usasse sua influência no sentido de persuadir Portugal a conceder independência a Moçambique e Angola e a reconhecer a independência da República de Guiné-Bissau.

Manifestou, então, o secretário-geral da OUA que o Brasil era o país do qual a África mais espera agora e, também, a longo prazo.

Diante da solicitação explícita do secretário-geral da OUA de que apresentássemos, por escrito, a nossa posição em relação a Portugal e aos territórios africanos, sob administração portuguesa, o Brasil instruiu seu embaixador no Cairo a viajar à capital da Somália com o objetivo de entregar à referida organização um memorando que atendia o pedido acima referido. Por outro lado, em relação ao documento recebido, diretamente da OUA, o governo brasileiro deu conhecimento de seu teor às autoridades portuguesas, fazendo-lhes também saber a posição do Brasil no particular, a qual já foi objeto de comunicado à imprensa por parte do Ministério das Relações Exteriores."

A posição do Brasil, classificada como de "seguir o consenso", segundo fontes diplomáticas autorizadas, foi confirmada ao aceitar a participação na Conferência do Mar, em Caracas.

A decisão da Conferência do Mar tem, para o Brasil, no entanto, um sentido mais amplo e importante na medida em que a proposta dos africanos e asiáticos, encaminhada pelo Egito, apresenta, como movimento de libertação nacional, aqueles aprovados na OUA e na Liga dos Estados Árabes, isto é, os movimentos africanos de Guiné, Angola e Moçambi-

que, pela OUA, e o movimento palestino pela Liga dos Estados Árabes.
Como o Brasil mantém-se bastante próximo da OUA, a quem expôs, por escrito, a sua posição favorável à independência das colônias, a definição em Caracas tornou mais viável qualquer ação a ser desenvolvida pelo Itamaraty no sentido de colaborar para o sucesso das negociações.
Em junho de 1974 o Brasil havia reconhecido a independência de Guiné-Bissau.
As relações com a Europa Ocidental caracterizaram-se pela ampliação das áreas de convergência. Neste sentido registra-se a particular atividade diplomática que marcou o relacionamento com Portugal e a Alemanha Ocidental.
O Brasil, nas suas relações com os países socialistas da Europa Oriental e com a União Soviética, procurou, além de estimular as exportações para essa área, diversificá-las através da inclusão gradativa, na pasta comercial, de manufaturas e semimanufaturas.
Quanto à situação no Oriente Próximo, o governo brasileiro reiterou a sua oposição à ameaça ou uso da violência nas relações internacionais, inclusive a ocupação de territórios pela força. Declarou o Brasil o seu apoio aos legítimos direitos do povo palestino à autodeterminação e à soberania.

AS RELAÇÕES BRASIL-CHINA

A 15 de agosto de 1974, portanto logo no início do governo Geisel, houve o reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China, pela assinatura do Comunicado Conjunto entre os dois governos.
Somente em 1975, entretanto, se iniciaram as primeiras medidas práticas para a implantação daquele acordo. Assim mesmo, elas se limitaram à instalação das respectivas embaixadas, a levantamentos das possibilidades de intercâmbio econômico, questões de importação e exportação etc. Eram, realmente, os primeiros passos para uma aproximação; como que um "reconhecimento de terreno". Algumas autoridades brasileiras visitaram a China, como um grupo de deputados, recebidos pelo ministro dos Negócios Estrangeiros Chiao Kuang-Hua.
Depois desses primeiros passos, as relações entre os dois países caíram num "compasso de espera" até 1977. Em outubro desse ano, após a aprovação pelo Conselho de Segurança Nacional, o presidente Geisel determinou que se desse um impulso naquelas negociações, determinação essa do inteiro desagrado de seu ministro do Exército, general Sylvio Frota.
Assim é que, após uma série de entendimentos, ficou estabelecido que os dois países assinariam um acordo comercial. E isto foi realizado em 7 de janeiro de 1978. Por esse protocolo Brasil e China se comprometiam a

desenvolver esforços e a tomar as necessárias medidas para fomentar e ampliar o comércio bilateral, a aumentar gradualmente a variedade de troca de mercadorias e a fazer o possível para manter o equilíbrio da balança comercial. Esse acordo foi assinado em Pequim.

Dentro da estrutura do acordo comercial foi criada uma Comissão Mista Brasil-China. Esta comissão deveria ter reuniões alternadas, a cada dois anos, em Brasília e Pequim. A primeira Reunião da Comissão Mista realizou-se em Brasília e a China enviou ao nosso país uma delegação de alto nível. Esse encontro foi precedido de uma missão do Itamaraty a Pequim, com a finalidade de acertar os assuntos da agenda da primeira reunião. Desta constou o acordo de navegação, já em estudos desde 1974, quando do reatamento de relações.

Com o acordo comercial abriram-se novas perspectivas para o fornecimento de grande variedade de produtos brasileiros, podendo o Brasil participar em condições competitivas com os demais países supridores.

A atuação do Brasil nos foros internacionais recebeu novo impulso com as modificações introduzidas pelo presidente Geisel nas posições assumidas no tocante aos territórios sob a administração portuguesa, à questão do Oriente Próximo e ao problema da Palestina, na eliminação dos resíduos coloniais e dos preconceitos raciais no Sul do continente africano. Tais modificações vieram a permitir uma colaboração mais estreita entre o Brasil e os países africanos árabes e asiáticos.

Encerrado o processo de independência política das colônias portuguesas, em 1975, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com todas as novas nações de língua portuguesa que se tornaram independentes: Moçambique (31/12/75), Cabo Verde, São Tomé (31/12/75), Príncipe (31/12/75) e Angola (11/11/75).

Em 1975 o acontecimento marcante foi o aprofundamento das relações com os países da Europa Ocidental.

Destaca-se, especialmente, o incremento que tiveram os entendimentos com a Alemanha Ocidental, como por exemplo o Acordo Sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, assinado em junho de 1975.

As relações Brasil-Japão em 1975 foram marcadas por intensa atividade, em negociações e contatos mantidos não só pelos canais diplomáticos formais, senão também através de missões oficiais e privadas, com interesses específicos.

PERFIL ECONÔMICO

CAPÍTULO XV

A nosso pedido, o professor João Pinheiro Neto, da Fundação Getúlio Vargas, escreveu o perfil econômico do governo Geisel:

"Devemos destacar, inicialmente, os principais aspectos econômicos do governo Geisel. Se nos dirigirmos ao primeiro capítulo da mensagem político-econômico-financeira dirigida pelo presidente Geisel ao Congresso, em março de 79, podemos verificar por aí, segundo uma análise mais objetiva, destacando os pontos principais, que o Produto Interno Bruto atingiu em 1978, pelas estimativas disponíveis, 192 milhões de dólares. Crescendo assim 41%, com 7,1% ao ano, entre 1973 e o ano passado. O PIB *per capita* nacional aumentou, portanto, 23% em cinco anos, 4,1% ao ano, atingindo em 78 a casa dos 1.650 dólares.

Se continuarmos examinando o texto da mensagem do presidente Geisel ao Congresso, verificaremos que o crescimento bruto fixo evoluiu em 1973/78, 51%, enquanto a progressão para o consumo global foi de 45%, a do produto industrial 46%, e a da agropecuária de 26%, para um crescimento da população, no período, de 15%. As exportações avançaram 104% em dólares correntes no qüinqüênio. As importações mantiveram-se quase constantes, crescendo, apenas, 8% entre 1974/78, reflexo tanto da contenção como do esforço de substituição por sucedâneos nacionais. O déficit comercial caiu em 4,7 bilhões de dólares em 1974 para 2,2 bilhões de dólares em 1976 e apresentou ligeiro superávit em 1977. O déficit de 1978, de 988 milhões de dólares, deve seus reflexos, principalmente sobre

as exportações, às secas que prejudicaram as lavouras do Sul do País, particularmente a soja. Daí o déficit em conta corrente da balança de pagamentos, de 7,1 bilhões de dólares em 74, 6,7% do PIB reduzidos para 3,9 bilhões de dólares em 1977, 2,4% do PIB, que atingiu cerca de 5,7 bilhões de dólares em 78, 3% do Produto Interno Bruto.

Continuando o exame dos principais aspectos econômicos do governo Geisel, no qüinqüênio 74/78, poderemos agora examinar o problema da dívida externa. Em 78 atingiu a cifra de 43 bilhões de dólares, com as reservas alcançando 12 bilhões de dólares, com a dívida externa líquida resultando em 31 bilhões de dólares, duas vezes cinco as exportações em 1978. Fosse outro o resultado da agricultura, que é de 8% em 78, teria sido possível reduzir a inflação no ano passado, segundo ainda alega a mensagem do presidente Geisel ao Congresso. O índice real de preços diminuíra de 46,2% em 76, para 38,8% em 77, elevando-se para 40,8% em 78, quando o índice de preços por atacado subiu 42,3%, os produtos industriais 39,9%, e os produtos agrícolas 47,6%.

Vamos examinar agora, também com base nos dados oficiais fornecidos pelo Executivo, aspectos do problema do petróleo, considerados bastante graves. Na área do petróleo, os investimentos alcançaram 149 bilhões de cruzeiros, a preço de 1978, podendo somar 170 bilhões no período 75/79, 11% acima da meta do II PND. Também na energia elétrica, as invasões equalizaram, até 1978, 251 bilhões de cruzeiros, devendo alcançar 335 bilhões em 74/79, 88%, portanto, do previsto pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento. Isso, além da compra da Light, efetuada por 9,5 bilhões de cruzeiros.

Nos programas de insumos básicos e nos bens de capital, aplicaram-se em 75/78 326 bilhões de cruzeiros e 375 bilhões serão aplicados até 1979, segundo as últimas estimativas. É importante ressaltar que em 1973, essa cifra foi da ordem de 11 bilhões de cruzeiros, a preços de 78, atingindo cerca de 92 bilhões de cruzeiros no ano passado, especialmente em busca da substituição a importações.

Na área de transporte e comunicações, 86 bilhões de cruzeiros investidos a preço de 78, em 1975; chegou-se a 90 bilhões de cruzeiros, em 76, e 72 e 71 bilhões, respectivamente em 77 e 78. Essa contenção se evidencia em áreas de menor prioridade. Realizou-se, a partir de 76, uma desaceleração gradual desses investimentos, reduzindo-se a participação em relação ao PIB. A par disso, empreendeu o governo federal esforços para atenuar as desigualdades inter-regionais de níveis de desenvolvimento, para a melhoria da qualidade de vida nas grandes metrópoles e dinamização das cidades de porte médio. O Nordeste, segundo a mensagem do presidente Geisel, logrou, no período referente a 73/78, um crescimento de produto nos níveis do país, enquanto a sua renda *per capita* avançou um pouco mais do que a nacional. Assim, a indústria regional progrediu,

particularmente a de transformação, à base de 9% ao ano. No país a marca foi de 7,8% anuais. A estratégia de ocupação seletiva da Amazônia baseou-se na concepção do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, Pólo Amazônia e na promoção do aprimoramento da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Sudam, além da Superintendência da Zona Franca de Manaus, Sufram. A partir de 1975, o Pólo Amazônia foi dividido em quinze pólos agrominerais e agropecuários, houve lucros da convergência dos investimentos em infra-estrutura e atividades produtivas. A Sudam aprovou, entre 74 e 78, um total de 344 projetos, sendo 196 agropecuários, 149 reformulações, 121 industriais, e 15 de serviços básicos, em investimentos totais de 43 bilhões de cruzeiros, a preços de 1978. O Fundo de Investimentos da Amazônia liberou recursos no período, no valor de 11 milhões de cruzeiros.

Examinaremos em seguida alguns aspectos sociais do problema. Esses aspectos estudados agora ou anteriormente foram basicamente aspectos econômicos do governo Geisel. Temos ainda alguns aspectos sociais, como, por exemplo, o do emprego. Vamos verificar, num rápido comentário, se a meta do emprego foi ou não atingida no qüinqüênio Geisel, segundo o previsto pelo II PND. Examinaremos o problema "emprego" no governo Geisel, para dar uma idéia do que foi realizado num dos aspectos sociais mais importantes da administração no qüinqüênio 74/79, ou 78. O II PND previa ampliação do emprego à taxa média anual de 3,5% o suficiente para evitar o aumento das várias modalidades de subemprego e até mesmo de absorver uma parcela da população ocupada no chamado mercado informal do trabalho, nas cidades. Para o qüinqüênio 75/79, a estimativa era de que houvesse uma sobra de 1,7 milhão de oportunidades de emprego sobre a oferta de trabalhadores. Na mensagem enviada ao Congresso, o presidente Geisel enalteceu a criação de 5,4 milhões de novos empregos, entre 76 e 78, o que contudo reverte exatamente em 600 mil postos de trabalho a menos do que o previsto no II PND. Pelos percentuais, o aumento efetivo teria sido da ordem de 3,2%. Em comparação com uma taxa de crescimento demográfico inferior a 3%, isso seria, portanto, um bom resultado. A questão, contudo, é bem mais complicada. Em primeiro lugar, o processo de urbanização, que continua se intensificando, faz com que a população das cidades cresça a uma taxa muito superior àquela da ordem de 5% na média nacional, e, por isso mesmo, em seu pronunciamento no final do ano passado, recordando na mensagem de março anterior, o presidente da República falava da necessidade da criação de 1,3 milhão de novos empregos. O sr. ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, mais ambicioso, prometia dois milhões por ano, promessa que na semana anterior cumpria; só que os dados fornecidos pelo Ministério referiam-se aos trabalhadores registrados no INPS. A grande ampliação dos serviços de assistência e previdência social, entre-

tanto, tornam o raciocínio totalmente improcedente, inclusive porque os segurados do INPS mal superam 25 milhões, numa população economicamente ativa de 37,2 milhões de pessoas. Em segundo lugar, a imprecisão dos dados disponíveis sobre o assunto recomenda muita prudência. Ainda na mensagem ao Congresso, o presidente Geisel enfatiza a redução da miséria absoluta, baseando-se no PNAD. Pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que tiveram acesso aos dados do PNAD 76, afirmam, contudo, que eles mostram tendência clara no sentido da concentração e não da redistribuição da renda. O Ministério do Trabalho e a Secretaria de Planejamento, entretanto, preferem comparar os números absolutos das demissões de cada mês com o total de empregados existentes, em conjunto diverso de empresas em fevereiro de 77. Com isso, o índice divulgado não tem qualquer validade. Na verdade, as estimativas do pessoal ocupado, realizadas pelo PNAD, também tem sido fartamente criticadas pelos técnicos: seus dados mostram consideráveis divergências e contradições. A última pesquisa realizada em 76, por exemplo, dá uma população ocupada superior a 40 milhões de pessoas quando a estimativa citada pelo presidente Geisel é de 37,2 milhões em 78, isto é, dois anos depois. Outro dos assuntos é um ponto também da maior importância para que se possa ter uma idéia do que foi o governo Geisel no seu aspecto econômico-social, que é o problema da terra. A questão fundiária brasileira continua da maior gravidade. Podemos aqui levantar alguns dados do Incra, dados oficiais, portanto, e também algumas projeções do professor W. R. Klein, da Universidade de Yale, com base no estudo de mil propriedades rurais, fazendo previsões, caso fosse efetivada uma reforma agrária séria no Brasil, o que teria acontecido então, e caso não fosse efetivada essa reforma, como não foi, o que está acontecendo agora. A propriedade da terra no Brasil explica muitos fatos de situações econômico-sociais, que são grandes desafios. Alguns dados, pinçados de uma enorme constelação de indicadores na maioria do cadastro do próprio Incra, definem, com nitidez, os contornos desse quadro fundiário brasileiro, bastante alarmante ainda. O governo Geisel entrega, portanto, o problema da propriedade da terra no Brasil bastante agravado, segundo dados ainda do próprio Incra: a) 11 milhões de famílias (cerca de 50 milhões de brasileiros) são constituídas de trabalhadores rurais permanentes ou temporários, mas apenas 18% são proprietários; b) 72% das propriedades são minifúndios e ocupam apenas 12% da área total cadastrada, enquanto que os outros 78% são ocupados por 23% de latifúndios; c) 135 mil propriedades cadastradas 4% são enormes vazios, isto é, não têm absolutamente nada; d) 76% do total da área aproveitada na agricultura e pecuária são de latifúndios, dos quais aproximadamente 70 milhões de hectares, sem qualquer tipo de exploração, sem nenhuma utilização de natureza econômica; e) as pequenas propriedades, com área inferior a

50 hectares, ocupam menos de 11% da área total cadastrada, mas são responsáveis por 44% dos produtos básicos para alimentação, 38% dos produtos de transformação industrial e 43% dos produtos hortifrutícolas, utilizando 50% da força do trabalho rural; f) de 3 milhões 387 mil proprietários, apenas 691 mil fizeram declaração de imposto de renda, dos quais apenas 79 mil foram tributáveis. Os proprietários rurais residentes em São Paulo, além de possuir 98% das terras cadastradas no território paulista, detêm perto de 55 milhões de hectares fora de seus limites, o que significa duas, três vezes a área de terras que controlam no próprio Estado. Portanto, podemos concluir, sem nenhuma ênfase maior que desses próprios números, que é realmente muito grave a situação da propriedade da terra no Brasil. Para dar mais um exemplo que configure essa gravidade, só o americano Keith Ludwig,o homem mais rico do mundo, é proprietário de 1,5 milhão de hectares, praticamente a metade da área nacional da Holanda, mas não é o único. Segundo o Incra, 50.258 outros estrangeiros já compraram glebas por aqui, sendo 503 pessoas físicas e 700 empresas. Ultrapassando, inclusive, o limite permitido por lei. A soma dessas terras excedentes corresponde a 3,5 vezes a área do antigo Estado da Guanabara. 1/3 do Acre já não é mais brasileiro, e em oito unidades da Federação, estrangeiros possuem uma área total 10,43 vezes maior do que o território de Israel.

Outro tema importante para a análise dos problemas econômicos e sociais do governo Geisel é o tema, em debate, da distribuição da renda. Esse tema se apresenta supérfluo, quando se sabe que 40% dos brasileiros vivem, segundo classificação da Unesco, em estado de miséria absoluta, e 17,5 milhões de trabalhadores, numa população economicamente ativa, estimada pelo governo em 36 milhões de pessoas, têm remuneração igual ou inferior ao salário mínimo regional. Dizer que nossa renda *per capita* é a qüinqüagésima do mundo, 1.140 dólares, quando o nosso PIB é o décimo primeiro entre os maiores, só piora as coisas. A discussão não se justifica, nem quando os técnicos-burocratas, a pretexto de defender a adoção de mecanismos redistributivos mais racionais, advogam a permanência da política salarial de contentação, adotada durante quase todo o governo Geisel. O economista Walter Barelli, diretor-técnico do Dieese, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, em depoimento para o Brasil, *Retrato sem Retoque*, de Delsio Monteiro de Lima que passamos a resumir em linhas gerais: o salário mínimo, por exemplo, depois de ter ficado praticamente congelado na década de 40, passou nos anos 50 a ganhar o valor real, para mais tarde cair continuamente, a partir de 1959, sempre perdendo o valor real do poder aquisitivo. Já os demais salários são contidos a partir de 65. Sua queda se acentua até 68, para se estabilizar num patamar constante, baixo, até 70/72. Experimenta outra queda em 74/76, dependendo da categoria, quando

atinge um ponto máximo de declínio. Uma pequena recuperação é observada em 75, mas novamente tornam os salários a cair em 76 e 77, fenômeno que bem ilustra o achatamento, a corrosão salarial que envolve trabalhadores não qualificados. Senão, vejamos: 31% desse grupo em 1961 ganhava até dois salários mínimos; por volta de 1966, com a vigência da atual política salarial, essa taxa aumentou para 90%, mantendo esse nível em 1971. Já em 1976 vamos encontrar 96% dos trabalhadores não qualificados ganhando até dois salários mínimos. Isso, justamente, caracteriza o arrocho salarial. Houve a partir de janeiro de 75, uma alteração na política oficial de salários, que consistiu na redução do número de meses para o próprio salário real médio, de 24 para 12 meses. Isso possibilitou, então, à exceção do mês de agosto daquele ano, ajuste superiores à taxa de inflação. No ano seguinte, em 1976, os reajustes empataram com a taxa de inflação em alguns meses, enquanto foram inferiores em outros. Em 1977 voltaram os reajustes a serem feitos em níveis inferiores à taxa de inflação do ano. Agora, por volta de julho e agosto de 78, quando se está concretizando esse levantamento do Dieese, a coisa está mudando de novo, e com a atual movimentação dos sindicatos o governo não tem conseguido reduzir o fator de reajustamento salarial na mesma proporção da queda da variação anual do custo de vida. A propósito, há uma justificada curiosidade em torno do fato de não coincidirem os índices do governo com os do Dieese. Na verdade, a grosso modo, são divergentes, o que não nos preocupa. 'Continuamos, tranqüilos, a adotar a mesma metodologia de pesquisa', afirma o economista Walter Barelli, em seu depoimento. Nos últimos anos, porém, tem havido uma certa tendência para os índices oficiais se aproximarem dos índices do Dieese. Isso é um bom sintoma e evidencia, da parte do governo, uma preocupação de evitar a repetição dos erros de 76, quando a manipulação incorreta de dados, depois reconhecida, prejudicou os interesses dos trabalhadores, tirando significativo percentual dos reajustes salariais feitos naquela época. De outra parte, o simples surgimento do Dieese foi muito importante, ao menos para que os índices oficiais sejam calculados com maior correção. Nossos índices servem quase de controle de qualidade das demais estatísticas publicadas pelo governo. Pelo menos os sindicatos dos trabalhadores têm condições de verificar, a cada momento, como o poder de compra da população é afetado. Quanto ao Dieese, se é mais ou menos ouvido, isso depende até de condições subjetivas. Para os setores técnicos, sempre merecemos confiança, tanto assim que várias instituições se valem mais dos nossos dados do que dos oficiais. E o caso dos órgãos universitários e para-universitários, e mesmo governamentais e áreas do Poder Legislativo. Os debates sobre o salário e inflação sempre voltam. A experiência mostra que conter salários não reduz a inflação, selecionar os dois não é válido. Alguns ainda costumam falar do peso dos salários no

valor da produção, mas todos os estudos feitos têm demonstrado que essa participação nos salários é pequena e tem caído ao longo do tempo. Portanto, inflacionária é a tendência das empresas buscarem taxas de lucratividade. Reajustamentos mais freqüentes têm sido a posição do movimento sindical. Ficar doze meses sem reajuste, quando vivemos numa economia inflacionária, é uma violência contra o trabalhador. Reajustes em períodos mais curtos evitariam a queda acentuada do poder aquisitivo do trabalhador. Essa tem sido a experiência dos países industrializados. Os contratos coletivos possuem cláusulas que determinam reajustes salariais, tão logo a inflação tenha atingido 2 ou 3%. Em alguns países, a porcentagem de reajuste é maior do que a porcentagem do aumento do custo de vida. Quando, por exemplo, o custo de vida sobe 2% os salários sobem 2,5%. Esses reajustes a prazos menores poderiam inclusive, inibir a tendência das empresas de repassá-los para os preços. Outro exemplo: numa empresa cujos salários representam 8% do custo da produção, um aumento de 2% nos salários repassados aos preços determinaria no máximo, um aumento de preços de 0,16%. Entre nós, não têm sido comuns os reajustes salariais. Não têm sido comuns porque se reajuste significa 'tornar a ajustar', e na medida em que o ajuste no caso é o custo de vida, isso não tem acontecido a rigor. Em termos de política salarial, isso tem sido episódico, esporádico, inclusive porque os reajustes concedidos ultimamente não mais estão sendo baseados nos cálculos matemáticos da forma adotada pelo ministro do Trabalho. Fatores políticos substituíram e condicionaram aqueles critérios. Assim, em épocas em que trabalhadores protestam e reivindicam mais, o índice de aumento salarial é mais alto, como agora, quando o governo pretendeu manter a taxa de reajustes abaixo de 40% e não conseguiu, devido às pressões exercidas por várias categorias de trabalhadores, na luta pela chamada reposição salarial. Resumindo: a política salarial do governo Geisel tem características muito especiais e muito curiosas: oficialmente, ela é matemática, mas é essencialmente política, na prática. Prova disso é que a partir de 1975, por razões certamente políticas, puseram fim à divulgação dos componentes da forma oficial do cálculo do índice do aumento dos salários. O Dieese tem estudos que comprovam a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores, decorrente da política salarial vigente. É um fenômeno permanente, de caráter progressivo, que retira, inclusive a condição de consumidor assalariado. Ele de fato não é um consumidor, na acepção completa do vocábulo. Pode, quando muito, ser visto como comprador de produtos industrializados, porque a urbanização modificou a sua vida e os seus hábitos. Ele adquire fora tudo o que consome, porque não há, como antigamente, condições de fazer nada em casa. Todos trabalham para aumentar a renda familiar. Mesmo assim, o dinheiro não dá e o trabalhador é obrigado a sacrificar muitas coisas para poder sobreviver. Estudos

ainda do Dieese revelam resultados muito interessantes em pesquisas de orçamento familiar, realizadas em 58 e 69. Na última, por exemplo, verificou-se que o salário do chefe de família representou uma queda de 36,5% e que a renda familiar sofreu uma redução de 9,4%. Embora houvesse mais pessoas trabalhando, ainda assim, a renda inferior, mesmo o chefe da família fazendo horas extras e outros bicos no fim de semana, sacrificando o seu repouso e o seu lazer, ganhando menos e consumindo menos, principalmente alimentos, porque teve que diminuir sua alimentação para atender a outras necessidades, como transportes cada vez mais caros para quem depende de condução, pois mora longe do emprego, e, não raro, em município diferente do seu local de trabalho. A pesquisa de nutrição feita pelo Dieese mostrou que durante todos os meses do ano o trabalhador teve uma inadequação no consumo de calorias, proteínas, sais minerais, enfim nutrientes básicos. Só em dezembro a adequação foi maior, e por quê? Porque recebeu dois salários e pôde comprar mais comida, melhorar a qualidade nutritiva de sua alimentação, e não adquirir artigos supérfluos, como querem alguns, no pressuposto ingênuo de que o 13º salário é destinado à compra de presentes de natal. Nada disso! o dinheiro é para comprar comida mesmo. Os mecanismos configuram a nossa política salarial interna, condicionando o desemprego, situação de extrema gravidade para um país onde não existe um sistema de efetiva proteção aos que estão sem oportunidade de trabalho. Os desempregados no Brasil morrem de fome, não há nada de que se possa valer para garantir a sobrevivência até que consiga uma colocação. Segundo as estatísticas oficiais, nossa taxa de desemprego oscila entre 3 e 4% (em uma população economicamente ativa da ordem de 38 milhões de pessoas), taxa que, no entanto, apresenta acentuada tendência de crescimento, tendo em vista a desativação de vários setores da economia brasileira. Isso é sério e deve ser encarado com apreensão por dois motivos: primeiro, porque, em si, a nossa população economicamente ativa é muito pequena — 38 milhões para 115 milhões de habitantes — comparada com outros países, onde há maior proporção de pessoas no mercado de trabalho; segundo, porque temos necessidade de geração de 1 milhão e oitocentos mil empregos novos por ano, para absorver o contingente de jovens que necessitam entrar no mercado de trabalho, o que se afigura inconciliável numa economia que experimenta uma fase de desaquecimento. Uma crise de desemprego no Brasil será uma calamidade, talvez igual à das pestes que dizimaram povos na Idade Média. Estamos completamente desarmados para enfrentar o desemprego.

Foi preciso que o IBGE revelasse que temos 30% de analfabetos e que sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, acusasse um aumento dos que não sabem ler nem escrever nas cinco principais regiões brasileiras, tanto em números absolutos quanto relativos, para que

se configurasse um quadro realmente dramático do problema educacional no qüinqüênio Geisel. Foi preciso que isso acontecesse para que não mais se pusessem dúvidas. Por exemplo, o censo da Prefeitura de São Paulo, onde ficou provado que 31% dos paulistanos, entre oito e 18 anos, não têm qualquer grau de escolaridade, 80% dos diplomados pelo Mobral revelam uma regressão, o retorno ao analfabetismo,e por isso não têm podido se inscrever como leitores, pois alguns já mal assinam o nome. Mas não saber nada não é privilégio dos egressos dos cursos de alfabetização de massa. O modelo de educação adotado no País operou o milagre, segundo o qual o estudante aprende na pós-graduação, o que deveriam ter lhe ensinado na graduação, e nesta estuda-se o correspondente ao segundo grau, e assim por diante. A verdade é que, com a reforma, só rebaixaram a qualidade do ensino no Brasil. Analisando a trajetória escolar das 6 milhões 227 mil 846 crianças matriculadas na primeira série do primeiro grau em todo o Brasil, em 1974, o MEC constatou uma evasão de 31,96% e uma repetência de 24,51%, embora caindo as duas taxas a comparar os alunos até a sétima série, quando a evasão ainda foi de 6,1%. O cômputo final mostrou então que em cada grupo de mil crianças matriculadas na primeira série, apenas 288 conseguem chegar à quarta série do primeiro grau, média abaixo da metade dos países mais atrasados do mundo. Enquanto isso, o supletivo, que é o irmão mais novo do Mobral, aprovava 32% dos 5 milhões 98 mil 263 candidatados em 1975, 76, 77, ou seja, 1 milhão 634 mil 122 pessoas que prestaram exames nos primeiro e segundo graus. Não é preciso dizer que os habilitados nesta meia sola de ensino, apesar de sua baixa escolaridade. foram logo disputar o seu ingresso na universidade. A corrida ao vestibular parece inevitável, porque o principal reflexo das mudanças operadas pelo modelo econômico implantado a partir de 64 no setor de educação dá ênfase a um credencialismo, ou seja, à posse de um diploma como gazua, chave ou senha garantidora de acesso social na vida. A verdade é que esta massificação do ensino superior, com os vestibulares feitos sabe-se como, com as dificuldades e facilidades habituais, leva o brasileiro à esperança, muitas vezes absurda, de que o diploma irá assegurar-lhe a redenção para o sofrimento. A verdade é que o diploma, muitas vezes conseguido com o ensino de baixa, e muitas vezes de péssima qualidade, pouco significa, e como desenvolvimento econômico também não propicia o mercado de trabalho adequado, vem a frustração, o desemprego e o desencanto de milhões. Gostaríamos também de acentuar, como conclusão dessa etapa, aspectos especificamente econômicos do problema, numa visão daquilo que se costuma chamar 'O modelo brasileiro'. Se o objetivo dos ideólogos da política econômica brasileira foi mesmo aprovar que o modelo fecha contabilmente, não está com nada. Então não há o que questionar. Estão absolutamente certos: demonstraram na prática o que ironica-

mente teorizavam. Na verdade, é totalmente impossível o fechamento contábil da economia de qualquer país que tenha, por exemplo, uma dívida externa de 40 bilhões de dólares, recorde mundial, gastando 70% das receitas das exportações, apenas com pagamentos de juros e amortizações. Ainda mais se essa dívida aumenta, enquanto as exportações diminuem, como nos primeiros seis meses de 78, quando houve uma queda de 5,8% com tendência para maior baixa devida à ocorrência de fatores climáticos sobre a produção agrícola geradora de divisas. Isso sem falar nas importações, superando as exportações, sem atingirem o nível desejado de contenção, provocando um saldo desfavorável da ordem de 455 milhões de dólares na balança comercial, só no primeiro semestre de 78. A impossibilidade de fechamento contábil não tem sido privilégio da economia do país como um todo. Os empresários, principalmente em São Paulo, carro-chefe do desenvolvimento brasileiro, que o digam. Lá, desde que terminou o 'milagre' e começou o desaquecimento, com o produto interno bruto apresentando em 77 a menor taxa de crescimento, 4,7% dos últimos anos, as falências e concordatas e títulos protestados chegam a estabelecer certo pânico. Com efeito, o número de pedidos de falência em 75, 76, 77 foi respectivamente 3.518, 3.752 e 5.554, enquanto o volume de títulos protestados no mesmo triênio subiu sucessivamente a 516.756, 547.749 e 602.534. Também as economias individuais dos paulistanos se situam na mesma linha de mal fechamento contábil, com terríveis aperturas para as camadas de média e baixa renda. Prova é que o corte do crédito pessoal por falta de pagamento nas compras a prestações, já mandou para a lista negra dos cadastros um absurdo de gente naqueles anos, ou seja, 529.729, 407.950, 441.578, em 75, 76 e 77, respectivamente. Mais sério é que todos os indicadores citados entraram na segunda metade de 78 sensivelmente aumentados, configurando uma situação de insolvência de extrema gravidade, tanto para o empresariado, quanto para o povo em geral. Isso em São Paulo, que é um Estado rico. Imaginemos as outras regiões do País, mais pobres e assoladas por fenômenos naturais cada vez mais inclementes e devastadores.

O que se pode concluir dessa análise econômica da política do governo Geisel, é que houve realmente um êxito, algum sucesso no que se poderia resumir, no que se poderia inferir do aspecto econômico, exclusivamente. Mas o problema social, o problema educacional, continuam difíceis continuam cada vez mais preocupantes. A terra não foi tocada, o latifúndio impune, o minifúndio agravando a situação da produção do Brasil com os dados que já demonstramos. A situação do ensino é caótica, e a situação do salário mínimo é muito difícil, principalmente a partir de agora, quando com a abertura democrática as reivindicações trabalhistas se acentuarão cada vez mais."

A ÚLTIMA MENSAGEM

CAPÍTULO XVI

O presidente Ernesto Geisel encaminhou ao Congresso Nacional a sua última mensagem, que foi lida na abertura da nona legislatura, a 1º de março de 1979:

"Senhores membros do Congresso Nacional:

"Cumprindo preceito legal, tenho mais uma vez a honra de submeter ao Congresso Nacional esta mensagem em que se registram os resultados alcançados pelo governo, nas várias esferas de sua atividade político-administrativa, durante o ano findo de 1978.

"Em se tratando do último relatório desse tipo que me cabe apresentar, pois se exaure a curto prazo o mandato presidencial a mim deferido, natural é que, a par dos dados relativos àquele ano, se recapitulem aqui indicadores globais do que foi possível realizar em todo o período 1974-1979.

Por mais que possam estar aquém dos projetos iniciais, frustrados em parte por contingências de uma conjuntura que, tanto no plano interno como, sobretudo, no âmbito internacional, se evidenciou bem pouco provável, alinho-os aqui com a tranqüila satisfação íntima de quem está seguro de haver cumprido o seu dever, sem desfalecimentos quaisquer nem compromissos secundários de qualquer ordem, antes atento apenas aos superiores interesses de nosso povo e da Nação brasileira, tais como delineados na perspectiva governamental – imperfeita por certo, mas indubitavelmente honesta e serena.

"Em pronunciamento à Nação, feito no limiar de 1979, busquei caracte-

rizar a conjuntura internacional em palavras que bem merecem ser aqui rememoradas.

"Dizia eu:

"O quadro mundial, apesar dos esforços de eminentes líderes responsáveis, continuou ainda conturbado. Poucos avanços foram alcançados com vista à solução de graves e persistentes conflitos políticos, econômicos e sociais, declarados ou em estado potencial entre países e no âmbito interno de muitos destes. Mesmo as nações mais desenvolvidas não conseguiram recuperar-se, satisfatoriamente, da crise surgida em 1973. Na verdade, os últimos cinco anos representaram, para todo o mundo ocidental, o período econômico mais difícil de que se tem registro desde a Segunda Guerra.

"Nos países industrializados, as taxas de crescimento do produto real caíram à metade, enquanto duplicavam as da inflação, comparativamente aos dez anos precedentes. Os desequilíbrios do balanço de pagamentos, continuamente alimentados pelos altos preços do petróleo, alastraram-se por todo o mundo, não apenas causando dificuldades aos países em desenvolvimento, mas também abalando as moedas de maior prestígio no cenário internacional. Palavras que pareciam banidas da descrição das economias modernas, como recessão, desemprego e protecionismo, ressurgiram ameaçadoramente nos países desenvolvidos:

"Era inevitável que esse quadro se refletisse desfavoravelmente sobre o Brasil, dado o alto grau de interdependência dos países característico dos dias atuais e agravado pelos nossos próprios problemas internos, dentre os quais avultam os decorrentes do crescimento demográfico de três milhões de pessoas anualmente, pois, a responsabilidade de atender as necessidades de 60 milhões de jovens com idade inferior a 18 anos e de criar 1 milhão e 300 mil novos empregos todo ano.

"E concluía, para 1978, em termos que se podem estender a todo o período de meu mandato governamental.

"Não obstante... conseguimos resultados favoráveis na maioria dos setores da vida nacional, não tanto quanto esperávamos, mas certamente bem mais do que muitos outros países. Tivemos ordem interna, bom relacionamento com o Exterior, moderado mas efetivo progresso econômico e social e avanços marcantes na área de desenvolvimento político."

De fato, no campo econômico, durante os últimos cinco anos a economia continuou crescendo, embora em ritmo menos intenso do que o registrado até 1973; evitou-se o desemprego, com suas indesejáveis seqüelas sociais; procurou-se obter, gradativamente, o reequilíbrio do balanço de pagamentos; e os efeitos da inflação sobre os salários foram neutralizados, logrando-se aumento real no seu poder de compra. Mais importante, as modificações operadas na estrutura da economia encaminharam soluções promissoras para os desequilíbrios gerados no setor ex-

terno, principalmente pela elevação dos preços do petróleo. Os custos sociais inevitáveis da opção estratégica adotada com a expansão da dívida externa e a persistência da inflação foram, certamente, muito menores que os decorrentes de uma recessão e desemprego.

Os principais resultados econômicos alcançados com a execução da estratégia de desenvolvimento posta em prática em 1974-79 foram globalmente satisfatórios.

O produto interno bruto (PIB) atingiu, em 1978, US$ 192 bilhões (preços de 1978), crescendo de 1973 a 1974 41%, 7,1% ao ano, enquanto os dos principais países em desenvolvimento cresceram cerca de 13% no mesmo período (2,5% anualmente).

O PIB *per capita* cresceu 23% em cinco anos (4,1% ao ano), atingindo, em 1978, US$ 1,650.

O investimento bruto fixo cresceu em 1973-1978, 51%; o consumo global 45%; o produto da indústria, 46%; o da agropecuária, 26% (para um crescimento da população, no mesmo período, de 15%).

As exportações apresentaram crescimento de 104%, em dólares correntes, entre 1973 e 1978, apensar do pequeno dinamismo do comércio internacional e da grande escalada protecionista em muitos países desenvolvidos; o crescimento das exportações de manufaturas foi da ordem de 254%, elevando-se sua participação, nas exportações, de 23% em 1973 para 40% em 1978.

Em contrapartida, o valor das importações em dólares correntes foi mantido virtualmente constante entre 1974 e 1978, reflexo tanto da contenção como do esforço de substituição de mercadorias importadas.

O déficit da balança comercial decresceu de US$ 4,7 bilhões em 1974 para US$ 2,2 bilhões em 1976 e apresentou ligeiro superávit em 1977. O déficit de 1978 de US$ 1 bilhão deveu-se aos reflexos, principalmente sobre as exportações, das secas que castigaram as lavouras do Sul do País, particularmente a soja.

O déficit em conta corrente da balança de pagamentos de US$ 7,1 bilhões em 1974, reduziu-se para US$ 3,9 bilhões em 1977 e US$ 5,7 bilhões em 1978.

Em conseqüência da estratégia de reequilíbrio gradual da balança de pagamentos, a dívida externa bruta, inclusive a das empresas privadas, atingiu em 1978, US$ 43 bilhões; no entanto, é de ressaltar-se que as reservas do País alcançaram US$ 12 bilhões em 1978, com a dívida externa líquida equivalendo, portanto, a US$ 31 bilhões (2,5 vezes o valor das exportações em 1978). Ademais, o problema do endividamento externo atenuou-se tendo em vista seu adequado perfil de amortização.

Fora outro o desempenho da agricultura – cuja produção decresceu 1,8% em 1978, relativamente a 1977 – e teria sido possível reduzir ainda mais a inflação, que diminuíra de 46,3% em 1976 (Índice Geral de Pre

ços) para 38,8% em 1977, elevando-se para 40,8% em 1978. Importante é ressaltar, a propósito, que, o ano passado, enquanto o índice de preços por atacado apresentou elevação de 42,3%, o aumento dos produtos industriais nele incluído foi de 3,9% enquanto os preços agrícolas cresceram 47,6%. Mais alguns dados estatísticos, respingados da ampla enumeração constante do corpo desta mensagem, valem aqui alinhados ainda, setoriais embora, por sua significação especial não permitir a avaliação mais correta do esforço realizado, durante o qüinqüênio, no campo econômico.

Assim, na agricultura, mencione-se que a área cultivada se expandiu em cerca de sete milhões de hectares, a metade dos quais através do desenvolvimento surpreendente dos cerrados pelo programa do Polocentro. A assistência técnica ao homem do campo passou a exercer-se já em 3.100 municípios, mobilizando um total de quase dez mil especialistas. Na comercilização, só o sistema de cadeias voluntárias está em condições de atender, agora, um potencial de 38,5 milhões de consumidores. E, no armazenamento, a capacidade estática da armazenagem a meio ambiente cresceu 108%, enquanto a armazenagem a frio aumentou de 85%.

Por outro lado, procurou-se ativamente a regularização fundiária, discriminando-se, no período, 23 milhões de hectares e entregando-se 103 mil títulos de posse da terra.

No campo industrial, elevou-se significativamente o índice de nacionalização de máquinas e equipamentos, entre 1973 e 1977, passando de 67 para 96% no setor de máquinas rodoviárias, têxteis e pontes rolantes; e de 30 para 80% em turbinas e geradores. Enquanto no Exterior a produção siderúrgica, estagnou-se entre nós veio a apresentar um crescimento de 69%. Os índices de expansão foram de 117% no setor petroquímico de base; de 305% para fertilizantes; de 175% tanto em soda cáustica como em cloro; e de 72% na produção de cimento.

Quanto ao setor energético, as reservas de petróleo, apesar da atividade muito crescida em pioneiras áreas *off-shore*, expandiram-se de apenas 44%, o que, considerada de outro lado a crise mundial altamente preocupante, levou o governo à grave decisão de promover contratos de risco com as necessárias salvaguardas. A capacidade de refino elevou-se, no entanto, de 73%, atingindo a marca de 1.265.000 barris/dia.

Em energia elétrica, a potência instalada cresceu de 65% atingindo 25,4 milhões de KW; em comparação, as grandes obras e projetos em curso virão praticamente a duplicá-la, com os 12,6 milhões de Itaipu e 3,3 milhões das usinas nucleares de Angra dos Reis.

O uso do carvão mineral nas indústrias ampliou-se, intensificando-se também a pesquisa, com o que as reservas triplicaram (de 6,8 a 21 bilhões de toneladas), em boa parte minério de qualidade superior.

Outras alternativas de energia mereceram atenção redobrada, tanto o

xisto com a usina de processamento de São Mateus (8.000 m³ de óleo por dia), quanto o álcool cuja produção se acresceu de três bilhões de litros e deverá atingir cinco bilhões dentro de três anos.

As reservas de urânio, medidos e inferidos, totalizam hoje 124 mil toneladas métricas. E o projeto de Poços de Calda para produção de diuranato de amônio (*yellow cake*) continua em sua implantação.

No setor dos transportes, assinale-se que a média anual de toneladas-quilômetros úteis cresceu 59%, atingindo 22,4 bilhões, o que, considerada a redução de pessoal da Rede Ferroviária de 113 mil para 92 mil empregados, traduz um notável aumento de 123% na produtividade do sistema.

Em comunicações, elevado foi o grau de eficiência atingido. O total em serviço passou de 2,4 milhões em 1973 para 5,8 em 1978; enquanto a rede de telex cresceu de quatro mil terminais em 1974 para 24 mil.

No campo social, pode-se afirmar ter sido satisfatório o grau de desenvolvimento alcançado, a despeito das dificuldades enfrentadas pela economia brasileira.

No que respeita ao emprego, destaque-se a criação, no período 1973-1978, de cerca de 5,4 milhões de empregos mais de um milhão de novos empregos por ano). Enquanto a população do País crescia de 101,4 milhões para 116,4 (aumento de 15%), a população ocupada crescia, pelas estimativas, de 31,8 milhões para 37,2 milhões (aumento de 17%).

Observou-se, ademais, grande redução da probreza absoluta; tanto para pessoas como para famílias, no meio rural como no urbano. O número de pessoas ocupadas com rendimentos de até um maior salário mínimo reduziu-se de 16,0 milhões em 1970 para 13,8 milhões em 1972 e 12,7 milhões em 1976. O número de famílias com renda de até dois maiores salários mínimos caiu de 11,9 milhões em 1970 para 11,3 milhões em 1972 e 10,4 milhões em 1976 (69% e 46%, respectivamente, do total de famílias).

Observe-se ainda, que entre 1970 e 1976, houve aumento do maior salário mínimo real de pelo menos 6% no caso do Rio de Janeiro.

Constata-se também que, a despeito de permanecerem elevadas as desigualdades na distribuição da renda, há indicações de que a tendência observada de seu agravamento entre 1960 e 1970 prolongando-se até 1972 estaria se modificando sensivelmente nos últimos anos. Ademais, o crescimento da renda média dos mais pobres, entre 1972 e 1976, foi maior que a dos mais ricos. Nesse período, de acordo com os dados disponíveis, por exemplo, para a população economicamente ativa urbana com renda, o aumento médio real, para todas as classes, foi de 15%. Os dois decis mais pobres, no entanto, apresentariam aumento real de 46 e 43%, enquanto os dois decis mais ricos tiveram crescimento de renda de 19 e 14%.

Quanto aos gastos públicos nos setores sociais, cabe, referir a realiza-

ção, em 1974-1978, pela União e pelos Estados, de dispêndios em valorização de recursos humanos (educação, saúde, saneamento, trabalho e treinamento profissional) da ordem de Cr$ 766 bilhões (preços de 1978). Em educação e saúde, os dispêndios da União cresceram 106% e 138% respectivamente, em termos reais entre 1973 e 1978.

Na execução da política de integração social foram dispensados em 1974-1978, pela União, em previdência social (exclusiva assistência médica), cerca de Cr$ 573 bilhões (a preço de 1978), com crescimento real de 132% entre 1973 e 1978. Nos programas habitacionais do BNH foram aplicados, no qüinqüênio, Cr$ 456 bilhões (preço de 1978) com crescimento real de 106% entre 1973 e 1978. Com a reformulação do PIS-Pasep, foi possível, em 1977, distribuir abono salarial anual (14º salário), no valor de um salário mínimo regional mensal, a 6,4 milhões de trabalhadores. Em 1978, cerca de 8,7 milhões de trabalhadores retiraram esse benefício.

Os resultados alcançados foram devidos, em grande parte, à criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, desmembrado do Ministério do Trabalho, e à reestruturação de fundo introduzida no sistema da previdência e assistência social, com a unificação de serviços e controles integrados. Só assim foi possível atender a uma clientela que cresceu vertiginosamente, os segurados urbanos passando de 12 a 23,4 milhões, e a população atendida pela assistência, de 37,9 a 62,9 milhões, tendo sido pagos, só em 1978, 123 milhões de benefícios.

Por outro lado, o desenvolvimento social urbano apresentou grande progresso. Os domicílios com abastecimentos de água aumentaram do índice percentual de 63 para 77; o esgoto sanitário beneficiou 43% dos domicílios; e quase a 90% atingiu o total de residências servidas por energia elétrica.

Atesta o que foi todo o esforço realizado nos setores de saúde, através de campanhas de vacinação em massa, de combate intensivo às endemias e do saneamento urbano e rural, do trabalho, educação, desporto e lazer, o fato de que a expectiativa de vida média do brasileiro subiu de 59 anos em 1973 para 63 anos em 1978. Saliente-se, ademais que, em São Paulo, a mortalidade infantil decresceu de 8,6 para 6,7 por mil.

No campo internacional, a política externa brasileira desenvolveu-se em cenário marcado por elevado grau de instabilidade. A par de persistente crise econômica que afetou a todos os países, a política internacional caracterizou-se pela busca, às vezes traumática, de novos equilíbrios político-estratégicos, nos planos global e regional.

As conseqüências dessa crise internacional e das reações desorganizadas e inconstantes que ensejou foram sentidas, de forma particularmente aguda, pelos países em desenvolvimento.

Embora a reestruturação da economia mundial seja premissa indispen-

sável à retomada de um crescimento sustentado e estável, escassos progressos foram alcançados nesse caminho e, especialmente, nos esforços para a criação de condições internacionais que contribuíssem para a superação das desigualdades políticas e econômicas que separam países desenvolvidos e em desenvolvimento. Entre estes, só alguns poucos, inclusive, felizmente, o Brasil, puderam reunir condições materiais satisfatórias e a determinação política de combater a estagnação e a pobreza.

Por outro lado, desenvolveram-se, em íntima conexão com a instabilidade da economia internacional, variáveis políticas que, em seu conjunto, anularam os esquemas bipolares de poder. A influência cada vez mais marcante de diversos centros de irradiação política e econômica, tanto no mundo industrializado quanto em outras áreas, é fenômeno que não pode ser ignorado. Refiro-me não apenas à renovada vontade política que os países da Europa Ocidental e o Japão hoje demonstram, mas também à emergência internacional da República Popular da China. Refiro-me, ainda, a vários países em desenvolvimento, cuja acrescida capacidade política e econômica os credencia a participar, de modo mais direto e atuante, nas decisões internacionais. Esse processo de redistribuição de responsabilidades, que inicialmente afetava apenas alguma situações regionais, já agora contribui, de maneira importante, para a transformação do próprio equilíbrio global.

Ao lado desses fatores de dinamismo, porém, subsistem situações que dificultam a evolução da política internacional. O próprio abrandamento das tensões internacionais, ou seja, a *détente* que de início parecia um primeiro estágio na busca de uma ordem internacional mais segura, transformou-se numa estrutura de longa duração, baseada em permanente rivalidade nuclear, no congelamento da situação européia e na competição pela influência no Terceiro Mundo, particularmente na África Meridional e no Oriente Médio. Acima dos persistentes confrontos e conflitos localizados, continua suspensa sobre a humanidade a ameaça de destruição decorrente da corrida armamentista nuclear, principalmente entre as superpotências.

A execução da política externa do governo foi influenciada, como é natural, pelo contexto que acabo de referir. Os países da América Latina, como os de outros quadrantes, sofreram as conseqüências da crise econômica, assim como enfrentaram as mutações que marcaram a política internacional. Em nossoa região, surgiram ou recrudesceram questões litigiosas, cujo correto encaminhamento desafiou a capacidade política e o sentimento de solidariedade das Américas.

Os fundamentos da política externa brasileira, porém, jamais deixaram de ser a soberania, o desenvolvimento, a paz e a segurança.

Para sua consecução, declarei, desde os primeiros dias, que meu governo deveria praticar uma diplomacia pragmática, responável e ecumê-

nica. Fixei, nesse contexto, prioridade especial para as relações com nossos vizinhos d'aquém e d'além mar da América Latina e da África, ao mesmo tempo em que adotei a diretriz de evitarmos alinhamentos automáticos, fazendo correções de curso quando se tornassem necessárias.

Com as nações irmãs da América Latina, procurou o Brasil intensificar e expandir todo tipo de relações e cooperação e intercâmbio, esforço esse que muito se beneficiou das coincidências que naturalmente existem entre povos, a todos os títulos, tão próximos.

Foram importantes os êxitos dessa política. O Brasil participou de maneira aberta e construtiva do diálogo multilateral latino-americano, bem como procurou colaborar para a paz e desenvolvimento da região. Com nossos vizinhos do Prata e da Amazônia, com o Chile e Equador, com os países da América Central e do Caribe e com o México, buscou o governo executar empreendimentos bilaterais de importância e benefício mútuo e equilibrado. Merece igualmente relevo o esforço que realizamos no contexto do sistema econômico latino-americano. Pode, ainda, o Brasil tomar a iniciativa de unir-se a seus vizinhos amazônicos, na negociação e assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, com vistas à exploração e defesa do patrimônio daquela vasta região.

A política africana assentou-se na apreciação objetiva das vicissitudes que cercam o processo de emancipação dos países submetidos à dominação colonial e na consciência de que afinidades e convergências de toda ordem militam em favor do desenvolvimento e consolidação dos laços de fraternidade entre brasileiros e africanos.

Ligado à África pelo Atlântico, não poderia o Brasil deixar de interessar-se profundamente pelas aspirações dos povos daquele continente. O governo afirmou suas decididas convicções anticolonialistas e apoiou os esforços em favor da independência da Namíbia e do estabelecimento de um regime de maioria no Zimbábue, assim como manifestou seu repúdio às políticas e práticas racistas e à interferência estrangeira. Tempestivamente o Brasil reconheceu os governos de Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e, com eles, estabeleceu relações diplomáticas. Teve, assim, início um promissor relacionamento com os países africanos de expressão portuguesa, aos quais nos sentimos particularmente ligados.

Com relação aos países do Ocidente, nossa política externa foi especialmente ativa. O Brasil é historicamente parte do mundo ocidental. Com os Estados Unidos da América, principal país do Ocidente, nossas relações passaram por um processo de atualização e dinâmico reajustamento dentro de um espírito de amizade e franqueza. É natural que o crescimento da presença internacional do Brasil seja acompanhado por dificuldades em nosso relacionamento, até com países que nos são próximos. Por isso mesmo, o governo procurou dispensar às complexas rela-

ções que mantemos com os Estados Unidos da América, um tratamento que ensejasse a identificação mais fluente das áreas de coincidência e que permitisse o diálogo aberto, mas sereno, sobre questões onde houvesse divergência. Esse foi o sentido dos mecanismos de consulta, em alto nível, criados pelo Memorando de Entendimento de 1976, os quais se revelaram úteis nos momentos em que dificuldades bilaterias efetivamente surgiram.

Nossas relações com o Canadá fortaleceram-se inclusive no campo político.

Por outro lado, conheceram importantes desenvolvimentos nossas relações com os países da Europa Ocidental, até então marcadas predominantemente por seu conteúdo econômico. As visitas presidenciais à Europa e o estabelecimento de mecanismos de consulta em alto nível, com diversos países, assinalaram que os aspectos propriamente políticos dessas relações ganharam, igualmente, o primeiro plano, o que assegura ao Brasil não só um relacionamento bilateral mais rico, mas também uma capacidade ampliada de diálogo dentro do Ocidente. Devo ressaltar, especialmente, o Acordo de Cooperação para os Usos Pacíficos da Energia Nuclear, assinado com a República Federal da Alemanha, que nos permite o acesso às tecnologias do ciclo completo do combustível nuclear. A capacidade brasileira de resistir aos obstáculos internacionais opostos à implantação desse acordo e de desfazer os equívocos em que os mesmos se baseavam é cabal demonstração do amadurecimento de nossa política externa, granjeando o respeito da comunidade internacional.

Reforçaram-se, igualmente, as relações do Brasil com os países do Oriente Médio. Nosso país afirmou, de maneira clara, sua posição quanto à questão que separa árabes e israelenses. Afirmou o Brasil o direito de todos os Estados da região a viver em paz e segurança, dentro das fronteiras reconhecidas. Sempre que necessário, o governo brasileiro manifestou-se, em escala universal, contra a ocupação de territórios pela força, assim como afirmou seu reconhecimento do direito do povo palestino à autodeterminação e soberania. Defendeu o Brasil a aplicação das resoluções do Conselho de Segurança e manifestou-se favorável à solução da questão do Oriente Médio por meios pacíficos.

Na Ásia, intensificaram-se as relações com o Japão, que é hoje um dos mais importantes parceiros do Brasil. O reconhecimento da República Popular da China, em 1974, foi um passo importante na revolução da política externa brasileira e abriu o país novas possibilidades de atuação diplomática e de intercâmbio. Estreitaram-se as relações comerciais com a Austrália, a Indonésia e as Filipinas.

No plano econômico, o maior desafio da política externa foi conter o déficit de nossa balança comercial e atuar sobre o déficit de serviços. Para tanto, não se pouparam esforços na busca de novos mercados, in-

clusive no Terceiro Mundo, e na exploração sistemática de tradicionais mercados europeus e norte-americanos. Nas organizações econômicas internacionais, defendemos, com ênfase, acordos de produtos primários que garantam receitas estáveis de exportação, acordos tarifários que assegurem o acesso de nossas manufaturas no mercado internacional, bem como sistemas de pagamentos internacionais e regras de movimentação de capitais, que nos sejam mais benéficos.

As estruturas das relações econômicas internacionais, nas quais se inseriu a crise energética, tornaram flagrante a vulnerabilidade das economias nacionais, em graus diversos, às oscilações do sistema econômico mundial. No entender do governo, é particularmente inquietante verificar que os sacrifícios reais terminam por ser absorvidos pelas populações das áreas menos favorecidas. Por essas razões, pronunciou-se o Brasil, com insistência, em favor do estabelecimento de uma ordem econômica internacional mais justa e equitativa.

No campo político interno, preocupação dominante foi a de aperfeiçoamento das instituições, sem pôr em risco a paz e a ordem, adotando-se processo gradual, em consonância com a filosofia seguida desde o início do qüinqüênio que hoje termina.

Eis porque tanto se empenhou o Poder Executivo em realizar uma reforma do Judiciário que atendesse a velhos e insistentes reclamos, tendo já sido dado o primeiro passo através de emenda constitucional, mas aguardando-se ainda sua complementação pela Lei Orgânica da Magistratura em exame, no Congresso Nacional.

Por outro lado, em plano distinto mais não menos essencial, promoveu-se a redivisão territorial do País buscando solução aos problemas de duas de suas áreas mais críticas, através da fusão dos antigos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro e da muito ansiada divisão de Mato Grosso.

Entre os passos significativos que foram dados no correr do período, até 1977, vale citar, por certo, as eleições de 1974 e 1976, a primeira para renovação da Câmara dos Deputados, de um terço do Senado Federal e das Assembléias Legislativas, e a segunda, de âmbito municipal, ambas realizadas com todas as franquias para os candidatos e o eleitorado.

O ano de 1978 foi sem dúvida o de mais amplos debates políticos, dos quais participaram não apenas os titulares de mandatos eletivos e os candidatos que disputaram as preferências populares, mas toda a comunidade nacional, através de livres manifestações pela imprensa que exerceu o seu papel de veículo de idéias e de esclarecimentos à opinião pública.

Fato relevante foi a iniciativa do governo enviando ao Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição, promulgada a 13 de outubro, que, entre outras medidas para o restabelecimento de prerrogativas dos

legisladores e magistrados, revogou os atos institucionais que vigoravam desde dezembro de 1968. Encontrando-se em plena vigência e aplicação efetiva, a Emenda nº 11 representa, indiscutivelmente, mais um importante avanço no sentido da institucionalização do regime e do aprimoramento democrático.

Abolidas as penas de morte e prisão perpétua e o banimento, cuidou o governo de propor ao Poder Legislativo alterações substanciais na Lei de Segurança Nacional, do que resultou, em meio a modificações diversas, ao abrandamento de penas consideradas excessivas.

Seguiram-se duas outras providências de induvidosa relevância: a revogação do banimento a que estão submetidos diversos brasileiros – o que correspondeu ao propósito da Emenda Constitucional nº 11 e a declaração de extinção da Comissão Geral de Investigações.

As eleições para o presidente e vice-presidente da República, governadores e vice-governadores dos Estados e senadores por via indireta, bem como aquele que renovaram as Assembléias, a Câmara dos Deputados e um terço do Senado, realizaram-se em clima geral de respeito e de ordem, sob a direta e vigilante fiscalização da Justiça Eleitoral, assinalando-se, no pleito de 15 de novembro, comparecimento em massa às urnas, numa demonstração do vivo interesse do povo pelos destinos da Nação.

A Arena recebeu o maior número de votos de legenda, lídima expressão partidária; fez maioria em dezoito Assembléias e conquistou representação partidária em uma delas, enquanto o MDB obteve maiora em apenas três dos órgãos legislativos estaduais. O partido do governo elegeu quinze senadores e a oposição somente seis, o que reforça o convencimento de que a Arena teve excelente desempenho eleitoral.

O atual estágio de civilização fez com que as sociedades humanas se tornem sempre mais exigentes, visando à conquista de novas oportunidades e melhor padrão de vida. Em conseqüência, o complexo desafio que se tem pela frente, como país em desenvolvimento, torna-se ainda mais grave com a convivência de um processo de distensão política, porque, como é natural, exacerbam as reivindicações – muitas vezes desordenadas – como resultado freqüente de manifestações demagógicas. É indispensável, portanto, evitar esse tipo de ação política, afastando-se qualquer pretexto de retorno aos erros e fantasias superadas pela racionalidade dos governos da revolução de março de 1964.

Eis porque, reafirmando agora, perante o Congresso Nacional, conceitos antes expedidos em mensagem à Nação, vale bem salientar.

Justas apreensões quanto à ordem pública e à estabilidade política, no limiar de um período de ampliadas franquias democráticas e de possíveis excessos, devem encontrar conforto no sistema de salvaguardas constitucionais instituído para defesa do regime e das leis, e garantia da segurança nacional.

E isso se não bastasse a coesão e fidelidade das Forças Armadas em seu papel constitucional de tranqüilas guardiãs da República, ao lado da robusta consciência patriótica de nosso povo.

E haveremos de implantar, na vida nacional, padrões cada vez mais elevados de dignidade e de eficiência democráticas, ajustando corretamente os dois vetores básicos, o das franquias individuais e o da participação responsável de cada um no processo decisório das coletividades que integram, em vários níveis, o organismo nacional.

Que as nossas elites, principalmente as políticas, saibam avaliar bem o momento histórico que vivemos – término de todo um longo período autoritário de exceção, de que não houve como eximir-se a Nação – e estejam à altura das generosas aspirações do povo brasileiro.

Com sadio otimismo encaramos, assim, o futuro que de nós se aproxima, confiantes em que 1979 será um ano de sólidas realizações e nítidos avanços no progresso integrado desta nobre nação brasileira, sob a gestão, em breve, de um novo governo ao qual desejamos êxito pleno."

Brasília, 1º de março de 1979

Ernesto Geisel

ÍNDICE

Edições ISTOÉ

Ernesto Geisel

24º Presidente do Brasil 1974-1979